



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 10/2024-----

-----5ª Sessão Ordinária de 2024 – 1ª Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 12 de dezembro de 2024-----

-----Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sónia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
José Luis Mateus Barbudo	Partido Socialista
Paulo Jorge Domingos dos Santos Riscado	Partido Socialista
Márcia Filipa Nunes Duarte	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Francisco Manuel Vicente Correia Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Eduardo Jorge Jesus Gonçalves	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
Rodrigo Jorge Tomé Jeremias	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Mónica Elisa Pitman Dias	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes Sousa Vales de Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Ricardo Nuno da Conceição Cândido	PAN

-----Apresentou pedido de Suspensão de Mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 7º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DO MEMBRO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PSD	Américo da Conceição Leonor Mateus	11/12/2024 A 11/02/2025	Ricardo Jorge da Silva Viana

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PSD	Raquel Gonçalves Bernardino	33 dias	29/11/2024 A 31/12/2024	Bruno Miguel Lourenço Candeias
BE	Marco Paulo Rodrigues Pereira	1 dia	12/12/2024	Marilu Veiga Santana
PS	José Júlio de Jesus Ferreira	1 dia	12/12/2024	José Luis Mateus Barbudo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Coligação "Portimão Mais Feliz"	Marta Patricia Gonçalves Marques Caetano	1 dia	12/12/2024	Mónica Elisa Pitman Dias
PAN	Daniela Marlene Duarte	1 dia	12/12/2024	Ricardo Nuno Cândido
PS	Pedro Jorge Marques Moreira	4 dias	11/12/2024 A 14/12/2024	Alzira Maria Maças Calha
PS	Alzira Maria Maças Calha	1 dia	12/12/2024	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	12/12/2024	Paulo Jorge Riscado
Chega	Patrícia Alexandra Ferro	7 dias	11/12/2024 A 18/12/2024	Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo
Chega	Jorge Daniel Alves Carneiro Melo	1 dia	12/12/2024	Rodrigo Jorge Jeremias
PSD	Carlos Eduardo Gouveia Martins	1 dia	12/12/2024	Maria Augusta Rodrigues
PSD	Maria Augusta Rodrigues	1 dia	12/12/2024	Filipa Maria Marques
PSD	Filipa Maria Marques	1 dia	12/12/2024	Rui Filipe Duarte Norte
PSD	Rui Filipe Duarte Norte	1 dia	12/12/2024	Susete Madalena Santos
PSD	Susete Madalena Santos	1 dia	12/12/2024	Miguel Afonso Pereira
PSD	Miguel Afonso Pereira	1 dia	12/12/2024	Rita Sofia de Barros Reis
PSD	Rita Sofia de Barros Reis	1 dia	12/12/2024	Eduardo Jorge Gonçalves
PS	Cristiano Malha Gregório	1 dia	12/12/2024	Maria Lurdes Montês Reis
PS	Maria Lurdes Montês Reis	1 dia	12/12/2024	António Alves Pereira
PS	António Alves Pereira	1 dia	12/12/2024	Dário Pereira dos Reis
PS	Dário Pereira dos Reis	1 dia	12/12/2024	Ana Isabel Vieira
PS	Ana Isabel Vieira	1 dia	12/12/2024	João Ramos Catarino
PS	João Ramos Catarino	1 dia	12/12/2024	Avelino Borges Varela
PS	Avelino Borges Varela	1 dia	12/12/2024	Ana Catarina Sousa
PS	Ana Catarina Sousa	1 dia	12/12/2024	Nuno Filipe Monteiro
PS	Nuno Filipe Monteiro	1 dia	12/12/2024	Luis Carlos Costa Paiva
PS	Luis Carlos Costa Paiva	1 dia	12/12/2024	Ana Filipa Barradas Correia



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PS	Ana Filipa Barradas Correia	1 dia	12/12/2024	Paulo Fernando Silva
PS	Paulo Fernando Silva	1 dia	12/12/2024	Márcia Filipa Nunes Duarte

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Teresa Filipa Dos Santos	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Sandra Pereira	Vereadora – Partido Socialista
Eduardo Catarino	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não esteve presente: -----

Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
-------------------------------------	---------------------------------

-----Quando eram vinte e uma horas e nove minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **5ª Sessão Ordinária de 2024**, cumprimentando todos os presentes e referindo que a senhora Vice-Presidente Dra. Teresa Mendes está hoje em representação do senhor Presidente, uma vez que ele está fora do município, em representação do município numa viagem que teve que fazer a Lisboa e por isso estará a presidir os trabalhos. Tenho aqui a comunicação do senhor Presidente para que não haja dúvidas. «Informo vossa excelência que por motivos de representação do município de Portimão fora do concelho em Lisboa, não me é possível estar presente nesta quinta Sessão Ordinária de 2024 a decorrer hoje dia 12 de dezembro, pelo que me faço substituir pela senhora Vice-Presidente, Dra. Teresa Mendes». Portanto, formalizado e explicado a ausência do senhor Presidente. Portanto, permitam-nos iniciar os trabalhos, ainda por cima fizemos ontem a Sessão Solene aqui neste salão nobre, portanto duas, quer de manhã, quer à tarde duas cerimónias riquíssimas com muito público, com muitas pessoas, com a comunidade toda, a Assembleia Municipal estava dignamente representada, o que é muito bom enquanto órgão municipal estar presente na Sessão Solene e, portanto, nas comemorações do Dia da Cidade, muito me apraz essa representação e a forma como as solenidades decorreram. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Não temos o pedido de substituição, porque eu depois tenho aqui a indicação no guião, mas isso vou apresentar logo de seguida, há o pedido de suspensão do senhor deputado Américo Mateus por motivos de saúde, mas que já falarei sobre essa questão, mas que será substituído pelo senhor Eduardo Gonçalves. E posto isto, eu vou dar a palavra ao senhor deputado João Caetano e depois já continuaria nos assuntos da Ordem do Dia. Faça favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhora Presidente, era para pedir um esclarecimento relativamente à informação que deu no início da sessão, porque a senhora Presidente disse que o senhor Presidente da Câmara estava em Lisboa em representação do município e leu, portanto a comunicação que foi enviada a dar conta dessa ausência, e depois diz que estava esclarecida a ausência. Senhora Presidente, eu não fiquei esclarecido, peço imensa desculpa, porque não fiquei esclarecido, antes de mais porque gostava que fosse explicado à Assembleia qual é o evento ou qual é a ocasião em que o senhor Presidente foi a Lisboa representar o município, em que evento? E depois qual é a data da comunicação também, porque para nós é no mínimo estranho que estando esta Assembleia marcada já há algum tempo e tenha sido agendada, pensamos nós com o acordo do executivo, porque vamos discutir aqui entre outros assuntos hoje a informação escrita do senhor Presidente, que o senhor Presidente tendo esse compromisso tivesse manifestado disponibilidade para estar aqui hoje e, portanto, parece-nos que há aqui alguma coisa que se terá alterado e gostaríamos de saber qual foi o motivo desta alteração, enfim, que deve ter sido de tal maneira importante e de tal maneira relevante que motivou a ausência do senhor Presidente. Era esses esclarecimentos que nós pretendíamos. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, olhe senhor deputado João Caetano, a única coisa que lhe posso dizer neste momento é a ausência do senhor Presidente por motivo de deslocação a Lisboa. Eu não lhe posso dar neste momento conhecimento de qual foi o evento que... não posso porque não sei e, portanto, como não sei, não lhe posso dar essa informação neste momento. Agora... ó senhor deputado, é óbvio que é sempre de acordo com a agenda do executivo. -----

----- Deve ter surgido alguma situação de monta, que levou a que o senhor Presidente, aliás, já aconteceu isso com a anterior Presidente que depois ela mais tarde até explicou porquê, mas o que lhe posso dizer é que foi agendado com o senhor Presidente a disponibilidade e aquilo que nós conhecemos do atual Presidente e anterior Vice-Presidente, ele faz questão de comparecer sempre em todas, muitas vezes até em representação, algumas vezes até em representação da senhora Presidente quando ela não podia estar e, portanto, se não pode estar hoje, obviamente foi por motivo imponderável que surgiu entre a marcação desta, o agendamento desta Assembleia e a necessidade de deslocação a Lisboa. Agora, o senhor Presidente poderá explicar isso melhor da próxima vez, quando comparecer a esta reunião. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu percebendo que a senhora Presidente não saiba o motivo, não posso deixar de estranhar que a senhora Presidente não sabendo o motivo se tenha contentado com uma comunicação tão lacónica, porque vamos lá ver uma coisa. Nós aqui não... -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não vai entrar em discussão. Eu não tenho estados de alma sobre a agenda do senhor Presidente. Não me compete a mim ter estes estados de alma. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que não se trata de estados de alma, senhora Presidente. trata-se de perceber qual é o papel desta Assembleia e qual é a relação que há entre a Assembleia e o executivo e, portanto, ou bem que nós achamos que isto é tudo igual, é tudo igual e o senhor Presidente estar aqui ou deixar estar vai dar ao mesmo, não é o nosso caso, nós não entendemos isso. Ainda para mais, quando vamos discutir aqui e vamos ter oportunidade seguramente de questionar o executivo sobre a atividade municipal e a informação do senhor Presidente, não é da Presidente da Assembleia, é do senhor Presidente de Câmara, é de toda a relevância. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado que já perceberam o seu ponto de vista, já está registado em ata o seu ponto de vista, não vale a pena continuar. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, deixe-me só dizer isto para terminar e, portanto, para memória futura nós aqui na bancada registamos negativamente este tipo de prática que nós pensávamos que lá para os idos de julho deste ano tivesse acabado. Pelos vistos não acabou. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não é uma questão de prática. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, não acabou, sim, é a prática. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não é uma questão de prática. Senhor deputado, cada um interpreta como quiser, cada um. -----

Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, pois nós interpretamos desta forma e, portanto, manifestamos aqui a nossa discordância e a nossa total rejeição por este tipo de prática, porque é um desrespeito pela Assembleia e é um esvaziamento da Assembleia nas competências que ela tem de fiscalizar o executivo. Era só isso.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, nem sequer sabe o motivo e está a fazer um juízo de valor. Ó senhor deputado, eu... oiça lá, o senhor tem uma compreensão da relação entre os órgãos de uma forma... olhe, eu não vou continuar, eu não vou continuar esta discussão.-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, referiu que iria como, aliás aflorou há pouco, pôr à apreciação da Assembleia Municipal o pedido de suspensão do senhor deputado Américo Mateus, que me enviou por e-mail, 11 de dezembro de 2024, aliás na última sessão nós já tomámos conhecimento de que ele estaria com um problema de saúde, tivemos conhecimento, pessoalmente encontrei-o recentemente e espero que o senhor deputado não leve isso a mal, também me transmitiu esse problema de saúde e, portanto, para mim não foi digamos assim, não foi surpreendente que tivesse apresentado o pedido de suspensão devido a esse motivo de saúde e, portanto, «dada a situação da minha operação *home*», portanto vai ser sujeito a uma cirurgia brevemente, «peço a suspensão do meu mandato por dois meses» e, portanto, o que a lei diz, é que deve ser apreciado pela Assembleia e, portanto, o artigo setenta e sete da lei 169 os membros e os órgãos podem solicitar a suspensão do respetivo mandato, são motivos de suspensão designadamente, portanto doença comprovada e, portanto, estamos perante isso. Eu vou pôr à apreciação de vossas excelências este pedido de suspensão porque a lei obriga a que seja feito e que seja votado e, portanto, se alguém quiser fazer alguma intervenção, faça favor neste momento relativa a esta matéria. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que a sua opção é muito simples, é em primeiro lugar para manifestar a sua tristeza pelo facto de a suspensão dever-se a esses motivos. E um segundo momento para efetivamente tecer considerações de síntese acerca da pessoa, de Américo Mateus. O Américo Mateus é efetivamente uma pessoa urbana, é um construtor de pontes e é também e sobretudo um homem de reflexões profundas que enriquece imenso este órgão com as suas intervenções sem desprimor obviamente para todos os presentes, daí o nosso desejo de um rápido restabelecimento e obviamente o contar com a nossa posição de aceitação dessa suspensão pelos motivos atentos ao que está efetivamente em causa. Muito obrigado. Disse.

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeço também o seu poder de síntese e obviamente formalizo também o desejo da sua rápida recuperação. Portanto, vou pôr à votação. Quem vota contra, quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Muito obrigada e, portanto, o senhor deputado estará em representação. -----

----- Em seguida, começou por explicar que foi rececionada 1 inscrição, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos**. -----

-----Assim, começou por conceder o uso da palavra, ao único cidadão inscrito, **David Corticeiro Pereira**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «Boa noite a todos os presentes. Na última reunião, tive oportunidade de intervir sobre o projeto CisWEFE-NEX, que foi anunciado como certo por várias fontes



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



noticiosas regionais na Mexilhoeira Grande. Após intervenção do senhor Presidente da Câmara, que afirma que o projeto não é garantido e que nenhum pedido de licença deu entrada na Câmara, APA ou CCDR, outros membros desta Assembleia quiseram, quiseram pronunciar-se. Mas viram a sua intervenção e posterior discussão remetida para a reunião de hoje, assim manifesto respeitosamente o desejo de ouvir as intervenções dos Membros que não tiveram essa oportunidade, bem como as respostas do executivo às questões levantadas. Obrigado.» -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para perguntar se as atas neste momento são gravadas, portanto as intervenções de cada um de nós são gravadas? É isso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que sim. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, é isso? E quando são passadas para o papel é automático ou é escrito por alguém? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que são as funcionárias que tratam. Há duas funcionárias que dão apoio à Assembleia Municipal e que fazem essa correção ou essa análise da gravação. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, há possibilidade, portanto de cada um de nós alterar, portanto aquilo que fez? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que sim, se houver justificação para isso, obviamente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, é porque existem atas em que, principalmente nas minhas intervenções e dou um exemplo em que eu faço uma pergunta e termino a minha frase porquê e o que lá termina é que. Quer dizer... -----

Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado, é por isso que nós fazemos o envio para os senhores deputados analisarem. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, isso é um exemplo, não é? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não, ó senhor deputado, nós fazemos o envio para os senhores deputados para que possam apresentar eventuais correções. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para corrigir. Pronto, ok, é só isso que eu queria saber. Ok, ok, obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que obviamente que todos os senhores deputados que estiveram numa determinada sessão, mesmo que não tivessem estado na reunião seguinte, têm direito a ver a ata, obviamente. Isso é um pressuposto. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeceu a intervenção e informou que iriam entrar no período antes da Ordem do Dia, começando por colocar à votação a ata nº. 3/2024 referente à 2ª Sessão Ordinária de 2024, realizada em 29 de abril de 2024. -----

-----**A ata nº 3/2024 foi aprovada por unanimidade dos presentes dessa reunião.** -----

-----Em seguida, colocou à votação a ata nº.4/2024 referente à 3ª Sessão Ordinária de 2024, realizada em 28 de junho de 2024. -----

-----**A ata nº. 4/2024 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.** -----

-----Em seguida, colocou à votação a ata nº.5/2024 referente à 2ª Sessão Extraordinária de 2024, realizada em 29 de julho de 2024. -----

----- **A ata nº. 5/2024 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.** -----

----- Em seguida, informou que iria abrir o debate para a discussão e votação das **Moções/Propostas de Recomendação** apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, às **Moções/Propostas de Recomendação**, apresentadas pelas várias bancadas, declarando abertas as inscrições relativamente, ao **Voto de Pesar – “Pelo Carlos Tuta” - (subscrito pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal)**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Carlos Alberto dos Santos Tuta nasceu em 06-abr-1952, na cidade de Lourenço Marques (hoje Maputo), Moçambique, ainda criança fixou-se em Monchique. -----

----- Licenciou-se em Finanças pelo então Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, (ISCEF) – atual ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa. Terminado o curso, regressou ao Algarve e ingressou na atividade docente tendo sido professor em Monchique e em Olhão. -----

-----Foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Monchique em 1982, cargo que exerceu ao longo de 27 anos. -----

----- Profundamente apaixonado pela sua terra, pela serra de Monchique, as suas gentes, artes, costumes e tradições deixou uma marca indelével em todo o território, não havendo área do desenvolvimento social, económico e humano que não tenha a sua impressão digital. -----

A sua intervenção política não se limitou, no entanto, a Monchique. -----

Entre 1994 e 2001 foi Presidente da Associação de Municípios do Algarve semeando a sua visão e acção a toda a região. Foi aliás, após a sua eleição que a Associação passou a contar com a totalidade dos 16 municípios que constituem a região como associados e a participar na gestão direta de parte dos fundos comunitários atribuídos ao Algarve, conferindo às autarquias uma capacidade negocial e de planeamento até então inexistente. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Neste domínio, importa sublinhar, o seu contributo decisivo para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Algarve (PEDRA), do Plano de Investimentos Municipais da Região do Algarve e a participação ativa, direta e solidária dos Municípios na realização de projetos de dimensão regional, como a construção da Unidade de Radioterapia do Algarve ou da Barragem de Odelouca. -----

Foi ainda membro do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses e membro do Comité das Regiões Europeu. -----

Tinha na voz grossa, a firmeza das palavras, a coragem, a determinação, mas também a preparação, a visão e a forma aguerrida na defesa da sua terra, mas também do Algarve, constituindo uma figura ímpar do Poder Local a nível nacional. -----

Humanista, solidário, regionalista, Carlos Tuta era possuidor de um coração fraterno e idealista, tendo a virtuosa capacidade de fazer amigos, em todo o lado e em todos os quadrantes políticos. -----

Carlos Tuta faleceu no passado dia 28 de outubro, com 72 anos, em Portimão, onde residia, há décadas. -----

Nestes termos, propõe-se que a Assembleia Municipal reunida em 12 de Dezembro de 2024, aprove a manifestação de profundo pesar pelo falecimento de Carlos Alberto dos Santos Tuta, reconhecendo e agradecendo o seu percurso e legado, e expressando as condolências à sua família e amigos.» -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não sabe se alguém quer fazer alguma intervenção, se não, eu poria à votação. Quem vota contra, quem se abstém? Aprovado por unanimidade e com consequência iríamos agora fazer um minuto de silêncio. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o **Voto de Pesar – “Pelo Carlos Tuta” - (subscrito pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal)**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que queria pôr um ponto de ordem à mesa, se faz favor. Era só fazer aqui um pedido. Temos aqui um texto para ler neste ponto, em vez de ser uma moção é um texto que queremos que fique em ata. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, mas antes das moções? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, era como quiser. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, Referente? Eu não estou a discutir isso. Então não é agora das moções? É. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que começa aqui com o «Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres. O dia 25 de novembro foi instituído pelas Nações Unidas como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Em Portugal esta data tem sido assinalada como um momento de alerta da luta pelos direitos das mulheres. -----

----- Anos após anos os números da violência contra as mulheres continuam a envergonhar este país. De acordo com o relatório anual de segurança interna mais recente, embora tenha havido uma redução face aos anos anteriores, os dados continuam a ser preocupantes. -----

----- Segundo os indicadores estatísticos relativos aos crimes cometidos em contexto de violência doméstica e homicídios voluntários respeitantes ao período de junho a setembro de 2024, a rede nacional de apoio à vítima de violência doméstica acolheu mil e quatrocentas pessoas. Cento e cinquenta e um por cento mulheres, quarenta e sete por cento crianças e um vírgula quatro por cento homens. Além disso, no terceiro trimestre quatrocentas e sessenta e duas vítimas foram transportadas para acolhimentos em rede nacional de apoio, e cinco mil quinhentas e dezasseis pessoas foram abrangidas pela medida de proteção de teleassistência no âmbito de violência doméstica. Os dados revelam também que foram registadas oito mil quatrocentas e quinze ocorrências participadas à PSP ou à GNR, que representam um aumento de oito ponto setenta e cinco em relação ao trimestre anterior. -----

----- Durante este período foram aplicadas mil duzentas e quatro medidas de coação de afastamento de agressores e dois mil setecentos e quarenta e sete pessoas foram aplicadas medidas de coação de afastamento integradas no programa para agressores, sendo que a maioria das vítimas continua a ser do sexo feminino. -

----- Em Portugal, o observatório das mulheres assassinadas e a união das mulheres alternativa e resposta, contabilizou vinte e cinco mulheres assassinadas entre o início do ano e o dia 15 de novembro de 2024, quase vinte por feminicídio. Segundo os dados preliminares, este número é semelhante ao mesmo do período de 2023. Neste contexto, o Bloco de Esquerda defende que o Dia 25 de Novembro seja além de uma data simbólica, mas sugere que se faça um dia de ação com eventos para assinalar e relembrar esta problemática, pelo fim da violência contra as mulheres. E também é fundamental reconhecer e apoiar o trabalho diário de associações, organizações não governamentais, serviços sociais do estado, municípios que prestam apoio a estas mulheres e vítimas de violência». Tenho dito. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeço a sua intervenção, mas como devo dizer não vai ser votado obviamente, porque não está a seguir as regras daquilo que é a apresentação em três dias antes da convocatória e, portanto, fica o ponto da situação relativamente a esse desejo do Dia 25 de Novembro. Regimentalmente é possível essa intervenção e, portanto, não estamos a fazer nada que o atual regimento não preveja. Estou a reafirmar isso, portanto para que não haja dúvidas perante os senhores deputados municipais que estejamos a excecionar aquilo que está no regimento, o regimento prevê este tipo de intervenção e, portanto, não havendo outras questões, vamos iniciar, portanto a discussão das moções. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção – A luta continua por uma Conservatória digna em Portimão - (subscrita pela bancada da CDU (PCP-PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: « Os problemas que os serviços públicos, os seus trabalhadores e os utentes em Portugal enfrentam são cada vez mais inegáveis, situação que é fruto do caminho que há muito vem sendo traçado para a sua privatização, apostando não no reforço do investimento público adequado a reforçá-los, mas, principalmente por via da redução acelerada do défice orçamental e da dívida pública, na sua degradação, abrindo espaço para que o setor privado deles se aproprie.----- Devendo partir do princípio de que os serviços públicos são um direito universal, consagrados na Constituição da República Portuguesa, os eleitos locais, no quadro das suas competências, têm o dever de os defender, exigindo desde logo o reforço do investimento público e a valorização dos trabalhadores. -----

----- Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Portimão (AMP) aprovou, por unanimidade, duas moções apresentadas pela CDU – Coligação Democrática Unitária- PCP - PEV nas sessões de 27-09-2019 e 27-02-2020, denunciando a gravidade dos problemas na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel de Portimão, exigindo do Ministério da Justiça a contratação de mais trabalhadores e o respeito pelos seus direitos, a dotação da Conservatória de condições dignas, nomeadamente equipamento informático, exigindo ainda uma justificação para os atrasos das obras de adaptação do r/c do n.º 23 da Av. Miguel Bombarda, onde seria instalado o atendimento ao público da Conservatória.-----

----- Nos textos de ambas as deliberações, começa-se por lembrar que em agosto de 2014 o edifício onde se encontravam instaladas as conservatórias do Registo Civil e do Registo Predial, Comercial e Automóvel foi interditado pela proteção civil por falta de condições de segurança, tendo os serviços sido transferidos para o 4.º andar do edifício sito na Avenida Miguel Bombarda, edifício onde ainda hoje se encontram, apesar de tais instalações terem sido anunciadas como provisórias.----- Consequentemente, o Partido Comunista Português apresentou, em 2016 e 2017, duas perguntas ao Governo. A primeira expôs a falta de condições do serviço, tanto para trabalhadores como para utentes, tendo o Ministério da Justiça respondido que estaria atento ao problema e que a abertura ao público das novas instalações ocorreria no primeiro trimestre de 2017. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Passada essa data sem que tivesse ocorrido qualquer avanço, em novembro de 2017 o PCP questiona o Governo sobre tal atraso, tendo o Ministério da Justiça respondido que iria adjudicar a empreitada para a adaptação das instalações provisórias, tornando-as definitivas, no início de 2018 e com um prazo estimado para a sua execução de 3 (três) meses. -----

Em junho de 2019, após visitar as mesmas instalações, o PCP pôde confirmar que as obras não só arrancaram apenas no início de 2019, como não havia qualquer estimativa do seu prazo de execução. -----

Chegados ao final de 2024, eis que a Conservatória continua sem instalações dignas de um serviço público que urge defender, agravando os problemas que os trabalhadores dos registos e notariado enfrentam há anos, principalmente a falta de valorização dos salários e das carreiras, bem como a falta de trabalhadores – problemas, aliás, que estiveram na origem da greve efetuada no passado dia 4 de novembro, tendo o Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado afirmado que faltam 1.900 (mil e novecentos) trabalhadores neste setor. -----

Pelo que, considerando que os problemas que assolam o serviço da Conservatória de Portimão persistem e que constitui um dos deveres dos membros da AMP a salvaguarda e defesa dos interesses públicos do Estado e do Município (artigo 15.º/b.a. do Regimento): -----

A CDU – Coligação Democrática Unitária – PCP-PEV propõe que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida em sessão ordinária em 12 de dezembro de 2024, delibere: -----

1) Solidarizar-se com a luta dos trabalhadores da Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel de Portimão; -----

2) Saudar a greve nacional que os trabalhadores do setor dos Registos e Notariado realizaram no dia 4 de novembro de 2024; -----

3) Reivindicar junto do Governo, concretamente do Ministério da Justiça, enviando a presente deliberação: ---

a) a pronta resolução dos problemas referentes às instalações da Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel de Portimão; -----

b) a contratação de trabalhadores de que o serviço dessa Conservatória carece; -----

c) que informe esta Assembleia das medidas que tem em vista para resolver estes problemas e qual a data estimada para esse fim; -----

4) Dar a conhecer a presente deliberação à Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel de Portimão, ao Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado, à Ordem dos Advogados e à comunicação social - desde logo, mas não restringindo - local e regional.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a Assembleia Municipal de Portimão já aprovou moções idênticas por unanimidade apresentadas por esta Coligação, nos dias 27-09 de 2019 e 27-02-2020. Não me querendo estender mais, todos nós conhecemos a situação da conservatória, a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



forma como prestam os serviços, só quem lá não vai, desde o utente, aos próprios trabalhadores, até a profissionais, todos nós temos a consciência de como é que é prestado aquele serviço público, E então, não me querendo estender mais, proponho a esta Assembleia que, votemos esta proposta. Não tenho mais nada a dizer. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, a análise que o PS fez a esta moção, enfim, fez de facto o entendimento de que o PC revela preocupações absolutamente legítimas por pugnar por uma conservatória digna e naturalmente também pelo que manifesta em matéria de falta de pessoal para os atos afins, enfim, os efeitos nefastos que isso tem obviamente no desenvolvimento da cidade. Acontece que esta matéria é extemporânea, ou seja, encontra-se em curso um protocolo de aluguer das instalações que é facultado pela Câmara Municipal de um projeto e obra que vão ser custeados a meias e de que a Câmara depois, enfim, sairá ressarcida e, portanto, digamos que está em fase de implementação este desidrato justamente para a conservatória e a dignidade que ela merece, e é esta a circunstância que determina que o PS não acompanhe a votação desta moção. E claro está a título complementar dir-se-ia porque é que iríamos uma mistura de argumentos, não é? Dir-se-ia que a luta ou, enfim, a solidariedade com a luta dos trabalhadores da conservatória por melhores salários e a saudação à greve, enfim, nacional do setor de registos e notariado, enfim, é uma incursão já panfletária em interesses corporativos, enfim, que sem prejuízo de poderem ser justos, a ideia das suas lutas poderem ser justas não parece ao PS serem adequados realmente tratar aqui ou equacionar aqui por parte deste órgão. Portanto, no fundo, são estes os elementos pela positiva que ditam este não acompanhamento da votação desta moção, justamente porque é uma matéria que está em curso e, portanto, é extemporânea a nosso ver. Disse, senhora Presidente, muito obrigado. ----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sobre esta moção, ele diria que a aquisição do edifício Alfagar pela Câmara Municipal de Portimão, tinha como objetivo de centralizar serviços públicos e melhorar o atendimento à população, sendo o caso das conservatórias serem transferidas para o edifício em causa. Poderá resolver os problemas de espaço e condições, podendo ser uma solução para melhorar os seus atendimentos. Assim sendo, à moção apresentada pela CDU, a bancada do Partido Chega abster-se-á. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a moção que hoje analisam proposta pela CDU, aborda uma questão que há muito ultrapassa as fronteiras partidárias e se tornou uma preocupação de todos os que ali estão, as condições absolutamente lamentáveis do edifício que alberga a Conservatória do Registo Civil e Comercial de Portimão.-----

----- Recordo que já em janeiro de 2023, a então Presidente da Câmara Isilda Gomes, afirmou publicamente que essas condições eram vergonhosas para um concelho como Portimão. Já em fevereiro do mesmo ano,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



2023, o atual Presidente de Câmara Álvaro Bila reconheceu a urgência da situação e defendeu a aquisição do edifício Alfagar como a solução para este problema, elogiando o bom estado do edifício e as condições para ali serem alojados os serviços do IRN. -----

----- Nós já estamos habituados que o PS diga que está tudo em curso, está tudo planeado, está tudo para ser feito e, portanto, que não acompanhe as coisas. Contudo, a verdade é esta, passado dois anos, e há muito adquirido o edifício Alfagar, não só as conservatórias continuam a operar nas mesmas condições indignas, como não há sinais visíveis de avanço na implementação desta prometida solução. -----

----- O PSD ainda há pouco na discussão do orçamento de estado para o próximo ano, para 2025, através da deputada daqui de Portimão Alexandra Evangelista, questionou, interpelou a senhora Ministra da justiça para saber se o protocolo com a Câmara estava em vigor e continua em vigor. Por isso, nós perguntámos o que é que falta para efetivamente se efetivar, peço desculpa pela redundância, mas para se efetivar a solução. É preciso implementá-la, não basta dizer que está em curso, já passaram dois anos. O que é que está a impedir as coisas, o que é que se passou? É preciso esclarecer isso. Além disso, a falta de recursos humanos e não é uma questão de dinheiro, a falta de recursos humanos que esta moção também sublinha, agrava ainda mais os problemas, sendo esse também um dos muitos motivos de reflexão da incapacidade demonstrada pelos sucessivos governos de esquerda que não souberam responder de forma eficaz às necessidades deste e de muitos outros serviços públicos que infelizmente sofrem do mesmo mal.-----

----- Por tudo isto, a moção que aqui hoje discutimos é legítima, é pertinente, refletindo a preocupação e pela dignidade dos serviços públicos, a eficiência do atendimento e o bem-estar dos nossos munícipes. Mais do que isso, serve uma forma de pressionar o executivo municipal a cumprir mais uma das promessas feitas e jamais cumpridas. Por todas estas razões, a bancada do PSD votará favoravelmente esta moção, esperando que seja finalmente a alavanca para que as soluções prometidas sejam concretizadas sem mais atrasos. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, eu só pretendia dizer à bancada do PSD, aliás já o disse também, é que realmente de promessas estamos nós fartos. O que é certo é que o Partido Socialista tem por hábito nesta Assembleia alegar esta extemporaneidade de muitas recomendações e moções apresentadas aqui pelas as várias forças políticas, invocando precisamente a extemporaneidade das mesmas. No entanto, nós vemos o que é que se passa nesta cidade, e o que se passa é que este problema da conservatória, para além das condições indignas de trabalho, tem também a ver com a falta de pessoal que é gritante e isso não vai ser um edifício que vai resolver o problema. Era só este alerta que eu queria invocar e esperemos realmente que não estejamos qualquer dia aqui outra vez a vir com outra moção a exigir realmente uma conservatória digna e uns serviços públicos dignos para Portimão. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a esta questão, o que este executivo se comprometeu foi com a compra do edifício, que já o fez há cerca de um ano, portanto efetivou-se a compra mais ou menos há um ano. Depois disso, foi feito um contrato só para não me enganar aqui no nome, um contrato de comodato que também já foi assinado e continua em vigor e depois tem que ser feito um projeto, está a ser feito o projeto com técnicos da Câmara acompanhados pela Câmara Municipal, técnicos da Câmara Municipal e técnicos do IRN, e só após este, e está neste momento o projeto está a ser executado, o projeto de execução tem que ser feito e depois é lançada a obra e depois é que podem ir para lá. Portanto, existe todo um procedimento que tem que ser feito, está a acontecer. Agora, quanto à falta de pessoal, como é evidente não seremos nós a colocar as pessoas num edifício, mas iremos dar as condições dignas para que isso aconteça, existe um tempo útil e estão a ser feitos todos os passos no nosso melhor tempo que é este. Disse, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não diz Presidente em exercício, mas em representação do Presidente, porque ele evidentemente está no exercício das suas funções, não está de férias, não está impedido e, portanto, está no exercício. Não temos dois presidentes e, portanto, como não temos dois presidentes, temos a senhora Vice-Presidente em representação do senhor Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Miguel Lourenço Candeias**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que falou-se aqui que o assunto está a ser trabalhado em tempo útil, e consideram que dado o tempo que já passou foram ultrapassados todos aqueles que são esperados e eles consideram como sendo razoáveis. E temos um edifício que não há dúvidas que não tem dignidade nem para quem visita, para quem necessita dos serviços, nem tão pouco para quem trabalha, e frisar aqui a dedicação daquelas pessoas que com tão poucas condições prestam um serviço que vai muito além daquilo que são as suas obrigações. Frisar também que uma cidade como Portimão que se revê como destino de férias, destino de referência naquilo que é o verão e as festas, não é uma cidade de referência quando se toca a este tipo de serviços e veem-se muitos portimonenses a procurar municípios vizinhos como Lagoa, como Monchique para tratar de assuntos aqui relacionados com a conservatória e isso deixa-nos de alguma forma envergonhados. Uma cidade com a dimensão de Portimão que quer ser referência a vários níveis e depois nisto que são serviços elementares, as pessoas de Portimão que residem em Portimão e trabalham em Portimão têm que procurar os serviços em concelhos vizinhos. É isto, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que sobre esta matéria, tecer aqui duas considerações e a propósito também da intervenção do excelentíssimo senhor deputado José Figueiredo da bancada do PS, em que aplica aqui três palavras que ele ficou na dúvida a propósito da aquisição do edifício



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Alfagar, entre outras coisas para abarcar a conservatória, que é, obviamente este edifício foi adquirido salvo erro por um milhão de euros, estão obras previstas, mas depois acabo por não perceber se isto o protocolo que vai ser assinado com o IRN isto é através depois de uma cedência, vai haver um aluguer, é a cedência, é alugado, como é que o município vai ser ressarcido através desta prestação de serviços que cumpre obviamente à responsabilidade do estado naquilo que é não só a intervenção de obras, mas também da própria prestação de serviços. E depois, agora mediante aquilo que foi a intervenção da senhora Vice-Presidente, também ainda fiquei com mais dúvidas sobre isto, gostava de ser esclarecido. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, dizer que para além depois das obras, nós iremos suportar parte das obras, isto será feito pelas duas partes. Há uma parte que será suportada por nós, também vamos, os nossos serviços do balcão único também irá passar para lá, portanto parte da obra será feita por nós, paga por nós, pago pelo IRN, haverá uma renda, portanto haverá um contrato de arrendamento. Disse, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agora está em contrato de comodato, foi claro e depois no futuro será um contrato de arrendamento com o IRN, foi aquilo que... pelo menos foi o que eu percebi também. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vive em Portimão há muitos anos como vossas excelências sabem. É lastimável que ouvindo da parte do Partido Socialista, principalmente do senhor deputado José Figueiredo, que acha extemporâneo esta moção, pelo facto da promessa que é feita aos munícipes para execução destas obras, da compra, portanto do edifício, da passagem, já ouvimos isto há muito tempo. Eu pergunto há quanto tempo, há quantos anos é que a conservatória está naquele edifício e há quanto tempo é que a Câmara promete nesta Assembleia a execução, não a compra, mas a melhoria das condições daquele edifício. Primeiro, era a melhoria das instalações, agora a compra. Eu pergunto à senhora Presidente da Câmara em exercício qual o tempo que se prevê, quantos anos ainda vamos esperar para que estes serviços melhorem e que os portimonenses possam ter, aliás, os portimonenses não se desloquem a Vila do Bispo, a Lagoa, a Monchique como eu já o fiz para tratar dos seus assuntos. Nós numa cidade que segundo o entendimento do Partido Socialista é uma cidade exemplar em tudo, eu pergunto quando é que os portimonenses podem pensar em que o edifício está pronto e em condições de melhorar e de dar este serviço aos nossos concidadãos aqui residentes e que necessitam deste serviço. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, eu só queria informar que o Alfagar agora é um centro de exposição, está lá uma exposição patente lá no Alfagar muito importante, gostaria muito que vocês fossem lá vê-la. Já, já, foi a inauguração ontem. Continua, é patente. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que falam ali que a conservatória, o edifício da conservatória há muitos anos que está assim, que já há uns longos anos, mas parece que os senhores todos desconhecem que existiu há pouco, não há tanto tempo, um contrato de arrendamento com a senhoria daquele edifício em que o instituto, o estado gastou, pagou e depois chegou à conclusão que são aquelas negociatas que se faz, porque é conhecido, porque vamos lá dar a mãozinha à senhoria. Nós pagamos e quatro ou cinco anos depois o edifício que foi arrendado, as frações que foram arrendadas que nós pagamos as obras, entre outras, não serviu, portanto não foi assim há tantos anos. Nós estamos a querer reportar a responsabilidade, porque há muitos anos, há muitos anos, mas não. Há muitos anos por culpa exclusiva do estado e do Instituto de Registo e Notariado que fez uma negociata que quis arrendar três ou quatro frações a uma senhora para lhe dar um rendimento e as frações não reuniam as mínimas condições, e em relação, isto é um ponto. -----

----- Em relação à falta de recursos, há de facto falta de pessoal, a Câmara não tem culpa. Hoje em dia nós somos confrontados diariamente, nós que trabalhamos com a Conservatória de Registo Predial e as conservatórias do Registo Comercial, não há recursos humanos, não há recursos humanos. Não há em Portimão, não há em Lagoa, não há em Silves, não há em qualquer sítio do país. Hoje para fazer uma transcrição no casamento leva-se um ano e é de cima, do Sul a Norte, portanto nós estamos a querer, há aqui uma grande confusão, porque isto é o resultado das cativações e das cativações, e dão contratação e o desleixo que hoje os partidos que estão aqui a reivindicar contribuíram para o estado dos nossos serviços. Portanto, nós estamos a imputar culpas talvez à Câmara. A Câmara, ok, a Câmara pode ter um certo nos últimos dois ou três anos e o resto que nós pagamos? Ninguém apura responsabilidades, em Portugal é assim, aponta-se, mas os que fizeram anteriormente não são responsáveis, a má gestão. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção – A luta continua por uma Conservatória digna em Portimão - (subscrita pela bancada da CDU (PCP-PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	0	2	2	1	1	1	12
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	0	3
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----**A moção foi reprovada por maioria.**-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Moção – Pela transmissão de Som e Imagem em direto das Sessões da Assembleia Municipal de Portimão - (subscrita pela bancada da Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS-PP/Nós Cidadãos/ Aliança)**, cujo teor se transcreve na íntegra: « A sociedade portuguesa sofre, à semelhança de todos os países denominados civilizados, uma profunda crise de participação política, que tem inevitáveis e directos reflexos na fraca afluência aos actos de cariz político, como as eleições democráticas ou a presença em atos dos órgãos eleitos. É, no nosso entender, consensual que há uma crise de participação democrática e que a mesma se acentua manifestamente nas camadas mais jovens da população, sendo indiscutível o afastamento e desinteresse de muitos cidadãos em geral e de jovens, em particular, relativamente à actividade política. -----

Uma das formas mais eficazes de resolver esta situação consiste numa aposta de aproximação das instituições aos cidadãos, através de um enriquecimento dos suportes através dos quais a maioria da população recebe a sua informação hoje em dia os meios digitais. -----

Esses mesmos meios têm vindo a ser agilizados, ao ponto de ser hoje extremamente fácil e acessível a transmissão em direto de eventos institucionais (basta ver os vários programas que tal permitem como o ustream, livestream, veetle ou até o próprio Facebook). -----

--Desta forma, cremos que a disponibilização das reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal em formato digital seja uma medida de valorização democrática importante, à semelhança daquilo que as Câmaras Municipais de Leiria, Guarda, Lisboa, Peniche, Almada, Celorico da Beira e muitas outras também fazem há vários anos, sendo ainda de frisar que, na região do Algarve, Portimão é hoje praticamente o único município em que as sessões da Assembleia Municipal não são objecto de transmissão em directo no sítio institucional na Internet.-----

Assim e considerando que: -----

a) Uma moção semelhante já foi aprovada no mandato 2013/2017 (na 2ª Sessão Ordinária de 2014 da Assembleia Municipal de Portimão, realizada no dia 28 de abril de 2014, sob proposta do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda), mas até à presente data não foi implementada; -----

b) A 14 de novembro de 2014 já foi elaborado um estudo sobre o equipamento necessário para tal transmissão, sendo referido pelos serviços técnicos da Câmara que tal despesa, na altura, ascenderia a cerca de € 200,00 (duzentos euros); -----

c) Já no mandato anterior, uma moção de idêntico teor, referente às sessões de Câmara Municipal de Portimão e proposta pelo vereador do CDS-PP, foi aprovada; -----

d) Os grupos municipais na Assembleia Municipal de Portimão que integraram eleitos do CDS-PP apresentaram, na 5ª sessão ordinária de 2020, realizada em 18 de Dezembro de 2020 e na 5ª sessão ordinária de 2021,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



realizada em 20 de Dezembro de 2021, e na 4ª sessão ordinária de 2024, realizada em 30 de Setembro, moções de idêntico teor, tendo as mesmas sido rejeitadas com o voto de qualidade do/a Presidente da Assembleia Municipal de Portimão, contando assim com o apoio de todos os grupos municipais da oposição;-----

e) Na última das referidas votações um dos argumentos usados pelo grupo municipal do Partido Socialista foi a suposta necessidade de rever o regimento da Assembleia Municipal, de forma a prever tais transmissões, sendo manifesto que, desde 6 de Junho de 2024, a Comissão de Revisão do Regimento não voltou a reunir, encontrando-se os seus trabalhos completamente parados desde tal data, o que tem inviabilizado a conclusão da revisão do regimento;-----

f) A Assembleia de Freguesia de Portimão transmite há algum tempo as suas sessões públicas, não havendo notícia de qualquer constrangimento ou problema, seja de tipo for, decorrente de tal transmissão; -----

g) A importância de que se reveste a implementação desta medida para os cidadãos do município, em particular para todos quantos não podem assistir ao vivo às mesmas sessões pelas mais diversas razões, é enorme, sendo para muitos incompreensíveis os motivos que impedem ainda hoje tal transmissão, a exemplo do que já se faz há muito tempo nos concelhos vizinhos;-----

h) Este é um contributo importante para a transparência do exercício do poder autárquico, mostrando-se fundamental para aproximar os eleitores dos seus eleitos, promovendo assim uma verdadeira Democracia Participativa e contribuindo para que todos possam acompanhar, em tempo real e sem interferência de terceiros, o que é discutido e votado na Assembleia Municipal de Portimão, -----

Os eleitos do Grupo Municipal da Coligação Portimão Mais Feliz (CDS- PP/ Nós, Cidadãos! /Aliança) propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 5ª Sessão Ordinária 2024, realizada em 12 de dezembro, delibere que: -----

1) A transmissão de som e imagem em direto das sessões da Assembleia Municipal no site do Município e na página de Facebook do Município seja iniciada, o mais tardar, a tempo da 1ª Sessão Ordinária de 2025, que terá lugar durante o próximo mês de Fevereiro; -----

2) O Executivo Permanente seja exortado a que, no mais curto espaço de tempo, crie as condições indispensáveis para executar esta transmissão, podendo ser utilizado o mesmo equipamento para as sessões da Câmara e de Assembleia Municipal.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que é muito breve. Esta moção não é a primeira vez e não sei se não será a última, ou se será a última que virá cá, vamos ver, e mais uma vez traz cá o assunto da transmissão que já foi aqui amplamente debatido, mas continuamos na mesma, sobre a questão da transmissão das assembleias através dos canais oficiais do município. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Relativamente à última vez que trouxemos aqui o assunto que foi em setembro e que o PS chumbou a proposta, ou melhor, a senhora Presidente da Assembleia com o voto de qualidade chumbou a proposta, assim é que foi, porque toda a oposição está a favor disto, desde aí passaram três meses sem que a Comissão de Revisão do Regimento tivesse reunido e, portanto, continuamos sem saber muito bem se vamos ter regimento revisto neste mandato ou não, não consigo também responder a isso, esta é uma das questões que está lá pendente como sabemos e há duas questões que eu aqui acrescentava relativamente àquilo que disse na última Sessão Ordinária de setembro. A senhora Presidente da Assembleia e a senhora deputada Marina Esteves estiveram presentes no passado dia 3 numa sessão em que eu estive também da Assembleia Intermunicipal do Algarve, foi transmitida através dos canais oficiais da AMAL. Não as vi fazerem qualquer tipo de reticência, qualquer tipo de objeção à transmissão. Apareceu a vossa imagem, não houve a vossa voz porque não intervieram na Assembleia, mas apareceu a vossa imagem na transmissão e, portanto, não as ouvi, mas posso ter estado distraído, fazer qualquer tipo de reparo sobre essa transmissão e sobre qualquer eventual ilegalidade, enfim, o RGPD e que mais queiram agora aqui suscitar, sobre essa questão da transmissão.-----

----- Segunda questão, soube ontem que no dia 19 de dezembro, para a semana, vai ser transmitido nos canais oficiais do município de Portimão a gala do desporto, e eu pergunto ao executivo se os serviços vão solicitar a cada um dos participantes na gala, nomeadamente pessoas que vão aparecer nas imagens, atletas, pessoas que vão ser homenageadas e por aí fora, uma declaração de consentimento para que a sua imagem seja transmitida através dos canais oficiais. É porque se não vão fazer esse procedimento, há aqui dois pesos e duas medidas, ou seja, para a Assembleia Municipal o RGPD não permite a transmissão nos canais oficiais, mas para outro tipo de eventos não há qualquer tipo de problema, nem é necessário consentimento e o RGPD já não é obstáculo para nada e, portanto, senhora Presidente, nós continuamos e vamos continuar enquanto esta questão não estiver resolvida, porque isto é uma ambição dos munícipes e é um favor que nós estamos a fazer à democracia e ao fortalecimento da democracia em Portimão, é que as pessoas estejam onde estiverem possam acompanhar em direto, sem intervenção de ninguém os trabalhos da Assembleia Municipal como acontece em tantos concelhos deste país, desta região, muitos deles governados pelo PS com o mesmo RGPD, com as mesmas normas legais que estão em vigor em Portimão e, portanto, enquanto este problema não for ultrapassado seja por via do regimento, seja por via de uma moção aqui aprovada, nós não nos calaremos com isto. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, uma vez que o senhor deputado João Caetano referiu o meu nome, a senhora Presidente relativamente à votação, eu gostaria só que me referisse se mantém a alínea d) da moção que diz, «os grupos municipais na Assembleia Municipal de Portimão que integraram, eleitos do CDS-PP apresentaram, na 5ª sessão ordinária de 2020, realizada em 18 de Dezembro de 2020, na 5ª sessão ordinária de 2021, realizada em 20 de Dezembro de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



2021, e na 4ª sessão ordinária de 2024, realizada em 30 de Setembro, moções de idêntico teor tendo as mesmas sido rejeitadas com o voto de qualidade da Presidente da Assembleia Municipal de Portimão, contando assim com o apoio de todos os grupos municipais da oposição». -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, há uma incorreção e permita-me, ainda bem e agradeço-lhe ter feito esse reparo. Esta referência ao voto de qualidade, é relativamente aqui à votação da Quarta Sessão Ordinária de setembro de 2024. Aí, sim, a moção foi rejeitada, foi na última Sessão Ordinária, foi rejeitada com o voto de qualidade da senhora Presidente e, portanto, se calhar aqui a redação não está muito feliz, porque realmente esse voto de qualidade refere-se à última votação. Ainda bem que me fez esse reparo e agradeço-lhe. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer 30 de setembro. Pronto, então feito esse reparo, eu farei mais dois ou três reparos, que é o seguinte. Nós, eu pelo menos tomei, as eleições autárquicas foram a 26 de setembro de 2021, tomámos posse a 11 de outubro de 2021, e a Quinta Sessão Ordinária não foi a 20 de dezembro, mas a 22 de dezembro de 2021 e, portanto, não era eu que presidia a esta Assembleia Municipal a 18 de dezembro de 2020. Eu não estava cá, não fui eleita, não fui autarca. Pronto, está aqui, está aqui. Não, fez a retificação em relação ao voto de qualidade de 30 de setembro. Eu posso ler novamente, «os grupos municipais na Assembleia Municipal de Portimão que integraram, eleitos do CDS-PP apresentaram, na 5ª sessão ordinária de 2020, realizada em 18 de Dezembro de 2020, na 5ª sessão ordinária de 2021, realizada em 20 de Dezembro de 2021, e na 4ª sessão ordinária de 2024, realizada em 30 de Setembro, moções de idêntico teor tendo as mesmas sido rejeitadas com o voto de qualidade da Presidente da Assembleia Municipal de Portimão, contando assim com o apoio de todos os grupos municipais». Faça favor, estamos aqui para esclarecer. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, muito bem, se a questão é o que está na alínea d) que pode gerar aqui algum equívoco, nós retiramos a alínea d) e mantemos a moção na íntegra. Porque é assim, a substância... ó senhora Presidente, a senhora está-se a agarrar a uma questão de detalhe, com uma data. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não estou a agarrar, não é detalhe. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, não, não, a questão da substância da moção não é o que está na alínea d). -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que só queria ver era o que é que... -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer pronto, se a questão é essa nós retiramos a alínea d) e fica o resto da moção. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, mas não retira, sabe porquê? Não retira enquanto eu não esclarecer aqui todos os elementos da Assembleia Municipal, porque eles sabem, todos os senhores deputados sabem e os senhores presidentes de Junta a forma como foi votada e sabem que não foi esta. Portanto, eu pedia aos serviços para distribuírem a ata, a última ata de 30 de setembro de 2024, em que esta moção «pela transmissão de som e imagem em direto das sessões da Assembleia Municipal» foi votada. Com votos a favor do PPD/PSD 5 votos, do Chega 3, do "Portimão Mais Feliz" 2, do Bloco de Esquerda 2, do PAN 1, na totalidade 13 votos. Abstenções da CDU 1 voto. Votos contra 15 e da senhora deputada Independente 1. Foram 16 votos contra, eu não votei o voto de qualidade, e não votei o voto de qualidade aqui e mais. Já agora, não estamos a discutir a substância, estamos a discutir uma afirmação, estamos a discutir a correção e a dignidade do órgão. Não, não, não retirou, porque eu tenho que esclarecer isto, porque fica escrito e tem que ficar em ata que o senhor mentiu e levou ao engano quem leu esta ata. Peço desculpa, peço desculpa. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, a senhora faz essa afirmação, eu peço a defesa da honra, senhora Presidente, peço a palavra para defender a honra. A senhora estava a afirmar. Não. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, então defenda a honra, defenda a honra, mas deixe-me eu primeiro explicar, deixe-me eu primeiro explicar a esta Assembleia como é que foi a votação nas outras duas moções. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, a senhora afirmou que eu menti, e eu peço imensa desculpa. Eu já retirei o ponto d). -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que foi igualzinha e não houve voto de qualidade, e não houve voto de qualidade e não houve voto de qualidade. -----

----- Interveio o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que retirou o ponto d). -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, o senhor ou pede desculpa, porque está a invocar um voto de qualidade que não existiu e está a desrespeitar os seus colegas todos, porque eles não votaram assim. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, eu não, quem tem que pedir desculpa é a senhora. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que a senhora deputada Independente não votou assim e a senhora deputada da CDU não votou assim. Os outros partidos foram coerentes e respeite a coerência. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que não mentiu. Há uma incorreção e eu já a disse e agradeci, agradeci-lhe a sua observação e disse-lhe que retirava o ponto d). A senhora acusou-me de ter mentido, eu não menti coisíssima nenhuma. Quando muito, cometi aqui uma incorreção na moção, já retirei o ponto d). -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para perguntar uma? Uma? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, sim, as que a senhora quiser, as que a senhora quiser. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer quatro incorreções. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, mas eu já retirei o ponto d) e a senhora acusou-me de ter mentido, portanto eu não lhe admito esse tipo de acusação, porque eu não menti coisíssima nenhuma. Não, mentir é de uma forma ponderada e dolosa estar a falsear. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, 2020 com voto de qualidade. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que não é isso que está aí escrito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer 2021 também com voto de qualidade. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer mas a senhora quer discutir a questão circunstancial e eu voto pela questão substantiva. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer 2024, tem com voto de qualidade. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer discuta a questão substantiva, senhora Presidente. O ponto d) foi retirado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não está ali para discutir questões subjetivas. Eu estou aqui para discutir uma questão em que se dissesse assim, «olhe foi votada por maioria, ou foi votada, ou rejeitada, tudo bem». -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ah! Muito bem! O ponto d) foi retirado da moção. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agora, faz questão de dizer, «a senhora Presidente fez voto de qualidade». Não fiz e como não fiz tem que ser retirado e tem que ser, não é retirado o ponto quando se engana ou quando é apanhado. Tem que ser retirado porque mentiu descaradamente, mentiu descaradamente, levou ao engano, levou ao engano... Ah pois não. São três ou quatro. Olhe, citando Paulo Portas, deus deu-lhe a inteligência, mas se calhar mais alguém deu a maldade! Desculpe lá, isto não se faz, não se faz. Nós temos que ser rigorosos nos trabalhos. Um dos deveres que os deputados municipais têm é dignificar e respeitar a Assembleia e quando não se dignifica... -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, mas quem é que está a ser maldoso? A senhora está-me a acusar de ser maldoso. É isso? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, e não se respeita os resultados das deliberações, é faltar à dignidade ao órgão principal. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, a senhora está-me a acusar de ser maldoso. É isso senhora Presidente? Eu estou-lhe a perguntar se me está a acusar de ser maldoso? É isso? Diga lá se faz favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, vamos continuar, porque não pode ser de outra forma entendido. Quando as pessoas não dizem a verdade, quem disse que tem voto de qualidade e reafirmou várias vezes na última reunião e não foi, não houve voto de qualidade. Se tivesse havido, eu assumia. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu já lhe disse que retirei o ponto d), agradecendo a sua observação. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agora, eu não aceito é o voto que não fiz. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu já lhe disse que houve uma incorreção aqui na moção e retirei o ponto d). A senhora continua a agarrar-se a essa circunstância de ter havido um lapso aqui, enfim, e acusa-me de ser maldoso como se a senhora nunca se tivesse enganado nesta Assembleia, nunca e, portanto, eu nunca a acusei de ser maldosa porque se enganou, senhora Presidente, e engana-se muitas vezes, eu nunca a acusei de ser maldosa, nunca a acusei de ter mentido, qualquer pessoa se pode enganar. A senhora imputa-me uma maldade e uma mentira como se isto tivesse sido deliberado. -----

----- Sobre a questão substantiva, volto a dizer, a senhora não se pronuncia porque não lhe interessa-se pronunciar, porque a senhora não tem argumento para a questão substantiva. A senhora agarrou-se a essa circunstância de ter havido aqui uma referência errada na moção que eu já assumi e sobre a questão substantiva os senhores não têm nada para dizer. É essa que é a questão e a senhora está-se a refugiar num lapso que está na moção, e sobre isso olhe, a senhora pode-me imputar as faltas que entender. Sobre a questão que está aqui em causa, gostaria de ouvir o PS, mas... -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, olhe, em relação à questão substantiva, e já agora vou referir-lhe o seguinte. No dia 1 de outubro de 2024, portanto na segunda reunião, quando se convocou a segunda reunião da Quarta Sessão Ordinária de 2024, na sequência da votação no dia 30 de setembro, juntamente à convocatória da segunda reunião, foi enviada a minha declaração de voto. Pois, está aqui, vou mandar distribuir novamente e na declaração de voto que juntei e que fiz por escrito e já que me disse que eu não queria discutir a questão de substância, eu vou ler a declaração de voto. Não, não, disse-me que eu não discutia a questão, disse-me que eu não discutia, ligou diretamente, não disse que era o PS que não discutia, disse a senhora Presidente não discute. Ah pois disse, então é assim. Sobre a questão substancial. «A transmissão online de sessões da Assembleia Municipal por não estar vertido em diploma legal que a regule, não é passível de consenso. Sobre esta temática incidem diversos diplomas que regulam diferentes matérias. A Constituição da República Portuguesa, o código civil, a lei de proteção de dados pessoais e o regulamento geral sobre a proteção de dados pessoais. Existe ainda pareceres da CCDR, da Comissão de Proteção de Dados e alguma jurisprudência sobre a aplicação concreta do quadro legislativo à temática da transmissão online das reuniões dos órgãos colegiais. -----

----- A lei número 1 A/2020 de 19 de março que estabeleceu medidas excecionais e temporárias de resposta à situação criada pela pandemia Covid-19, previu no seu artigo terceiro com o intuito de assegurar a continuidade do funcionamento dos órgãos do poder local, a possibilidade das reuniões dos órgãos colegiais se realizarem por videoconferência ou outros meios digitais, se existissem condições técnicas para esse efeito.

----- Após a cessação de vigência da referida lei, reconhecendo o vazio legal após a caducidade de tal diploma, em 30 de junho de 2022 foram apresentados dois projetos lei, pela Iniciativa Liberal e pelo Livre, 598 e 621 na anterior legislatura, viabilizados pelo PS, para discussão na especialidade, que para além de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



regular a comunicação à distância da realização das reuniões das autarquias locais, entretanto prevista no código de procedimento administrativo no seu artigo vinte e quatro A, com a alteração introduzida pela lei 72/2020 de 16 de novembro, pretendia também ao projeto da Iniciativa Liberal, legislar a competência das autarquias locais e das comunidades intermunicipais no que dizia respeito à transmissão e publicitação das gravações das reuniões. Projetos lei que não foram renovados nesta legislatura. -----

----- A concretização do princípio constitucional da publicidade das reuniões opera com a realização de sessões públicas. No entanto, a publicidade da reunião não significa que o público tenha a possibilidade de gravar a sessão, e tal regra vale tanto para o cidadão que assiste, como para o eleito local que intervém na sessão. -----

----- É sabido que há quem entenda que não há lugar ao tratamento dos dados pessoais dos membros da Assembleia Municipal e do executivo municipal, isto é, não depende do seu consentimento prévio, livre, informado, específico e explícito, por desempenharem funções de notoriedade e de interesse público. No entanto, já não será assim para os cidadãos que fazem a sua intervenção regimentalmente prevista no período definido para o efeito. É também sabido que a comunicação social, ao abrigo dos princípios da liberdade de expressão, informação e imprensa, pode recolher imagens e som sem autorização dos participantes. No entanto, também tal legitimidade não é absoluta em todos os casos. -----

----- O supremo tribunal de justiça entende no seu acórdão de 13 de julho de 2017 que ocorrendo conflito entre os direitos fundamentais individuais à honra, ao bom nome e reputação, e a liberdade de opinião e de imprensa não deve conferir-se aprioristicamente e em abstrato procedência a qualquer um deles, impondo-se a formulação de um juízo de concordância prática, que valores adequadamente as circunstâncias e o contexto de acordo com os valores e as circunstâncias e o contexto do caso. Neste sentido», e agora terminado a citação do acórdão e já sendo palavras minhas, «sendo certo que a Assembleia Municipal é a casa da democracia participativa, do poder local do município exercendo funções de interesse público, os autarcas são eleitos em sufrágio direto e universal, importa que tal transmissão eletrónica seja regulada por lei habilitante da competência da Assembleia da República, com a audição obrigatória de entidades do poder local como a ANMP, a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, entre outras entidades como a ANAM, a Associação Nacional de Assembleias Municipais e personalidades académicas, especialistas na matéria que assegurem o cumprimento da constituição e dos diplomas legais que conformam tal transmissão e gravação. Diploma legal que promova também o acesso a tal funcionalidade a todas as autarquias locais e respetivos cidadãos em condições de igual acesso, com controle dos meios usados e financiamento adequado, que as habilite de competência legal para a divulgação mediática da sua atividade plenária e que resolva três aspetos fundamentais relativos à gravação e transmissão como operações de tratamento dos dados pessoais de pessoas singulares identificadas ou identificáveis nos termos do artigo quarto número dois e artigo sexto número um alínea e) do RGPD. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- As questões relativas», são essas três questões. «As questões relativas ao fundamento e limites do tratamento de dados pessoais, tendo em conta os riscos específicos de reutilização de dados pessoais para finalidades diferentes e as dúvidas quanto à adequação e necessidade dessa operação, tratamento de dados para a prossecução das atribuições públicas. As medidas técnicas e organizativas necessárias que assegurem a igualdade de oportunidades a todos os órgãos das autarquias locais e respetivos cidadãos na transmissão e no acesso à gravação vídeo cumprindo os termos do artigo setenta e nove número três do código civil. Terceiro, o cumprimento do quadro constitucional e legal aplicável nos diferentes períodos da ordem de trabalhos, por implicar a recolha e divulgação de informação relativa à imagem das pessoas, ao conteúdo das suas declarações, as quais podem expor entre outros dados pessoais, aspetos da vida privada dos declarantes ou de terceiros e revelar convicções políticas, filosóficas, ou de outra natureza que possam afetar o direito à reserva da vida privada, conforme artigo vinte e seis número um e artigo trinta e cinco da Constituição da República Portuguesa. -----

----- A Comissão Nacional de Proteção de Dados no seu parecer 2022/62, chama a atenção para o seguinte facto “indesmentível”». Cito, «“Não existe atualmente uma norma legal que preveja ou discipline o tratamento de dados pessoais decorrente da transmissão online e em direto das intervenções em reuniões de órgãos autárquicos, nessa figura necessária para a realização do princípio da publicidade das reuniões das assembleias municipais, a transmissão online das referidas reuniões e das intervenções dos membros eleitos desses órgãos, sobretudo porque o juízo de necessidade do tratamento de dados obriga a considerar o impacto ou riscos deste decorrente para os direitos dos titulares dos dados e à sua ponderação com o grau de satisfação da finalidade da publicidade na comparação com outros meios menos impactantes de publicitação das reuniões”, e como melhor se explicará infra», e continuo a citar, «a Comissão Nacional de Proteção de Dados, o risco de reutilização das imagens e declarações proferidas para quaisquer finalidades sem possibilidade de controlo é muito elevado quando as mesmas são disponibilizadas em rede aberta. O Facebook é uma rede aberta, Youtube é uma rede aberta»,. E no final desta declaração de voto assinado digitalmente a 1 de outubro de 2024, o CDS tal como o PSD, porque na altura tinha sido o PSD também autor da moção, apresentada neste mandato autárquico por integrarem a Coligação Aliança Democrática que suporte o governo tem a possibilidade de apresentar nesta legislatura um projeto lei que regule a transmissão online das sessões dos órgãos municipais em todos estes aspetos fundamentais. Dados os considerandos supra, o meu voto foi de rejeição da moção de recomendação apresentada pela Coligação “Portimão Mais Feliz”. Esta é a discussão substancial, não farei outra, os grupos municipais que o façam. Vamos discutir agora os tempos municipais. Agora, então o senhor deputado, não, não, para a próxima o senhor deputado não diga que eu não discuto as questões substancialmente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que gostava de colocar um ponto de ordem à mesa porque acabou por ouvir a sua intervenção e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



não perceber em que âmbito é que a senhora Presidente fez a sua intervenção, porque se quer discutir as questões substanciais, não percebo porque é que não conta o tempo. Porque fala em nome da Presidente da mesa, fala enquanto deputada da bancada do PS, fala enquanto Presidente da Assembleia. Fala em que contexto? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, como Presidente de mesa, porque fui interpelada nessa condição. Foi o voto de qualidade da Presidente da mesa que não existiu. -----

----- Interveio o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, então, qualquer um de nós agora pode ser interpelado nessa condição e não é contado o tempo com certeza, não é?

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, foi o facto da senhora Presidente não discutir substancialmente a questão e fui, e, portanto, respondi, está respondido. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Eduardo Jorge Jesus Gonçalves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que esta é uma moção que já ali foi apresentada várias vezes por várias forças partidárias e que o PS tem vindo juntamente com outras bancadas, ou outros deputados municipais, a rejeitar. Contudo, recentemente o município de Portimão, no dia 18 de novembro, fez um ajuste direto com a empresa *No Operation*, em que dizia que era um ajuste direto para subscrição de uma plataforma para assembleias municipais online. Ora, com este ajuste direto só nos pode aqui dizer duas coisas, ou o município de Portimão se prepara para futuramente em nome do PS apresentar esta proposta e depois fazer a proposta ser sua como já fez anteriormente com outras propostas, ou se votar contra esta proposta, este ajuste direto quer dizer o quê, que de hoje para a frente vamos sair todos daqui e futuramente vamos estar cada um em sua casa a fazer uma Assembleia Municipal online? Era isso que eu gostava de ver aqui discutido, porque foi feito aqui um ajuste direto, o PS continua a bloquear esta transmissão, a bloquear, a votar contra. Ao votar contra é uma força de bloqueio e assim, gostaria de saber se este ajuste direto tem o fundamento de futuramente ter a transmissão das assembleias, ou se é para fazermos assembleias cada um em sua casa. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, peço desculpa, só para esclarecer. O ajuste direto que foi feito não é para transmissão das assembleias, nem estas, nem das reuniões de Câmara. É para transcrição do que é gravado para escrito para as atas. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, permita-me só clarificar a informação também da senhora Presidente. É isso e é também para criar, portanto uma informação mais proativa junto dos munícipes relativamente àquilo que são os trabalhos desta Assembleia Municipal, não incluindo a transmissão online, mas dando uma informação mais detalhada daquilo que são os



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



trabalhos da Assembleia Municipal. Muito obrigada, senhora Presidente. Depois, na conferência de líderes será dada essa informação e na próxima Assembleia já terão informação mais detalhada. Eu não poderia estar a dar informação antes do ajuste direto ter sido adjudicado e, portanto, já está adjudicado. Isso mesmo, eu não quero falar mais hoje aqui, porque se não vão-me dizer que eu vou monopolizar. Portanto, eu remeto esta matéria para a conferência de líderes. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Junta de Freguesia de Portimão **Maria da Luz Santana Nunes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sobre a matéria explanada nesta reunião e o seu sentido de voto, nada mais tem a acrescentar do que aquilo que já disse na mencionada Quarta Reunião Ordinária de 2024 do dia 30 de setembro. Assim, remeto o meu sentido de voto para essa mesma Assembleia. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, eu agradeço-lhe muito ter lido a declaração de voto com tempo de ninguém, foi muito esclarecedor as considerações jurídicas, as citações assim meio arrevesadas do RGPD, etc. não me vou alongar, mas a senhora, eu ainda há agora na intervenção até me esqueci que o deputado Figueiredo Santos também esteve na Intermunicipal, não ouvi nenhum dos três fazer qualquer reparo, qualquer objeção e a minha questão é muito simples senhora Presidente. Eu estou no uso da palavra, não me interrompa, a senhora não gosta de ser interrompida, eu também não gosto. A senhora não fez qualquer reparo, volto a dizer, com tantas dúvidas do ponto de vista jurídico, com tantas questões constitucionais, não vos ouvi fazer qualquer tipo de reparo na Intermunicipal, e a questão que subsiste, vou terminar senhora Presidente, é esta, é que os meios do regime jurídico que a senhora citou abundantemente, os acórdãos, as orientações da CMPD, etc. aplicam-se a todos os municípios, e nós olhamos só Portimão que tem este problema, só Portimão não, só o PS de Portimão é que rejeita liminarmente estas transmissões, porque o PS de Lagoa aceita, o PS de Monchique aceita, o PS de Lagos, o PS de Loulé, que são poder como o PS em Portimão é. Aceitam com os mesmos regimes legais e, portanto, eu continuo a achar senhora Presidente que a questão aqui é muito simples. Os senhores continuam com medo que os municípios assistam a estas assembleias. Resume-se a uma palavra, medo, é só isso. Os senhores podem ir buscar o RGPD, a constituição, o código civil, os acórdãos do supremo, a CMPD, aquilo que a senhora quiser. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, olhe é para protegê-lo a si, senhor deputado, é para protegê-lo a si, porque se isto tivesse sido transmitido online, toda a gente tinha percebido que o senhor tinha mentido. É para protegê-lo a si, não é para me proteger a mim. A mim não teria problema nenhum, garanto-lhe. É um lapso para quem escreve muito bem como o senhor deputado escreve, não é um lapso. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, diria que atualmente não parece haver um impedimento oficial, técnico ou financeiro significativo, já que transmissões digitais são acessíveis e de baixo custo. O obstáculo principal parece estar relacionado a decisões políticas. A situação permanece tema de debate em Portimão, com cidadãos e partidos políticos a operar nas transmissões e acessibilidades. -----

----- Oficialmente algumas das justificações apresentadas pelo Partido Socialista/executivo para não avançarem com as transmissões inclui preocupações com a espetacularização dos debates e à exposição pública dos eleitos. Argumento que contrasta com o princípio de transferência, de transparência e da democracia participativa em várias petições e moções ao longo dos anos. A bancada do Partido Chega além de votar favoravelmente, já apresentou em sede de Comissão de Revisão do Regimento uma proposta nesse sentido. Disse, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, o PSD sempre defendeu uma governação transparente e acessível, que permita aos cidadãos participarem ativamente na vida política e esta moção veio exatamente ao encontro desse princípio. Recordamos ainda que a transparência não é só um dever ético, mas também uma oportunidade de fortalecer a confiança da população nas instituições democráticas. -----

----- A transmissão em direto das nossas reuniões pode contribuir para eliminar barreiras, permitindo que qualquer cidadão, independentemente da sua localização ou disponibilidade, acompanhe os debates e compreenda melhor o que aqui é discutido e decidido. É assim uma oportunidade de envolver todos aqueles que se sentem afastados da política, demonstrando-lhes que as suas vozes têm eco e que as instituições estão ao seu alcance. -----

----- Por tudo isto, a bancada do PSD apoia integralmente esta moção. A propósito ainda daquilo que se falou há pouco do ajuste direto, de facto, a descrição que lá está é para gestão online das assembleias municipais. Portanto, online é online, atenção. Portanto, ou uma coisa, ou outra. -----

----- Interveio o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge Silva Viana**, para dizer que pede desculpa, o pedido aqui é subscrição de uma plataforma das assembleias municipais online. Ou a plataforma é online, ou as assembleias municipais é que são online. Se não sabem escrever português, acho eu que, enfim, nos entendemos. Subscrição de plataforma para gestão de assembleias municipais online. Ou é uma plataforma que pode estar online para fazer essa gestão, ou é a Assembleia Municipal online. Eu deduzo que é a Assembleia Municipal. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que reconhece que o senhor deputado poderá ter razão nessa idêntica. Só para clarificar e para dar conhecimento aos senhores deputados, essa plataforma está em funcionamento na Câmara Municipal de Faro e está na Câmara Municipal de Lagos. E depois como digo e face a essas dúvidas, fiz este esclarecimento e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



está também noutros municípios do país, mas estes são os dois no Algarve que neste momento já estão a funcionar. Depois, como disse, remeto isso para a conferência de líderes para maior explicitação, uma vez que neste momento já está adjudicado. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Moção - Pela transmissão de Som e Imagem em direto das Sessões da Assembleia Municipal de Portimão - (subscrita pela bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/ Aliança),** tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	0	1	1	14
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	0	0	1
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Moção foi reprovada por maioria.** -----

----- **No Seguimento desta votação, a bancada da CDU (PCP-PEV), apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «A CDU -Coligação Democrática Unitária PCP-PEV considera que a implementação de mecanismos que permitam um maior conhecimento, participação e controlo do trabalho dos órgãos políticos é positiva, devendo o poder local democrático ser valorizado e aprofundado sempre que possível.-----

----- Porém, vários dos considerandos constantes da moção ora apresentada suscitam alguma desconfiança e até perplexidade. Desde logo no primeiro parágrafo, em que se faz referência aos "países denominados civilizados", deixando em aberto a questão de saber que países a coligação proponente julga ou não civilizados e sob que critérios. Deixa a dúvida sobre se, por exemplo, um país com fraca participação política pode ser considerado «civilizado» ... Esse discurso é perigoso porque já deu provas de que serve bem os interesses de quem defende as desigualdades e a guerra, utilizado para justificar, por exemplo, as guerras no Iraque, na Líbia, na ex-Jugoslávia ou o genocídio de Israel e seus aliados contra a Palestina. -----

Tem razão o proponente quando refere que a sociedade portuguesa sofre uma crise de participação política, mas o diagnóstico que a CDU -Coligação Democrática Unitária PCP-PEV faz é bem diferente. Desde logo pelo facto de a preocupação da direita se resumir a uma "aposta de aproximação das instituições aos cidadãos" (2.º parágrafo da moção), o que demonstra ou uma falta de conhecimento histórico sobre o processo contrarrevolucionário ou uma gritante hipocrisia face ao que foi a participação da direita, com a cumplicidade



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



do PS, nos ataques às conquistas do 25 de Abril – em que os acontecimentos do 25 de Novembro de 1975 se incluem -, passando ainda pelo voto contra do CDS-PP à Constituição da República, que previa - essa sim - mecanismos de participação direta dos trabalhadores e do povo, algo com que a direita nunca se conformou, mesmo quando, como o PPD/PSD mas também o PS, fingia que defendia o socialismo e o poder dos trabalhadores nas empresas, nas fábricas, nos campos, no movimento associativo, nas comissões de bairro e de freguesia, nas escolas.-----

----- Esta dificuldade da direita em entender as causas do afastamento do povo do poder político leva a conclusões como a de que a transmissão em direto é “fundamental para aproximar os eleitores dos seus eleitos” (alínea h) dos considerandos da moção). Mas está-se a confundir a forma com o conteúdo. Se a proposta em questão é uma medida formal importante, está muito longe de ser o fundamental. O fundamental é lutar pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa e os direitos laborais e as funções sociais do Estado nela consagrados (como a saúde, a habitação ou o trabalho com direitos individuais e coletivos), ou seja, cumprir o princípio da subordinação do poder económico ao poder político democrático - e não o contrário, como a direita e o PS promovem há décadas. -----

----- Porém, tal mudança de consciências nunca verá a luz do dia enquanto se continuar a apostar em visões assistencialistas e caritativas, como por exemplo a Carta Social de Portimão recentemente aprovada, que - independentemente do trabalho meritório dos técnicos que a elaboraram, que a CDU-Coligação Democrática Unitária PCP-PEV saúda - não faz qualquer referência ao direito coletivo do trabalho e à necessidade de os trabalhadores se unirem e organizarem; como a falsa e hipócrita filosofia da harmonia social, ao chamar os trabalhadores de “colaboradores”, como se os trabalhadores, ao contrário dos seus patrões, não tivessem capacidade de organização própria, de pensarem por si e de acordo com os seus interesses, e como se estes interesses não chocassem diariamente com os do patronato; ou ainda a composição do recentemente aprovado, por esta Assembleia, Conselho Municipal de Mobilidade, que integra representantes de patrões mas não de trabalhadores. Mas lembremo-nos de que esses, os trabalhadores que a direita e o PS não querem ouvir - talvez por acharem que não pertencem aos tais «civilizados» -, são a maioria, são o tal povo sobre cuja fraca participação política a direita vem agora derramar lágrimas de crocodilo. -----

Assim, a CDU- Coligação Democrática Unitária PCP - PEV é favorável ao objeto da proposta - a transmissão em direto das sessões desta Assembleia e da Câmara Municipal - mas não pode permitir que a direita se tente desresponsabilizar da sua ação contra os valores de Abril, como é o caso do exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras.-----

Razões pelas quais a CDU-Coligação Democrática Unitária PCP-PEV se abstém.» -----

----- **No Seguimento desta votação, a bancada do PS, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «O PS não se deixa intimidar pela oratória belicosa do Portimão Mais Feliz, que insiste em atropelar as decisões democraticamente tomadas na Assembleia Municipal, nem está disponível



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para gincanas políticas que em nada dignificam o órgão. -----

- Como é sabido, o reconhecimento às autarquias locais da função específica de divulgação mediática da sua atividade plenária foi excecional e transitório, no contexto da pandemia da Covid-19, e nada tem a ver com a opinião política absolutamente infundada de maior transparência, ou de incentivo à participação dos cidadãos. O PS foi inequívoco quanto a que a matéria sobre eventual divulgação mediática da atividade plenária habitual da Assembleia teria que ser apreciada na esfera das atribuições da Comissão encarregue da atualização do Regimento, para o que se torna imperativa a apresentação por parte dos partidos que atualmente suportam o governo, de um projeto de lei regulador da “transmissão on line das Sessões dos Órgãos Municipais, em todos estes aspetos fundamentais”, por não existir norma legal que preveja esse tratamento de dados, nem norma que reconheça às autarquias locais uma função específica de divulgação mediática.-----

----- Assim, parece oportuno que a autoria das moções apresentadas neste mandato autárquico, por parte de forças políticas que integram a Coligação Aliança Democrática, demandem a possibilidade de apresentar, nesta legislatura, a elaboração de tal projeto de lei que vise esse desiderato. -----

----- O PS não desrespeita nem atropela as Comissões de Trabalho, nem os elementos que nela deputam, muito menos numa matéria tão sensível quanto a respeito à reserva do direito à imagem, por parte dos cidadãos, membros ou participantes ocasionais nas Assembleias Municipais. -----

- Alegando a inoperacionalidade dos trabalhos da Comissão, de que faz parte integrante, o Portimão Mais Feliz apresenta o argumento falacioso de que o órgão não funciona, quando o que está em causa é a manifesta incapacidade negocial de minorias que teimam em não se sujeitar às regras do jogo democrático, conforme prova a reiterada e absurda repetição da vinda a plenário de uma matéria por demais votada e remetida para o domínio regimental.-----

----- O PS não deixará que abalem as suas convicções pelo cansaço, nem esconde que, a par do curso dos trabalhos, esta matéria, depois de legalmente regulada, terá que ser submetida à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) que, em seu parecer de /2019/10, de 26 de fevereiro, assumiu ser uma das suas atribuições e competências pronunciar-se sobre um projeto de «Regulamento de transmissão áudio/vídeo em direto e online das reuniões dos órgãos do Município».-----

----- Na ligeireza dos seus argumentos, os senhores deputados do Portimão Mais Feliz não desconhecem as implicações de um regulamento que tem por objeto a filmagem e a transmissão áudio/vídeo em direto e online das reuniões dos órgãos do Município, sem cobertura legal, e as suas implicações com a regulamentação geral de proteção de dados (RGPD), uma vez que tal implica a recolha e divulgação de informação relativa a pessoas singulares identificadas ou identificáveis, que não apenas a membros da Assembleia.-----

----- Aliás, o PS não esquece as tentativas abusivas de captação de áudio e som, através de telemóvel pessoal, nesta Assembleia Municipal, certamente para uma propaganda orquestrada para a qual não está disponível para ser usado. -----



----- É sabido que a aludida informação abrange não só a imagem das pessoas, como revela o local e o contexto em que se encontram num momento preciso, como também o conteúdo das suas declarações, as quais podem fazer referência, entre outros dados pessoais, a aspetos da vida privada dos participantes ocasionais ou de terceiros e revelar convicções políticas, filosóficas ou de natureza diversa. -----

----- Na vanguarda das liberdades individuais, o PS faz o entendimento de que a referida divulgação afeta, para além do direito à imagem, o direito à proteção dos dados pessoais e é suscetível de afetar o direito à reserva da vida privada (cf. n.º 1 do artigo 26.º e artigo 35.º da Constituição da República Portuguesa). -----

----- O PS não esconde que, não existindo norma legal que preveja especificamente este tratamento de dados, nem norma legal que reconheça às autarquias locais uma função específica de divulgação mediática da sua atividade plenária habitual, tal legislação deverá implicar o consentimento prévio e expresso de todas as pessoas abrangidas pela filmagem e transmissão, circunstância que deveria figurar no Regimento, no quadro de cobertura legislativa afim, como condição de legitimação do referido tratamento de dados e garantia de licitude de tal tratamento.-----

----- O PS insiste que, por respeito aos direitos de cidadania e após a cessação da vigência do regime excecional e transitório de publicitação, estas questões não podem ser escamoteadas, como licitude da transmissibilidade em direto das reuniões públicas dos órgãos autárquicos, pelo que não será de prescindir da intervenção da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd). -----

No entendimento do PS, não poderá o Regimento escamotear quer a dependência do tratamento de dados pessoais decorrente da transmissão online das reuniões, do consentimento de todos os intervenientes, quer a ponderação da previsão da possibilidade de transmissão das reuniões em plataformas digitais que correspondam a redes sociais, tendo em conta os riscos específicos de reutilização dos dados pessoais para fins diversos e as dúvidas quanto à adequação e necessidade dessa operação de tratamento de dados pessoais para a prossecução das atribuições públicas.-----

Na perspetiva do PS, eventual cobertura legal que resulte projeto lei que regule a transmissão on line das Sessões dos Órgãos Municipais terá implicações nos regimentos das Assembleias Municipais que, por certo, não deixarão de plasmar o consentimento prévio, obtido em relação a todos os que estiverem presentes nas reuniões do órgão, cujas imagens ou declarações possam ser objeto da referida captação e transmissão online. -----

É suposto que tal consentimento só será válido, para legitimar o tratamento, se for informado, específico, livre e inequívoco, devendo, por isso, autonomizar-se e especificar-se o consentimento para a transmissão em plataformas digitais das reuniões, caso tal seja previsto. -----

Deverá, assim, tal projeto de lei, que aqui se alude, fazer depender o tratamento de dados pessoais do consentimento prévio, informado, livre, específico e explícito de todos os intervenientes na sessão, que estejam no exercício de funções «quer [...] estejam no exercício do direito à participação, mesmo que este último se traduza apenas na mera presença ou assistência nas sessões da Assembleia Municipal», em conformidade com



o estatuído na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º, na alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º e na alínea 11) do artigo 4.º do RGPD .-----

Todas estas preocupações, mais que legítimas, com as liberdades dos cidadãos, deverão estar previstas em juízo da necessidade de um tratamento de dados que considere os riscos decorrentes para os direitos dos titulares dos dados e a sua ponderação com o grau de satisfação da finalidade de publicidade, na comparação com outros meios menos impactantes de publicitação das reuniões, designadamente com o risco de reutilização indevida das imagens e declarações proferidas para quaisquer finalidades, sem possibilidade de controlo, é muito elevado quando as mesmas são disponibilizadas em rede aberta.-----

Não havendo obrigação legal de realizar tal transmissão, nem sendo tal divulgação necessária para a prossecução das atribuições municipais legalmente definidas, a previsão no projeto de alteração de obtenção prévia do consentimento revela-se a adequada para assegurar a licitude do tratamento. -----

De resto, um artigo que tenha por epígrafe «Direitos dos Intervenientes» deverá fixar um conjunto de regras que assegurem a liberdade do consentimento, bem como a suspensão da transmissão sempre que um cidadão que pretenda intervir ativamente na reunião não tenha consentido no tratamento dos seus dados para esse efeito. -

Note-se que esta previsão regimental, especificamente pensada para a participação ativa de cidadãos, tem de estender-se aos demais intervenientes, em especial aos membros eleitos da Assembleia Municipal que não tenham consentido na transmissão online das suas intervenções – de outro modo, ficaria esvaziada a previsão do consentimento prévio como condição para o tratamento dos dados. -----

O tratamento dos dados decorrente dessa transmissão só pode realizar-se com a declaração inequívoca de consentimento, pelo que se algum cidadão não tiver preenchido a declaração de consentimento, o Município não estará legitimado a captar e transmitir online imagens ou declarações daquele. -----

A CNDP recorda que há riscos acrescidos decorrentes da disponibilização em redes sociais das imagens e declarações captadas durante as reuniões, pelo facto de essas plataformas promoveram a reutilização dos dados pessoais para outros fins, podendo servir para a criação de perfis sobre as pessoas a quem os dados dizem respeito, sem que o Município ou os titulares dos dados tenham controlo sobre esse e todos os tratamentos subsequentes.-----

Tais riscos deverão estar regimentalmente acautelados e as sanções previstas e graduadas em função da gravidade de práticas políticas delituosas, pelo que parece sugestivo que as forças políticas empenhadas na transmissão on line possam recomendar à Coligação Aliança Democrática, que dá corpo ao Governo, a apresentação nesta legislatura, de suporte legal regulador da mesma. -----

Assim, é na base de uma salutar e enriquecedora discussão que esta matéria deve ser colocada e não de forma impositiva, tosca e superficial, por conta de modismos on line ou devaneios mediáticos.»-----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia



para debate, a **Proposta de Recomendação – 2 de fevereiro de 2025 – Dia Mundial da Zonas Húmidas – Encontro de Autarcas de Portimão e Lagos subordinado ao Tema – Classificação da Ria de Alvor como Reserva Natural - (subscrita pela bancada da CDU(PCP/PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «

O Dia Mundial das Zonas Húmidas celebra-se, anualmente a 2 de fevereiro, por ocasião da assinatura da «Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas», a 2 de fevereiro de 1971, na cidade iraniana de Ramsar.-----

Este dia tem como objetivo sensibilizar para a proteção das zonas húmidas e sublinhar a importância que estas têm para a existência de vida no nosso planeta. -----

Uma forma de defender e proteger as zonas húmidas nomeadamente, a Ria de Alvor, é proceder à sua Classificação. -----

Ao longo de décadas tem sido objeto de discussão e aprovação pelos órgãos Autárquicos do Concelho de Portimão e de Lagos propostas exigindo a Classificação da Ria de Alvor. No atual mandato, foi aprovado por maioria apenas com a abstenção do CHEGA, na Assembleia Municipal Portimão, em 28 de junho de 2024: -----“Iniciar conversações com o município de Lagos no sentido de reativar a Associação de Municípios Ria de Alvor, recuperando todo o trabalho desenvolvido de caracterização e mapeamento. -----

– Dar início aos estudos necessários conducentes à possibilidade de criação da Área Protegida da Ria de Alvor e que a mesma seja classificada como Reserva Natural da Ria de Alvor. -----

– Iniciar conversações com o município de Lagos para conjuntamente chegar à sua concretização.” -----

Em 18 de maio de 2022, tinha sido aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Lagos uma proposta de igual teor.-----

Em 9 de Junho de 2022 a Assembleia de Freguesia de Odiáxere aprovou por Unanimidade: “Comunicar à Câmara Municipal de Lagos o apoio da Assembleia de Freguesia de Odiáxere à reativação da Associação de Municípios da Ria de Alvor e classificação da Ria de Alvor como Reserva Natural”. -----

Em 24 de Junho de 2024 a Assembleia Municipal de Lagos aprovou por unanimidade: -----

“Solicitar ao Presidente da Câmara Municipal de Lagos informação detalhada sobre Quais as diligências efetuadas para dar cumprimento à Deliberação n.º 159 de 18 de maio de 2022, cumprindo assim a deliberação unânime da Câmara Municipal de Lagos de 18 de maio de 2022”. -----

Desde a década de 70 que a Ria de Alvor tem sido objeto de vários estudos e debates, quanto à melhor forma de conciliar os interesses das populações locais e a salvaguarda do seu património natural e cultural. -----

Em 1980 o Instituto Nacional da Investigação e Pescas, propôs a criação de uma Reserva Natural na Ria de Alvor, que mereceu a concordância do Secretário de Estado do Ambiente, de então. -----

Em 1988 o Serviço Nacional de Parques apresentou um projeto para a criação da Área Protegida da Ria de Alvor. Em 1991 foi aprovado o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, no qual se definem as zonas húmidas da Ria de Alvor como áreas de proteção da natureza. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Em 1992 foi criado, para funcionar junto do Ministério do Ambiente, um grupo interministerial com o objetivo de serem criadas regras de ordenamento e gestão da Ria de Alvor. -----

Em 1995 foi aprovado o Plano Regional de Turismo do Algarve, onde se define que a Ria de Alvor deve ser assumida como «Zona Tampão», reconhecida pelo seu valor natural de zona húmida. -----

Em 1996 o Instituto de Conservação da natureza (ICN) apresentou a 1.ª fase da lista nacional de sítios a integrar a Rede Natura 2000, sendo que a Ria de Alvor foi excluída, mesmo possuindo cerca de 1700 hectares onde estão identificados habitats e espécies referenciados pela União Europeia. -----

Em 2000 o ICN voltou a propor a integração de 833 hectares (de um total de 1454 hectares) da Ria de Alvor na 2.ª fase da Rede Natura, deixando de fora terrenos, onde estão classificados habitats e aves incluídos nas listas das diretivas comunitárias, que pertencem a empresários com atividade na área do imobiliário. -----

Em 2000 a Ria de Alvor é integrada na rede Natura e é assinado um protocolo entre a Câmara Municipal de Portimão e o ICN para elaboração de um Plano de Pormenor para a Ria de Alvor, que nunca foi executado. -----

Em 2004 foi criada uma Associação de Municípios Ria de Alvor entre as Câmaras Municipais de Portimão e de Lagos com vista à criação da área de paisagem protegida intermunicipal da Ria de Alvor a integrar a Rede Nacional das Áreas Protegidas. -----

Em fevereiro de 2005 foram aprovados pela Assembleia Municipal de Lagos os Estatutos da Associação de Municípios da Ria de Alvor (Lagos/ Portimão). -----

A Associação tinha como principal objetivo a criação de uma Área Protegida, a defesa, valorização e ordenamento da Ria de Alvor. -----

Esta associação elaborou alguns estudos e solicitou pareceres sobre a Ria de Alvor, no sentido da sua classificação enquanto área protegida. -----

Em novembro de 2011 a associação foi suspensa, sem qualquer razão além da questão financeira. -----

Sendo internacionalmente reconhecida a importância da Ria de Alvor, que determinou a sua classificação como Sítio Ramsar, ao abrigo da Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional e a sua inclusão na Rede Natura 2000. -----

Encontrando-se a nível nacional, incluída na Rede Biótopos Corine, os seus solos classificados nas reservas Ecológica e Agrícola Nacionais e como Espaço de Fomento Agroflorestal, integrando ainda a Lista Nacional de Sítios. -----

Considerando que todos os instrumentos de ordenamento e desenvolvimento da Região do Algarve reconhecem a importância da área que abrange a Ria de Alvor como património a preservar. -----

Considerando que a nível geológico, a Ria de Alvor é o melhor exemplar de uma baía – barreira em toda a Europa e a mais bem conservada a nível da zona mediterrânica. -----

Considerando serem estimados em 85% os sapais salgados existentes no Barlavento Algarvio que desapareceram nos últimos 100 anos. -----



Considerando que a importância da Ria de Alvor ultrapassa largamente o interesse regional, sendo a área a proteger e os valores que comporta de interesse nacional, não se entende como nem porquê ainda não foi criada a Reserva Natural da Ria de Alvor, mais agora, após a classificação da zona húmida mais importante do Barlavento Algarvio, a Lagoa dos Salgados. Restando a Ria de Alvor (segunda zona húmida mais importante do Barlavento Algarvio) sem um estatuto claro de proteção. -----

A classificação da Ria de Alvor como Reserva Natural tem por base o atrás descrito e o que indica o despacho que define as áreas protegidas: “Devem ser classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.”-----

“Entende-se por reserva natural uma área que contenha características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo, e que não se encontre habitada de forma permanente ou significativa.” -----

“A classificação de uma reserva natural visa a proteção dos valores naturais existentes, assegurando que as gerações futuras terão oportunidade de desfrutar e compreender o valor das zonas que permaneceram pouco alteradas pela atividade humana durante um prolongado período de tempo, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação, designadamente: -----

- a) A execução das ações necessárias para a manutenção e recuperação das espécies, dos habitats e dos geossítios em estado de conservação favorável; -----
- b) O condicionamento da visitação a um regime que garanta níveis mínimos de perturbação do ambiente natural;
- c) A limitação da utilização dos recursos, assegurando a manutenção dos atributos e das qualidades naturais essenciais da área objeto de classificação.” -----

Se associarmos a tudo isto o que poderá significar em termos socioeconómicos esta classificação, com a valorização do turismo de natureza nomeadamente a observação de aves, a mais-valia para a ligação da Ecovia que atravessará este território, o ganho de notoriedade dos produtos extraídos da Ria nomeadamente bivalves e mariscos, com o valor acrescentado de terem origem numa reserva natural. -----

Assim considerando a importância do Dia Mundial das Zonas Húmidas e a melhor forma de dar resposta aos princípios subjacentes à declaração das Nações Unidas de 2 de fevereiro de 1971 em Ramsar, no Irão, a realização de um Encontro de Autarcas dos Concelhos de Portimão e Lagos seria um passo importante para encontrar uma solução conjunta que dê cumprimento às Deliberações já tomadas pelos órgãos Autárquicos dos dois concelhos. - Salientamos que em 12 de novembro de 2024, foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Lagos uma proposta da CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV de igual teor.-----

Assim a eleita da CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, propõe que Assembleia Municipal de Portimão,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



reunida em 12 de dezembro de 2024 delibere:-----

Convidar os órgãos autárquicos de Lagos para no dia 2 de fevereiro de 2025 para um Encontro de Autarcas dos dois Concelhos com o objetivo de dar cumprimento às Deliberações da Câmara Municipal de Lagos das Assembleias Municipais de Portimão e Lagos e da Assembleia de Freguesia de Odiáxere:-----

1. Para possível reativação da Associação de Municípios Ria de Alvor, recuperando todo o trabalho desenvolvido de caracterização e mapeamento. -----

2. Dar início aos estudos necessários conducentes à possibilidade de criação da Área Protegida da Ria de Alvor e que a mesma seja classificada como Reserva Natural da Ria de Alvor. -----

3. Dar conhecimento desta recomendação, aos órgãos de comunicação social e publicar na página eletrónica da Assembleia Municipal de Portimão.» -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que a senhora deputada não tem tempo, mas quer que se ponha à discussão. É isso? -----

----- Ficou com o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, é isso. -----

----- Estamos uma vez mais a solicitar a esta Assembleia que delibere exigir a classificação da Ria de Alvor como reserva natural, cumprindo desta forma as deliberações aprovadas nesta Assembleia em 27 de junho de 2022 e na anterior Assembleia que consta da própria moção que foi em 28 de junho de 2024 e, portanto, assim propomos uma vez mais que esta Assembleia delibere sobre todos os pontos constantes desta moção. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, o Bloco de Esquerda já tinha questionado aqui na, acho que é a Quarta Extraordinária a do estado do município, ao senhor Presidente enquanto ele era Vice-Presidente, se tinha estado à frente, tinha estado também juntamente com o colega, ou com a Câmara de Lagos, para que chegassem ai, agora esqueci-me, peço desculpa, para a requalificação da Ria de Alvor passar a ser zona protegida, e como na altura não me respondeu, gostaria que me respondessem em que ponto se encontra essa situação. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, ora sobre esta recomendação, diria que há anos que há um empenho grandioso em classificar a Ria de Alvor como reserva natural. Teria um impacto profundo na preservação ambiental e na sustentabilidade regional, beneficiando as gerações futuras, os seus benefícios ambientais nas espécies únicas de flora e fauna, garantindo a biodiversidade na região e o impacto positivo no turismo. Nos desafios poderiam surgir restrições e limitações à pesca, agricultura, construção e atividades na área, afetando as comunidades locais. -----

----- No investimento, havia necessidade de um plano de pormenor, gestão, fiscalização, infraestrutura para assegurar o cumprimento das normas. Em contrapartida, a autarquia de Portimão está empenhada em alargar e dimensionar o aeródromo de Alvor, que virá sustentar e incrementar um maior desenvolvimento



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



económico, com maior tráfego aéreo, incentivando o turismo e negócios na região. Maior acessibilidade nas deslocações aos visitantes internacionais, à geração de novos postos de trabalho durante e após a reestruturação. Esta expansão do aeródromo desafia o impacto ambiental à requerida reserva natural, ao degradar habitats naturais e aumentará o ruído, afetando a Ria de Alvor e comunidades vizinhas. Assim, põe-se-nos nos pratos da balança qual o melhor e mais rentável projeto à sociedade portimonense. -----

----- A bancada municipal do Partido Chega continuará a abster-se, por ausência de estudos que nos suportem uma ou outra opção. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que conforme está na recomendação, a 28 de junho de 2024, foi aprovada nesta Assembleia uma recomendação que o senhor Presidente assumiu que iria dar provimento, nós temos o Dr. Filipe Balé que integra esta associação que está parada, mas que neste momento está a ser reativada. Num estudo preliminar, chegou-se à conclusão que não pode ser criada uma área protegida da Ria de Alvor, mas sim uma área municipal protegida que é para isso que estamos a trabalhar e estão a ser desenvolvidos os trabalhos. Não percebo o porquê de uma nova moção, tendo em conta que tivemos há tão pouco tempo uma moção que foi aprovada e estão a ser desenvolvidos os trabalhos para que se possa, a recomendação que é feita era para possível reativação da associação, está-se a reativar a associação.-----

----- «Dar início aos estudos necessários conducentes à possibilidade de criação da Área Protegida», não pode ser feita uma área protegida, mas sim uma área municipal e também estão a ser dados os passos para que isso aconteça. «Dar conhecimento aos órgãos de comunicação social», pois é o trabalho que estamos a fazer. Portanto, acho que esta moção foi há muito pouco tempo votada e estão a ser feitos os passos e desenvolvidos os passos para que isto aconteça. Disse, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, é tão só para informar que o PS vai votar favoravelmente nos pressupostos que acabámos de ouvir referenciados pela senhora Vice-Presidente. Muito obrigado. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – 2 de fevereiro de 2025 – Dia Mundial da Zonas Húmidas – Encontro de Autarcas de Portimão e Lagos subordinado ao Tema – Classificação da Ria de Alvor como Reserva Natural - (subscrita pela bancada da CDU(PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	2	1	1	1	27
ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	0	0	3



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONTRA									

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Proposta de Recomendação foi aprovada por maioria.**-----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – Pela Requalificação do Largo Gil Eanes, em Portimão - (subscrita pela bancada da Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Considerando que: -----

a) O Largo Gil Eanes, em Portimão, apresenta sinais evidentes de degradação em várias áreas de utilização comum e das suas áreas ajardinadas; -----

b) Não obstante algumas operações de limpeza e tratamento das zonas verdes, várias das áreas comuns do parque, como as zonas pedestres, a zona do quiosque, as casas de banho públicas, o avião ali existente, o recinto polidesportivo e uma boa parte das zonas ajardinadas, continuam a evidenciar sinais de degradação, reclamando uma requalificação urgente, que permita uma melhor fruição por parte dos munícipes; -----

c) Em algumas das referidas áreas comuns subsistem na presente data situações evidentes de falta de manutenção e de degradação, ao passo que noutras áreas é evidente a necessidade de uma reformulação de algumas soluções urbanísticas, como a iluminação pública, a circulação e o estacionamento automóvel em alguma zonas do largo; -----

d) O deficiente estado de conservação de algumas zonas de utilização comum do Largo Gil Eanes não só dá uma má imagem da área em questão, como impossibilita um verdadeiro e pleno aproveitamento de toda a zona, tendo em conta as suas potencialidades para a cidade e para os/as Portimonenses, -----

Os eleitos do Grupo Municipal da Coligação Portimão Mais Feliz (CDS-PP/ Nós, Cidadãos! /Aliança) propõem que a Assembleia Municipal de Portimão, reunida na sua 5ª Sessão Ordinária 2024, realizada em 12 de Dezembro, delibere recomendar ao Executivo Permanente da Câmara Municipal de Portimão que proceda, com carácter de urgência, à requalificação urbanística e paisagística do Largo Gil Eanes, em Portimão, incluindo-se as zonas de utilização comum referidas e as áreas ajardinadas.» -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que a recomendação é muito simples, é propor que esta Assembleia delibere «recomendar ao executivo que »se «proceda à requalificação com urgência» das zonas comuns do largo Gil Eanes, portanto a nível urbanístico, paisagístico, pois embora algumas reparações têm sido feitas ali regularmente de manutenção das zonas verdes, há ali zonas que estão muito degradadas e que carecem de uma reformulação e uma reponderação global e integrada, e é nesse sentido que se propõe aqui esta recomendação. Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que como é certamente do vosso conhecimento, o assunto em apreço não é novidade para esta Assembleia. Já foi aqui debatido e como tal, não é novidade. Já foi alvo de intervenções de várias bancadas, quer através de moções, de recomendações e nessa medida, também serviu para sensibilizar e motivar o nosso executivo que promoveu a iniciativa de elaborar um estudo prévio para a requalificação do referido espaço. Mais, como também foi dado conhecimento em devido tempo a esta Assembleia, era intenção que o estudo não só envolvesse o largo Gil Eanes, como áreas adjacentes, abrangendo igualmente o jardim Sárrea Prado. -----

----- Ora bem, o estudo prévio já é público, está aí e o que se aguarda, é que apareçam contributos que o tornem num projeto sustentado que oportunamente possa ter a sua concretização. -----

----- Para quem ainda não o conhece o referido estudo, recomendamos a visita à exposição ontem inaugurada, O Futuro em 100 Projetos e o vosso olhar atento para o projeto número oitenta e nove, Um novo Núcleo de Lazer e Convívio no coração da cidade, estudo prévio largo Gil Eanes. -----

----- Gostaria ainda de acrescentar uma breve nota para dar conta daquilo que consideramos uma notória melhoria que os espaços verdes da nossa cidade têm vindo a ter nos tempos mais recentes. -----

----- É indesmentível o esforço que o executivo municipal em conjugação com a Junta de Freguesia, tem vindo a desenvolver nos últimos meses, para que essa melhoria seja consistente, compreendida e assimilada pelos portimonenses. -----

----- Pelas razões que expus, e também porque se trata mais uma vez de uma medida que consideramos extemporânea pelas razões apontadas, iremos votar contra esta recomendação. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente ao que foi apresentado pela bancada do PS, ele esteve lá na apresentação da exposição e efetivamente viu esse estudo prévio que foi apresentado e até pensou que fosse um estudo prévio antigo, porque daquilo que já foi aqui falado nesta Assembleia, é que não poderia ser feita uma intervenção no largo Gil Eanes, porque iria existir a criação de uma nova estrada devido à ligação do novo viaduto, que iria provocar a passagem de uma estrada praticamente pelo largo do Gil Eanes. e esta estrada não aparece aqui, essa estrada de forma alguma é notória no jardim Sárrea Prado. Portanto, parece-me que este estudo prévio seja mesmo só um estudo prévio e que virá a sofrer grandes alterações com os contributos que serão apresentados, porque o mesmo não me parece que seja possível executar de acordo com aquilo que foi aqui apresentado no passado. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, era só para pedir um esclarecimento ao preponente desta recomendação, quando utiliza a expressão «executivo permanente da Câmara». O que é que querem dizer com isto? -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, eu como parte interessada no largo Gil Eanes, gostaria que me dissessem realmente se vai passar a rua ali ou não, porque na comissão foi-nos dito, na comissão com o diretor de departamento foi-nos dito que ia passar lá uma estrada para dar acesso como foi-nos dito aqui pelo deputado do PAN. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que pede autorização para o colega José Cardoso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ouviu com atenção a intervenção do senhor deputado Ricardo Cândido, mas pensa que está aí alguma confusão, porque nunca foi dito pelo menos nesses termos que a estrada seria perfilada ao longo do largo Gil Eanes para efetuar qualquer ligação ao viaduto. A ligação ao viaduto vai ser feita exatamente com o perfil de estrada que lá existe, aquilo que está previsto é em termos de alteração viária, ou que está a ser estudado em termos de alteração viária, implica apenas a colocação de uma rotunda junto à chegada de quem vem da parte dos bombeiros para o largo Gil Eanes, portanto no cruzamento, numa criação de uma rotunda, pois obviamente há uma descontinuidade rodoviária porque a estrada de Monchique vai deixar de ter o trânsito rodoviário, mas o perfil de estrada mantém-se exatamente onde está, passa em frente à estação, prevemos no troço rodoviário junto ao jardim Sárrea Prado aí, sim, reperfilar para que tenha dois sentidos ao longo de todo esse troço, hoje só tem um sentido para cá e depois faz o contorno pelo jardim Sárrea Prado junto à Universidade do Algarve, aí prevemos que se mantenham os dois sentidos até à ligação ao viaduto que depois, exato e do outro lado da rua projetada à Mouzinho de Albuquerque exatamente a mesma questão, mantém-se o perfilamento da via que existe. Portanto, em termos viários não há nenhuma alteração prevista. O estudo prévio que está apresentado na exposição relativamente ao largo Gil Eanes, é mesmo um estudo prévio como proposta de intervenção de requalificação do largo Gil Eanes, porque ele, na verdade, fica exatamente como está em termos de configuração do largo. A única coisa que chegou a ser dita em tempos e que envolvia a concertação com o estudo prévio do largo Gil Eanes, era a ampliação da rota acessível que vinha, que neste momento já está em curso com a construção do novo jardim Gonçalo Ribeiro Teles onde uma parte do passeio como já podem ver já tem a rota acessível ampliada e que vai até ao largo da estação, e essa rota acessível vai passar por dentro do jardim Gil Eanes, do largo Gil Eanes e tem que ser harmonizado e vai ser harmonizada com o estudo prévio e com o projeto do largo Gil Eanes. Não a parte rodoviária, a parte rodoviária mantém-se exatamente igual. Foi isso que foi dito aqui, pode ser aí talvez a confusão. Portanto, em termos de estrada ela mantém-se. Está bem? Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, tentando ser muito rápido e a propósito dos estudos prévios que foram aqui já referidos, eu acabei de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



consultar no site da Câmara Municipal de Portimão a requalificação, o estudo prévio da requalificação do largo Gil Eanes e do largo da estação de 2016 é maravilhoso, parabéns pela execução. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, para esclarecer que não existiu grande equilíbrio, não é? Na realidade, o que foi apresentado é que essa seria uma das entradas principais que viria do viaduto, passaria pelo jardim Sárrea Prado, cortaria pelo meio do Gil Eanes para ir fazer a entrada pelos bombeiros. Essa foi a informação que foi dada aqui nesta Câmara. Foi desta forma e daí esse foi um dos argumentos que não se poderia fazer nenhum tipo de intervenção neste momento no largo Gil Eanes, porque era dinheiro gasto de forma desnecessária, porque iria ser feita essa grande intervenção, mas salvo por não fazerem essa intervenção e aproveitarmos o espaço verde com a dimensão que ele tem. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, deixar só uma nota para regoziar, pelo facto dos contributos serem diminutos para um estudo prévio. O único partido político que se pronunciou relativamente ao conteúdo do estudo prévio de contributos, mais ninguém contribuiu com nada. Só critica. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor vereador Pedro Xavier, só pode ter a palavra se a senhora Vice-Presidente lhe der a palavra, porque não sou eu que lhe dou a palavra. Eu não posso dar-lhe a palavra. Como sabe senhor vereador, a senhora Presidente no exercício das funções, portanto não vai dar e, portanto, não lhe posso dar. Obrigada. Terá que pedir a palavra durante a reunião de Câmara. Obviamente, é o órgão próprio, é o órgão próprio como sabe regimentalmente e de lei. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **Proposta de Recomendação – Pela Requalificação do Largo Gil Eanes, em Portimão - (subscrita pela bancada da Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA NDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	3	2	2	1	1	1	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	0	15

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- **A Proposta de Recomendação foi reprovada com voto de qualidade da Senhora Presidente da**



Assembleia Municipal. -----

----Em Seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, a **Proposta de Recomendação – “Promoção de espécies autóctones” - (subscrita pela bancada da CDU (PCP/PEV))**, cujo teor se transcreve na íntegra: «Floresta autóctone é aquela que é composta por árvores originárias do próprio território. Em Portugal, compreendem-se árvores como os carvalhos, os medronheiros, os castanheiros, alfarrobeira, os loureiros, as azinheiras, os sobreiros, os azereiros, o freixo, o loendro, oliveiras. -----

A floresta autóctone está comprovadamente mais adequada às condições do solo e do clima do território e é, por isso, mais resistente a pragas, doenças, períodos de seca ou chuva intensa, em comparação com as espécies introduzidas. Exercendo um importante papel na regulação e melhoria do clima e no sequestro de carbono da atmosfera, contribui também para a redução do efeito de estufa e, conseqüentemente, no combate às alterações climáticas, sendo mais resistente e resiliente aos incêndios. -----

Em Portimão, e no que aos espaços verdes diz respeito, as espécies autóctones devem assumir cada vez mais importância, pois ao conceber-se jardins integrados paisagisticamente no meio, utilizando espécies autóctones, adaptadas às condições edafoclimáticas do espaço e à topografia do terreno, com reduzidas exigências hídricas, mais resistentes a pragas e doenças, fomenta-se a biodiversidade local, contribuindo assim para uma melhor eficiência ao nível da gestão dos espaços verdes da cidade.-----

Considerando que os espaços verdes da cidade desempenham um papel fundamental na promoção da qualidade de vida, sendo o seu principal objetivo a preservação da qualidade do ar, o recreio e o lazer e além dessas funções, também mantêm a permeabilidade dos solos e quebram a monotonia da paisagem urbana, causada pelos grandes complexos e edificações, que cada vez mais caracterizam as nossas cidades. -----

Considerando que no final de julho de 2024, cerca de 40% de Portugal continental estava em seca meteorológica, segundo dados do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, tornando-se imprescindível que sejam tomadas medidas e ações concretas no sentido de reverter e prevenir estas situações. -----

Considerando que no dia 23 de novembro se assinalou o Dia da Floresta Autóctone. -----

Pelo que, a eleita da CDU- Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, propõe que Assembleia Municipal de Portimão, reunida em 12 de dezembro de 2024 delibere recomendar à Câmara Municipal de Portimão que:---

1 .Reconhecendo as suas valências ambientais saúde o Dia da Floresta Autóctone, assinalado a 23 de novembro.-----

2. Seja incentivada a produção de espécies autóctones no viveiro municipal. -----

3. Seja dada prioridade à plantação de espécies autóctones nos espaços verdes da cidade, nomeadamente nos jardins e parques. -----

4. Enviar esta deliberação para as demais Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e órgãos de comunicação social.» -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer à líder da bancada da CDU que não sabe se quer manter a discussão, quer manter a discussão e, portanto, façam favor. À discussão das outras bancadas, porque ninguém tem tempo. Então, vamos pôr à votação. ----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a **proposta de Recomendação – “Promoção de espécies autóctones” – (subscrita pela bancada da CDU (PCP/PEV))**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

-----**A Proposta de Recomendação foi aprovada por unanimidade.** -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para apreciação o **ponto 3- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO** nos termos do artigo 25º nº. 2, alínea c) da Lei 75/13 de 12 de Setembro. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, em nome do senhor Presidente, informo que neste trimestre foi marcado por importantes factos no dia-a-dia da atividade autárquica, realça o seguinte. No passado mês de outubro, foi assinado no salão nobre dos Paços do Concelho de Portimão, o documento que marcou o fim do Plano de Ajustamento Municipal PAM, que vigorava desde outubro de 2016, possibilitando que a gestão das contas da autarquia e a definição da política fiscal municipal pudesse voltar para a alçada exclusiva da Câmara Municipal e Assembleia Municipal.---

----- As obrigações da autarquia no que diz respeito à educação, nomeadamente as relacionadas com o início do ano escolar foram globalmente asseguradas com a indispensável colaboração dos agrupamentos escolares, salienta-se a elevada procura em todos os graus e estabelecimentos de ensino, obrigando a esforços acrescidos para adequar a oferta, nomeadamente no que diz respeito a salas de aula e a funcionários municipais nas escolas. Neste domínio, destaca-se ainda o término das obras de recuperação do jardim de infância EB1 da Pedra Mourinha, que permitiu resolver algumas lacunas e melhorar as condições de trabalho e de frequência da mesma. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- É de referir também que a autarquia continua com a política de reforço de apoio social às famílias, determinando refeições gratuitas a todos os alunos do pré-escolar ao secundário, assumindo o município respetivos encargos através da transferência de verbas para os agrupamentos de escolas. -----

----- É importante também destacar o facto de termos procedido à entrega na CCDR Algarve do processo para a realização da primeira reunião oficial da revisão do Plano Diretor Municipal, PDM, um instrumento fundamental para planear e ordenar o futuro do nosso território que assim caminha para a sua indispensável atualização. -

----- De referir ainda a assinatura no passado mês de outubro do protocolo de cedência da antiga alfândega para a autarquia, um edifício que entregará a nossa estratégia de valorização do património. -----

----- Informa ainda o senhor Presidente que iremos proceder à inauguração do jardim Gonçalo Ribeiro Teles no próximo dia 14 de dezembro, para que estão todos convidados, concretizando-se assim a Informa Informa ainda o senhor Presidente que iremos proceder à inauguração do jardim Gonçalo Ribeiro Telles no próximo dia 14 de dezembro para o que estão todos convidados, concretizando-se assim a qualificação desta zona da cidade como um novo espaço de lazer e de bem-estar para as famílias portimonenses. -----

----- Esta iniciativa e outras, fazem parte do elenco enorme de atividades, eventos que compõem o último trimestre das comemorações do centenário da cidade de Portimão que tem vindo a decorrer com grande envolvimento da comunidade. Tem havido a preocupação de oferecer um leque de atividades de, e para os portimonenses, numa oferta plural e muitas vezes fora da caixa, como forma de oferecer mais experiências aos portimonenses. Termino então com a informação que o senhor Presidente me pediu para transmitir. Disse, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que a sua intervenção tem a ver que, ele gostaria de colocar algumas questões ao executivo, relativamente a um procedimento de contratação pública. Especificamente refiro-me ao contrato público celebrado entre o município de Portimão e a empresa Mot – Espectáculos e Entretenimento LDA para a realização do espetáculo de final do ano do artista Martinho da Vila. De acordo com a documentação pública disponível na base de dados disponível na internet, depois há uma informação que está disponível que é o contrato e que eu tive acesso, mas a hiperligação para as peças processuais não está, dá qualquer coisa como não é possível aceder a este site, curiosamente. E há alguns pontos desse procedimento que eu gostaria que fossem esclarecidos, porque deste contrato que é público, diz que o contrato foi assinado eletronicamente no dia 21 de outubro de 2024 às doze horas quinze minutos e cinquenta e quatro segundos pela senhora Vice-Presidente da autarquia que hoje está em exercício como Presidente. O compromisso financeiro para esta despesa foi efetuado em 17 de outubro de 2024, ou seja, quatro dias antes da assinatura de contrato. Mas, no entanto, no ponto terceiro do contrato relativamente ao pagamento, refere que o primeiro pagamento referente a vinte por cento do valor total é efetuado, e abro aqui aspas, «é efetuado até ao dia 15 de outubro». O que significa que esse pagamento ocorreu antes da formalização



do compromisso financeiro e antes da assinatura de contrato pelos outorgantes. Como devem bem saber, de acordo com a lei 8/2012 de 21 de fevereiro, a lei dos compromissos impede que qualquer pagamento tem que ser precedido pela formalização de compromisso financeiro. Esta lei estabelece de forma clara que não se pode efetuar qualquer despesa sem que haja um compromisso financeiro formalmente assumido, e assim nesse sentido, eu gostava que o executivo me esclarecesse das seguintes questões. Se efetivamente foi efetuado o primeiro pagamento no dia 15 de outubro de 2024, antes da formalização do compromisso financeiro e da assinatura de contrato. Dois. Se sim, quem autorizou esse pagamento e qual a data da fatura desta empresa? Disse.-----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, começo logo pela exposição Portimão 2034 o Futuro em 100 projetos. Como foi dito aqui, e foi dito aqui também por os munícipes que estiveram aqui que o senhor Presidente disse que aquele projeto o *CisWEFE-NEX* que não sabia de nada, que ainda não tinha entrado, mas lá está, na exposição lá estava a fotografia desse *projeto*, *está* no *layout* dos investimentos, nos investimentos privados de hoje o número dezasseis. Gostaria de saber em que ficamos, se realmente entrou, se a Câmara vai apoiar este projeto ou não, para poder responder concretamente aos munícipes que estiveram aqui. -----

----- Começo aqui também com os resultados negativos e o défice provisório de cinco milhões de euros até outubro de 2024. Já não vamos num bom caminho, temos cem projetos para fazer em dez anos, mas estou a ver que esses projetos vão ficar mais que por vinte anos. -----

----- A evolução negativa das receitas e impostos diretos, quer na descida significativa no IMT e no IMI. Execução da despesa muito baixa, isto é, apenas quarenta e um ponto noventa e sete do orçamento de despesas do executado. Declínio também do atendimento presencial, que já não é a primeira vez que o Bloco de Esquerda menciona isto, pode significar os desafios de acessibilidade digital para algumas pessoas. Está-se a transformar tudo no digital e esquece-se daquelas pessoas que não têm capacidades para fazer no digital. Alguns custos de logística, especialmente nos transportes de equipas desportivas e manutenção de infraestruturas que representam os gastos significativos. Os recursos humanos. Mais uma vez, os concursos de mobilidade e recrutamentos estão em andamento, mas alguns concursos comuns ficam desertos, destacando mais um desafio em contratação. Os processos administrativos mostram uma redução de atendimento presenciais, mais uma vez, devido à digitalização, temas que a reclamações que aumentam quarenta e cinco por cento em setembro. Ação social, incremento das refeições escolares distribuídas no apoio logístico que é de uma grande importância e também incluir aqui também de grande importância foi o início do projeto náutica nas escolas na integração de práticas desportivas nos currículos escolares, também é de salientar este novo projeto. -----

----- Na gestão de infraestruturas desportivas em eventos, investimentos e a manutenção e melhorias em instalações desportivas, como substituição dos sistemas de AVAC, mais aqui também falar que estão-se a fazer reparações neste tipo de manutenções muito importantes, principalmente para estas infraestruturas. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- As preocupações potenciais. Aumento das despesas correntes, redução da arrecadação de impostos diretos, incluindo o acréscimo significativo do IMT que baixou cinquenta por cento. Os compromissos assumidos não pagos totalizam vinte e nove milhões de euros. No entanto, fico-me por aqui. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que tinha aqui algumas questões, a senhora Vice-Presidente falou aqui numa das questões que ele tinha aqui para perguntar, que tem que ver com a revisão do PDM. Os senhores tinham afirmado aqui, creio que na última, não sei se foi no debate do estado do município, que até final do ano iria ocorrer a primeira reunião da comissão consultiva, e a pergunta é em que data, estamos no dia 12 de dezembro, em que data é que vai ser essa reunião. Gostava que informassem a Assembleia. -----

----- A segunda questão já foi aqui afluída pelo Pedro Mota, mas há aqui uma questão que o Pedro não referiu. O Pedro falou da exposição, eu com muita pena minha não pude ir à exposição ainda, também só foi inaugurada ontem, não tive tempo, mas se Deus quiser hei-de lá ir, porque tenho muito interesse, não é? Mas, relativamente a este projeto da Mexilhoeira Grande, o *CisWEFE-NEX* que o senhor Presidente da Câmara no dia 3 de dezembro na Quinta Sessão Extraordinária de 2024 disse que não havia nada entrado na Câmara, ainda não havia projeto nenhum, o senhor Presidente da Câmara, pelo menos citado uma notícia do Sul Informação na data em que lá estive, teceu as seguintes considerações sobre o projeto, vou citar aquilo que está na notícia. «Tudo o que seja para melhorar a eficiência hídrica e a sustentabilidade deste território é muito bem-vindo e deve ser apoiado, sendo que a associação, ou a promoção de projetos inovadores nessas áreas são apostas prioritárias para Portimão e certamente para os municípios do Algarve», fim de citação. Portanto, isto dá a ideia, pelo menos é o que está na notícia, que o senhor Presidente da Câmara está de acordo com aquele projeto e está a apoiar entusiasticamente aquele projeto, embora não tenha sido isso que disse aqui no dia 3 de dezembro quando ouviu aqui as intervenções do público em sentido crítico relativamente ao projeto, enfim, eu tenho pena que os cidadãos que estiveram aqui no início não estejam cá, mas eu gostava de saber qual é a posição do executivo sobre isto, concreta, e gostava de saber concretamente se estão ou não de acordo com as intenções do promotor como resulta nesta notícia, pelo menos nas palavras, sem fazer fé nas palavras do senhor Presidente de Câmara. -----

----- Depois, outra questão que já foi aqui também focada várias vezes, que tem que ver com aquela operação urbanística que está a decorrer ali na praia do Vau. O senhor vereador José Cardoso disse aqui numa Assembleia Municipal, creio que em setembro, se não me falha a memória, que a única licença emitida tinha sido para contenção de terras. Ora, ó senhor vereador, eu não sou engenheiro nem arquiteto e, portanto, posso estar aqui a dizer alguma coisa incorreta e não vi a licença que foi emitida, nem os termos da licença, mas no outro dia passei lá e daquilo que vi parece-me que aquilo tem um bocadinho mais de contenção de terras. Portanto, uma de duas, ou foi emitida uma nova licença desde que esta informação foi aqui prestada na



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Assembleia Municipal e eventualmente está licenciada uma operação urbanística muito para além da contenção de terras daquele prédio, ou então aquilo que está a ser feito está em divergência com a licença que está emitida e, portanto, eu gostava que o senhor vereador ou a senhora Vice-Presidente dissesse aqui à Assembleia concretamente o que é que se está a passar naquele prédio, porque quem passa ali vê perfeitamente e não é preciso ser especialista na matéria, que aquilo que está a ser feito não tem nada que ver com contenção de terras. Está a ser preparada ali uma operação urbanística de intensificação do edifício com um volume, com uma volumetria bastante considerável, é isso que está a ser feito neste momento. Eu não sei se é a violação da licença emitida e para já era só isto que queria. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente às questões colocadas, quanto à contratação pública da passagem de ano, não houve nenhum pagamento até à data porque não pode haver nenhum pagamento antes do contrato ser... até à data, agora não sei se de momento já foi, mas de qualquer maneira será depois respondido por escrito, porque não tenho aqui os dados, mas a 15 de outubro não foi de certeza feito nenhum pagamento que ainda não estava o contrato assinado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que as minutas dos contratos entram antes e às vezes... -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que não pode haver pagamentos antes da assinatura. Se a assinatura está nessa data, só pode ser posterior. -----

----- Relativamente à questão da revisão do PDM colocada pelo senhor deputado João Caetano, já foi pedida a reunião, estamos a aguardar que a CCDR marque, já não está nas nossas mãos, já foi submetida e pedida a reunião. Ainda não temos data não, mas já foi pedida a reunião à CCDR, não sei em que dia é que foi pedido, mas já foi a outra semana já tinha sido pedida. -----

----- Relativamente à Mexilhoeira Grande e ao projeto referido aqui que vai acontecer na Mexilhoeira, existe uma intenção de um particular, já foi dito pelo senhor Presidente que vai ter que ter vários pareceres inclusive da Câmara, após todos esses pareceres se for aprovada, vai haver também uma sessão de esclarecimento já articulada com o senhor Presidente de Junta dia 7, 6 ou 7 de fevereiro, até tenho aqui essa nota, só um momento, 6 de fevereiro haverá uma sessão de esclarecimento sobre esse projeto, até lá é apenas uma intenção, existem intenções de particulares para fazer alguns projetos na nossa cidade que enquanto não forem aprovados não acontecem, mas essa é apenas uma intenção neste momento. -

----- Obras no Vau vou passar aqui ao senhor vereador José Cardoso e relativamente aos resultados e à operação financeira irei passar à vereadora Sandra Pereira, se me der licença. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Sandra Pereira**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que relativamente ao resultado líquido senhor deputado Pedro



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Mota, dar-lhe nota que o resultado líquido ainda não é definitivo, ainda falta a especialização no final e há obviamente resultados que ainda faltam incorporar, nomeadamente a especialização dos impostos que não estão considerados e que são só considerados quando houver o fecho das contas a 31 de dezembro de 2024.

----- Relativamente àquilo que são os valores que falou, em especial aqueles que são de impostos, como se deve calcular, Portimão está a seguir a tendência que todo o país e mesmo a nível europeu está a acontecer. Existe um desinvestimento neste caso, e estamos a falar do IMT, e é normal que esteja a cair, está a cair aqui e está a cair em todo o lado, nalguns casos está a cair mais, no nosso exemplo, no nosso município até não está a cair assim tanto como em outros aqui próximos. Espero ter respondido a todas as questões relativas aos resultados, se houver mais alguma estou ao dispor. Disse, senhora Presidente. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, só relativamente ao PDM, também esclarecer em complemento àquilo que a senhora Vice-Presidente já disse, que nós de facto cumprimos o pedido de primeira reunião da comissão consultiva até ao dia 15 de dezembro como nos tínhamos comprometido, na expectativa de que a mesma fosse marcada ainda este ano... 15 de novembro, peço desculpa 15 de novembro, submeter até 15 de novembro para que pudesse ser marcada este ano, é isso que eu estou a dizer. Submeter o pedido até dia 15 de novembro para que o prazo de marcação para que pudesse decorrer até 15 de dezembro, ou seja, ainda este ano. Foi isso que foi o nosso compromisso. A CCDD o que nos tem dito, é que está com alguma carga de trabalho e não consegue confirmar se consegue ainda fazer a primeira reunião também este ano ou se passará para o início do próximo, mas o nosso compromisso foi fazer o pedido e o pedido está feito, portanto, está formalizado para este ano. -----

----- Relativamente à questão da operação urbanística a decorrer no Vau, essa questão tem sido colocada também em reunião de Câmara pelos colegas vereadores e exatamente por isso eu pedi à divisão de fiscalização de obras particulares para se deslocar ao local e fazer o relatório que passo a ler só a conclusão que diz, «face a tudo mencionado verifica-se a existência de uma licença emitida pela escavação e contenção periférica encontrando-se em vigor», isto serve mais ou menos uma semana, esta informação, «pelo que na deslocação ao local verificou-se que estão a ser executados trabalhos e em conformidade com a mesma, tal como se pode verificar nas fotografias abaixo». Portanto, neste momento não tenho nenhuma informação, os serviços foram lá e dizem que os trabalhos em curso estão de acordo com a licença de contenção e escavação. Recordo que a operação urbanística que está em fase de apreciação insere-se numa operação de loteamento que está em vigor, portanto essa operação está em fase de apreciação e não há ainda nada aprovado para ali, certamente haverá desenvolvimentos em breve sobre esse assunto. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Miguel Lourenço Candeias**, senhora Presidente, aqui referir-me ao documento do título no ponto quatro ponto quatro divisão de obras públicas. Há aqui alguns documentos que não estão legíveis, nomeadamente nas páginas oitenta e três, oitenta e quatro, mas sobre obras, referir aqui uma na estrada de Alvor, eu fiquei satisfeito, passei lá e reparei



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que estavam a desmatar as zonas de passeios e que estavam a fazer a intervenção nas caldeiras com a remoção de terra e pensei que fosse para plantar árvores naqueles espaços que lhes eram dedicados, mas tal não é o meu espanto quando passado um dia ou dois passei no mesmo local e vi que aqueles cerca de trezentos espaços estavam todos a ser tapados, o que me estranhou alguma estranheza, ainda para mais ouvindo declarações como o senhor deputado Joaquim Duarte disse frisando o esforço do município com aquilo que é o tratamento dos nossos espaços verdes, causou alguma estranheza. Gostava de ter um esclarecimento do executivo do porquê de taparem aquele espaço e impossibilitarem de forma permanente a colocação ali de cerca de trezentas árvores naquela estrada, na estrada de Alvor podia ficar ali um corredor verde bastante interessante. Obrigado.

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Nuno do Nascimento Vieira Cândido**, para dizer que tinha algumas questões a colocar neste caso à senhora Vice-Presidente. O primeiro, relativamente ao PDM que já aqui foi falado, a informação que obtive foi que o diretor do departamento se demitiu, Ricardo Tomé, que era a pessoa que estava à frente do PDM. A questão é quem é que é a figura agora que irá tomar a liderança deste plano tão importante para o nosso município, e se existe já, se isso já está precavido. Também nesse mesmo sentido tem-me chegado alguma informação de atrasos na emissão de alvarás de obra, sendo a indicação dada relativamente a o problema ser efetivamente esse, saber se isso já está a ser resolvido, se já existe nomeação ou não. -----

----- Também relativamente ao que foi falado na estrada de Alvor na EM531, foi aqui apresentado pelo executivo no passado que efetivamente iriam avançar com a substituição do asfalto naquela estrada devido à sua importância e não podermos esperar pela execução do projeto e implementação de um projeto de grande monta que irá levar muito tempo devido às suas implicações. A minha questão é quando é que está prevista essa intervenção, se ela já está calendarizada, ou se ela, isto para que ela não vá coincidir com o período de maior incidência de verão, apesar de que mesmo fora do verão aquilo é uma estrada com grande utilização. - Ainda relativamente ao projeto da Mexilhoeira que já foi apresentado pela senhora Vice-Presidente, temos aqui muitas questões, tal como foi apresentado pelo grupo de munícipes que aqui veio, mas deixaremos essas mesmas questões mais técnicas para a sessão de esclarecimento dia 7 de fevereiro na Mexilhoeira, penso. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor vereador José Cardoso, pois a questão do PDM realmente é uma carga de trabalhos, disse bem, a expressão é feliz. O compromisso que foi aqui assumido pelo executivo foi o senhor Presidente que assumiu aqui, foi que a primeira reunião da comissão consultiva, não foi o pedido, é que a reunião teria lugar durante este ano, e isso está em ata. Portanto, o senhor agora veio dizer que o compromisso foi pedido em reunião até 15 de novembro para a reunião ter lugar este ano. Não, foi que a reunião teria lugar este ano. Não se falou na data de pedido da reunião e, portanto, já percebemos todos que a reunião não vai ter lugar este ano, eu não sei se é por culpa da CCDDR porque está



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



muito ocupada com outras coisas, se foi por atraso no executivo em pedir a reunião. Agora, há aqui uma coisa que eu não posso deixar de notar, na informação escrita, vêm aqui referidas algumas, estou a falar das páginas sessenta e nove e seguintes, algumas peças da revisão do PDM do procedimento, mas não fala sequer na questão do pedido da reunião da comissão consultiva nem que o procedimento está em condições de ser submetido à primeira reunião da comissão consultiva, o que não deixa de ser estranho, enfim, já percebemos que não vai ser este ano. -----

----- Depois, tinha aqui uma questão relativamente aqui ao abrigo temporário dos cidadãos em situação de sem-abrigo. Diz-se aqui, creio que é na página quarenta e nove, se não me falha a memória, quarenta e oito, que vai manter-se em funcionamento até 31 de dezembro e, portanto, a pergunta senhora Vice-Presidente é, a partir de 1 de janeiro como é que vai ser? O inverno vai começar agora, dentro de uma semana e meia, o frio, apesar de agora estar frio o frio maior se calhar ainda vem aí, não é, enfim, o número infelizmente se calhar a tendência é para subir, continua a ser de subida e, portanto, parece-nos que é insuficiente que o abrigo esteja aberto só até 31 de dezembro e, portanto, questionava se vai manter-se ou não a funcionar a partir do dia 1 de janeiro. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que é para não juntarem muitas questões senão depois é mais difícil na resposta. Dizer que relativamente à estrada de Alvor e às caldeiras tapadas, essa questão já tinha sido colocada na reunião de Câmara pela senhora vereadora Ana Fazenda, ao que o senhor Presidente e por acaso tenho ali o senhor vereador Pedro Xavier a fazer-me semáforos, foi ele, peço desculpa, foram os dois, vá não se zanguem, foram os dois e então foi colocada a questão na reunião de Câmara e o senhor Presidente explicou que estão neste momento a colocar calçada, porque tendo em conta a falta de água que existe, agora não é altura de colocar novas espécies, mas também não é altura de crescer ervas e também não é altura de ficarem lá os buracos e de alguém cair. Optámos por pôr as pedras e agora paulatinamente iremos colocar novas espécies até indo ao encontro da moção aqui colocada, espécies autóctones, para que possa crescer com menos água, mas temos que ir comprando e ponto, depois é só retirar as pedras daquele local e voltar a colocar as trezentas árvores que faltam, mas irão ser colocadas árvores naqueles locais. Agora, optou-se por arranjar o espaço público, pôr as pedras, depois tirou-se as pedras da calçada. Isto no que diz respeito à estrada de Alvor. -----

----- Relativamente ao asfalto, já que estamos aqui em estrada de asfalto na estrada de Montes de Alvor, está na divisão de compras o procedimento para se alcatroar essa estrada e para que a obra ainda aconteça antes do verão para não ser na confusão do verão, mas ainda não tenho agora aqui, está na fase dos esclarecimentos, está a minha colega a dizer. -----

----- Quanto ao diretor de departamento, o senhor diretor de departamento saiu, já foi autorizada a abertura de um concurso em reunião de Câmara para ser substituído e agora é aguardar essa substituição. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Quanto ao PDM, a equipa que estava a trabalhar continua a trabalhar com a supervisão do senhor vereador, portanto o PDM não vai parar por falta do senhor diretor de departamento. -----

----- Relativamente ao abrigo temporário, o abrigo temporário na informação está até 31 de dezembro, porque o novo protocolo ainda não foi feito, agora será feito um protocolo de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e funcionará, portanto assumimos já o ano passado que o abrigo irá funcionar o ano inteiro, que não fecha em nenhuma data, já isto em 24 foi assim, em 25 também será. Portanto, eu até julgo que já tenho a informação para a próxima reunião de Câmara para poder ir à próxima reunião de Câmara, porque irá nos mesmos moldes a continuar a partir do dia 1 de janeiro. Pronto, estão todas as questões respondidas. ---

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, a informação escrita do senhor Presidente deveria refletir de uma forma clara e transparente a ação governativa deste executivo. Contudo, este documento que nos é hoje apresentado, ao invés de trazer aqui um balanço que nos inspire confiança, somos confrontados com um quadro que embora mostre avanços pontuais, expõe também inúmeras falhas, lacunas e contradições que na sua totalidade comprometem o futuro do município. -----

----- Começamos pela execução orçamental. É verdade que as despesas correntes têm uma execução, apresentam uma execução até outubro de 2024 de cinquenta e quatro vírgula dezoito por cento, que garantem o funcionamento dos serviços municipais, mas isso não pode ser confundido com uma gestão eficiente ou com um cumprimento das promessas feitas aos portimonenses. -----

----- O que se esconde atrás desta execução aparentemente razoável é a falta de investimentos estruturantes e a verdadeira chave para o desenvolvimento do nosso concelho. Apenas vinte e dois, e volto a repetir, vinte e dois por cento das despesas de capitais que foram nos primeiros dez meses do ano executadas, o que é incompreensivelmente para o município que tantos desafios prementes como a mobilidade urbana, a habitação, a requalificação das infraestruturas tem. -----

----- Como podemos aceitar que com quarenta e sete vírgula três milhões de euros disponíveis, tantas necessidades básicas dos portimonenses permaneçam por resolver? É a pergunta que se impõe. Primeiro, era o Covid, depois era os funcionários que não eram suficientes para todos os projetos, agora qual é a desculpa? Por causa disso, projetos fundamentais como os ligados à mobilidade e à habitação continuam adiados, e a falta de resultados concretos é uma realidade que todos os cidadãos sentem no seu quotidiano. Não podemos continuar a viver de promessas que nunca se concretizam, é urgente que este executivo comece a aplicar os recursos de forma eficaz e que finalmente ponha em marcha os investimentos planeados. -----

----- No capítulo das receitas já alertámos aqui várias vezes e voltámos a alertar que há uma grande dependência dos impostos voláteis como o IMT que atualmente está a sofrer uma quebra na ordem dos cinquenta por cento. É uma fragilidade para este município para as receitas que pretendemos arrecadar e que devemos ter cuidado e procurar outras fontes para diversificar essas receitas. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Relembro também que este executivo já tem autonomia fiscal desde a cessação do Programa de Ajustamento Municipal, mas continua a manter as taxas máximas ou perto disso no IMI e na participação do IRS, o que é um forte excessivo para os portimonenses. Não há justificação para esta pressão fiscal no nosso entender. A bancada do PSD continua a defender que é urgente a redução da carga fiscal como já propôs aqui diversas vezes e em reunião de Câmara principalmente em matéria de IMI e em matéria de derrama, para aliviar as famílias e as empresas locais e para fundamentar o ambiente económico mais saudável, algo que já defende há vários anos ao contrário de outros que só agora parecem ter-se apercebido dessa necessidade como vamos ver nos pontos discutidos à frente. -----

----- A nível de planeamento urbano e de infraestruturas, a situação que diz respeito ao ordenamento do território é igualmente alarmante. A revisão do Pano Diretor Municipal continua por avançar, o que coloca em risco o desenvolvimento estratégico do concelho. -----

----- O PDM é uma ferramenta essencial para o crescimento sustentável de Portimão e a sua falta de progressos limita a nossa capacidade para atrair investimentos e de aceder a apoios financeiros estatais e comunitários. Além disso, o documento não faz qualquer referência a soluções para problemas que afetem o nosso dia-a-dia e continuam a ser ignorados por este município. -----

----- A pergunta também que fica aqui no ar é quando teremos finalmente um novo PDM para Portimão. Não me querendo alongar mais, senhora Presidente, senhor Vice-Presidente, senhores deputados, a análise que fazemos deste relatório é clara. Portimão não pode continuar a ser governada com promessas vazias e com uma execução que não responde às necessidades reais da população. Apesar de avanços pontuais, este executivo Socialista falha em demonstrar uma visão estratégica, robusta e eficaz para a nossa cidade. Portimão precisa de uma governação que saiba aproveitar os recursos disponíveis para melhorar de facto a qualidade de vida dos portimonenses. Precisamos de reduzir a carga fiscal, precisamos de começar a concretizar os investimentos planeados e de promover uma gestão mais transparente e mais responsável. A bancada do PSD exige mais ambição, mais eficácia e acima de tudo mais respeito por aquilo que se promete aos portimonenses. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, ora, desejava confinar na área da divisão de habitação e desenvolvimento social e saúde, as seguintes perguntas.

----- Qual ou quais as inovações de políticas municipais em relação à habitação, educação, assistente social e saúde para responder às novas e urgentes necessidades coletivas da população local? -----

----- Uma outra. Que programas vigiados ao consumo da droga no âmbito das respostas integradas da cidade para as vítimas do flagelo da droga? -----

----- E por agora a última. Para quando a partilha à Assembleia Municipal do relatório de monitorização sobre o programa municipal para as pessoas em situação de sem-abrigo referente aos anos 2023 e 2024. Obrigado.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente às questões dos impostos e como já foi referido serão discutidos os pontos seguintes, portanto não me vou debruçar sobre eles agora. Relativamente às questões colocadas pelo Chega, habitação, habitação houve uma reunião há muito pouco tempo em que falámos sobre habitação social, portanto não vou novamente, porque já houve pelo menos duas reuniões sobre esta questão, já foram várias vezes apresentados os projetos, os números de fogos com o ponto de situação, portanto não me vou debruçar sobre eles. -----

----- Relativamente à educação e ao problema da educação, penso que também foi na última reunião que referi qual é a estratégia há cinco anos e o número de salas que vamos abrir em todos os níveis de ensino, desde a creche até ao secundário e ainda o polo universitário no que diz respeito ao ensino secundário. Portanto, existe uma estratégia em termos de números e de crescimento para que nos próximos cinco anos consigamos albergar todos os alunos nas nossas salas e ainda melhoria das infraestruturas existentes. -----

----- No que diz respeito à saúde, penso que também já tinha sido informado, mas de qualquer maneira reforço, existe a intenção de se fazer mais uma unidade de saúde familiar no centro de saúde, para isso estamos em articulação com o centro de saúde e a Santa Casa da Misericórdia, no sentido de alguns serviços irem para o bloco onde se faziam os velórios aí vão passar para lá alguns serviços de apoio essencialmente às crianças, psicologia, terapia ocupacional, terapia da fala e poderemos criar mais uma unidade e iremos criar então uma unidade de saúde familiar no centro de saúde. -----

----- Relativamente ao consumo da droga. Esse é um trabalho feito em articulação com a DICAD e para além disso existe um grande trabalho de sensibilização com a saúde escolar em todas as escolas com ações de sensibilização, no sentido de prevenir o consumo da droga. Depois quando nos jovens adultos e adultos que já têm o consumo é feito um trabalho na DICAD aqui em Portimão que serve Portimão e outros concelhos vizinhos.

----- Quanto ao relatório de monitorização dos sem-abrigo, existe um trabalho feito pelo NPISA, existe um relatório realmente, não é dado conhecimento à Assembleia, mas pronto não tem qualquer problema poderemos dar conhecimento do relatório que é feito anualmente, até semestralmente são feitos relatórios de monitorização, portanto pode ser dado o conhecimento desse relatório do trabalho que é feito de todas as instituições e o número de sem-abrigos e o trabalho que é feito com eles. Portanto, irei fazer chegar à senhora Presidente, depois ela fará chegar aos senhores líderes de bancada. Disse, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, para dizer que vai voltar àquele contrato, em primeiro lugar porque gostava de perguntar ao executivo se não acha que o caché cobrado e o que é que inclui este contrato, se é só apenas o artista, se é o palco, se é o som, porque setenta mil euros pelo Martinho da Vila acho que é um valor um tanto ou quanto exagerado. Basta ver e fazer umas pesquisas na internet e vão perceber que é um valor extremamente exagerado. -----

----- Depois, queria aqui também perguntar à senhora Vice-Presidente, afinal qual é a contrapartida do *Afro Nation*? É que sempre foi dito que o *Afro Nation* a contrapartida por isenção de taxas era os espetáculos de final



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



do ano, e eu gostava de saber o que é que afinal então onde é que está a execução da contrapartida do *Afro Nation*, se nesta festa de final de ano há uma contrapartida ou não do *Afro Nation* como houve nos anos anteriores e se é e curiosamente e só curiosamente a empresa que é contratada para trazer cá este artista brasileiro, o Martinho da Vila e que eu também gosto, diga-se de passagem, é a mesma empresa promotora do *Afro Nation*. É só coincidência? Era isso que eu gostava de perguntar. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, antes de mais, eu gostava de fazer a intervenção reportando-me ao dia de ontem ao Dia da Cidade. Acho que foi uma festa muito gira, estive presente nalguns momentos e parabéns e parece que olhando para a comemoração e pensando nos projetos que aí vêm, parece-me que foi uma excelente campanha de marketing o dia de ontem. Aliás, eu diria que está a ser, foi montada uma grande campanha de marketing para o exterior, mas também para o interior, e o marketing nas cidades é importante, sem dúvida nenhuma. O marketing nas cidades é um dos fatores de desenvolvimento e de atração hoje em dia e até naquilo que é a *new governance* do poder local e da gestão moderna, falam muito sobre isso e, portanto, eu compreendo esse contexto e o dia de ontem. Aliás, o marketing significa residentes, significa turistas e significa empregos, mas também significa votos e, portanto, pensando neste contexto também compreendo muito bem o dia de ontem e especialmente a comemoração e a inauguração da exposição no edifício Alfagar, mas se o marketing também significa atrair residentes, captar visitantes e seduzir investidores, eu imagino como investidor desta cidade e querer vir investir na cidade de Portimão que é uma cidade com futuro, mas cujo passado eu diria que é tremido, como é que eu vou investir numa cidade que depois ao final do mês de outubro apresenta cumprimento da despesa de vinte e dois por cento, nomeadamente despesa de capital, e essa é uma pergunta que eu deixo diretamente que é, qual é a explicação mais uma vez, já não é a primeira vez que eu trago este assunto aqui e já aqui foi referido, qual é que é a explicação e qual é a resolução que os senhores como executivo projetam para o futuro relativamente a este problema, porque cumprir despesa orçamentada em vinte e dois por cento quase no final do ano não é nada e não augura nada de bom. Portanto, uma pergunta direta, como é que pretendem resolver este problema para o futuro, porque normalmente este valor não anda muito longe dos trinta, quarenta por cento em anos anteriores e, portanto, se eu pensar até na resposta que a senhora Vice-Presidente deu aqui naquilo que são os projetos, nomeadamente no problema da habitação e se eu pensar que o cumprimento da despesa se relaciona com a estratégia local de habitação naquilo que é a construção e aquisição, começo a pensar que isto daqui a uns tempos vamos ter esse problema no cumprimento exatamente deste tipo de obra e de intenção projetada e, portanto, deixo-lhe esta pergunta direta, como é que pretende e qual é a estratégia que o executivo tem para definitivamente resolver este problema que é um problema grave no orçamento, planeia-se, mas depois não se consegue cumprir. Por outro lado, falou-se aqui no PDM. O PDM é sem dúvida um documento estrutural importante vital para qualquer cidade, para o futuro, mas o PDM de Portimão já aqui, enfim, é uma ladainha não sai, não sai, não sai, está agora marcada uma reunião na CCDR, mas a pergunta



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que se impõe é, vem uma alteração da lei dos solos, a célebre alteração da lei dos solos. Como é que esta alteração que é uma alteração impactante, como é que vão relacionar esta alteração da lei dos solos num documento, numa *guideline*, num contrato para os próximos anos da cidade, em que a questão urbanística é vital para o desenvolvimento económico, social, sustentável, ambiental da cidade. Como é que vão relacionar esta previsível alteração da lei dos solos e mais uma vez vai provocar com certeza um atraso neste documento. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **Mónica Elisa Bitman Dias**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tem uma questão breve ao executivo, em saber se há algum plano a ser elaborado juntamente com as forças de segurança para a problemática de insegurança vivida diariamente no centro histórico desta cidade, mais precisamente nas traseiras da igreja matriz e desde aí até à rotunda onde se cria agora um novo viaduto. ---

----- Diariamente estudantes do ISMAT, e falando por experiência própria que o frequente e os restantes cidadãos, temem pela sua integridade física e pelos seus bens, sendo que atos de vandalismo, assaltos e ofensas à integridade física têm vindo a ser cada vez mais recorrentes nesta zona histórica. Notamos a presença pontualmente das forças policiais, mas não se têm mostrado suficientes, pois como se disse são pontuais. É a minha questão. Obrigada. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, em primeiro lugar, quero mais uma vez saudar os técnicos desta casa que elaboraram este documento de forma rigorosa e que explana realmente a atividade da Câmara. Temos aqui algumas questões, uma delas é perguntar, porque não temos conhecimento, se o plano local no âmbito municipal do combate às alterações climáticas de acordo com as diretivas nacionais europeias em que ponto está? Não temos esse conhecimento. -----

----- Outra questão, é que já trouxemos a esta Assembleia no dia 27-09 de 2023, que era a alteração do loteamento ali perto do centro de saúde na construção de um hotel, de um estabelecimento hoteleiro com seis andares, penso que agora o edital até já está colocado, gostaríamos de perguntar como na altura perguntámos, se este pedido de alteração, portanto prevê e respeita os índices de construção, se nesse projeto se prevê também o afastamento que é obrigatório em relação às outras construções e, portanto, se a questão da mobilidade, porque houve há uns anos atrás projetada uma saída da estrada de Alvor para a V6 que ficou inviabilizada com a construção do viaduto, assim gostaríamos de perguntar como é que vão prever colmatar essa questão da saída e da mobilidade daqueles utentes. -----

----- Outra questão aqui que queríamos perguntar e sugerir, é que no documento, na parte jurídica, que fosse em vez de só estarmos a enumerar, incluir na tabela o número de todos os processos em curso e com o ponto da situação e não apenas os recentemente notificados. Era uma sugestão. Também gostaríamos de saber quando se fala aqui no centro local de apoio à integração de migrantes, qual é esta informação geral, o que é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que é dado às pessoas que recorrem a este centro local de apoio em relação a essa informação, se por exemplo, se dão a esses migrantes, por exemplo, informam direitos laborais, se têm conteúdo dos próprios contratos ou se é meramente de legalização. Portanto, gostaríamos de saber o que é que é essa informação.

----- Em relação aqui aos sem-abrigo, há aqui uma informação que houve uma intervenção, penso que na praia da Rocha pelo núcleo de planeamento e intervenção e dos sem-abrigo, só que não percebemos o que é que os levou lá, percebemos que eram sem-abrigo, mas o que é que foi feito? Gostaríamos que pudesse ser explanada essa situação. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, começando aqui pela última intervenção. Quanto à intervenção com os sem-abrigo através do NPISA, não podemos colocar aqui o nome de cada um deles ou o que é que é feito com cada um dos sem-abrigo. No caso da praia da Rocha não me estou a lembrar especificamente o que é que foi feito, mas normalmente ou são encaminhados para o abrigo temporário, caso eles acedam, ou se for uma questão de saúde, são encaminhados para o centro de saúde, ou quando eles não são colaboradores e não querem ir para o hospital quando é o caso de uma questão de saúde, ou não querem ir para o abrigo temporário, é depois feita uma articulação com a PSP, no sentido de verificar a segurança do local e depois é acompanhado o sem-abrigo durante algum tempo até se arranjar uma solução, ou até ser mais colaborante e podermos integrá-lo numa das respostas existentes para os sem-abrigo na cidade. -----

----- Relativamente ao CLAIM, ao Centro Local de Apoio ao Imigrante, é um centro local que dá resposta aos imigrantes de Portimão, mas que acaba também por ajudar bastante os dos concelhos vizinhos, porque a técnica que de momento está lá é uma técnica com grande capacidade de trabalho, de acolhimento e acaba por dar, por ajudar na articulação com a AIMA e com as respostas que eles necessitam, mas essencialmente é perceber quais as dúvidas e encaminhamento para os serviços. Às vezes conseguimos ajudar nos agendamentos que eles precisam para se legalizar, precisam também das respostas, às vezes com a Junta de Freguesia também encaminharmos quando eles não sabem. Pronto, acabámos por fazer, é um serviço de articulação e de ajuda e de informação no sentido onde é que eles podem dirigir-se. -----

----- Depois, relativamente à operação de loteamento junto ao centro de saúde, já vou passar ao meu colega José Cardoso. Forças de segurança, está neste momento a decorrer a segunda fase das câmaras de videovigilância, onde é a zona velha da cidade está abrangida. Existem, temos consciência dos problemas de segurança existentes na cidade, a dificuldade de haver policiamento de proximidade, e o senhor Presidente tem reuniões com muita frequência com o senhor comissário, no sentido de arranjar melhores respostas, de termos mais polícias presentes no centro da cidade, tem havido um esforço por parte, tendo em conta os ativos que a PSP tem, um esforço para distribuir os ativos mais pelo centro da cidade nas horas mais críticas para que as pessoas se sintam seguras, temos consciência que ainda não está a resposta ao nível do que a cidade precisa,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mas está a ser articulado com a PSP melhores respostas, e a questão da videovigilância irá certamente ajudar nesta sensação de segurança. -----

----- Quanto à passagem de ano, a contrapartida é na ordem dos setenta mil euros, esses setenta mil euros estão usados na passagem de ano, não tenho aqui o que é que cada um vai contribuir, no entanto iremos responder depois por escrito tendo em conta o protocolo existente e qual a contrapartida, iremos responder por escrito, porque não tenho aqui o que é que cada um na realidade paga, mas existe uma contrapartida na ordem dos setenta mil euros. -----

----- Quanto à estratégia de execução, temos consciência que as obras são lançadas, temos mais obras lançadas do que nos outros anos, o facto da obra não estar concluída também faz, porque está o procedimento lançado, tem que estar a verba cabimentada, mas depois não existe a execução final porque a obra é plurianual, claro que nós queremos lançar mais obras, temos mais projetos neste momento para lançar obra brevemente, claro que depois de lançarmos obras, quando é lançado o procedimento a obra é cabimentada depois não vai estar executada no final, mas não podemos gastar o dinheiro noutra coisa porque está agregada àquela obra, mas certamente depois durante a discussão do orçamento terão a oportunidade de colocar outras questões e este assunto virá certamente novamente a lume. Penso que todas as questões estão respondidas. Ah! Falta só aqui a questão do loteamento junto ao centro de saúde e da mobilidade na zona. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, bom, sobre o PDM só para rematar e para ser muito claro, não há revisão da lei dos solos, nem revisão do RJIGT, nem revisão do POC que vá atrapalhar o calendário que o executivo definiu para implementar o novo PDM. O município, os técnicos do município têm trabalhado muito fora de horas, muitos dias, muitas horas com a equipa consultora para cumprir o objetivo de pedir a primeira reunião à CCDR que é quem tem obrigação de a marcar, de concertação, esse processo está feito, há sempre afinações, é um processo de concertação que vai envolver concertação com várias dezenas de entidades, o objetivo do município é que no final de 2025 o PDM esteja concluído, preferencialmente publicado e em vigor. Não vai ser por ser ano de eleições que o PDM vai ficar por fazer, esse compromisso já foi assumido, portanto é este o ponto de situação, não há revisão nenhuma, nenhum documento de ordenamento do território que vá pôr isso em causa, se for alterado qualquer documento de ordenamento do território que se sobreponha ao PDM tem que ser transposto para o PDM, ponto final parágrafo, isso nada fica em causa neste processo. -----

----- Sobre a questão da alteração ao alvará de loteamento da V6, esse processo está em análise, está a correr, eu não imagino que seja aprovado nada ali nem em lado nenhum que não cumpra o PDM, seja avanços à V6, avanços aos edifícios, os índices terão que ser aplicados. Portanto, tudo o que estiver, só será aprovada ali uma operação urbanística para um hotel desde que esteja em conformidade com o PDM, portanto neste momento está a correr, se tiver que voltar para trás volta, se tiver que avançar avança, mas terá certamente que ir à reunião de Câmara e terá que certamente cumprir o PDM. Obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, Exma. Senhora vereadora, a sua resposta relativamente à questão do cumprimento do orçamento, enfim, eu não quero aplicar aqui a palavra, enfim, uma resposta leviana porque acho que estaria a ser desrespeitoso para consigo, mas diria que é uma resposta pouco consistente, ou seja, parece-me mais uma vez aqui que é baixar os braços, as coisas são como elas são, cumprimento é o cumprimento, enfim, nós projetamos, mas depois as coisas acontecem, outras vezes não acontecem, umas vezes são os projetos, outras vezes são os concursos, outras vezes são os preços, pronto e as questões é que se programarmos o futuro e fazemos publicidade do futuro baseado naquilo que é o concreto, então isso coloca exatamente muita coisa em causa tendo em conta o histórico que há de cumprimento da despesa e do orçamentado. Portanto, mas tendo em conta aquilo que acabou de dizer haverá mais oportunidade de falar nisto sobre a demonstração dos resultados, aliás o orçamento de 25/29, mas de qualquer das maneiras sobre a lei dos solos e sobre a questão do PDM, eu compreendo muito bem aquilo que o senhor vereador José Cardoso, Exmo. Senhor vereador José Cardoso disse, mas há aqui uma questão que é essencial, eu sei e o senhor sabe também esta lei dos solos o que é que veio provocar? É uma reclassificação dos solos, porquê? Em certa norma para promover um combate à crise da habitação e poder haver uma possibilidade de reconstrução novamente, mas aquilo que eu quero dizer também é que esta alteração dos solos rústicos em urbanos tem que criar um impacto enorme naquilo que é a previsão desta carta para os próximos anos em termos urbanísticos, porque senão vejamos. Os terrenos rústicos estão em regra geral incluídos na reserva agrícola nacional ou reserva ecológica portanto, e, o que o governo diz é que destes, apenas poderão ser reclassificados terrenos em que o impacto seja mínimo, por exemplo, continuará em vigor a proibição de construção em unidades de terra com elevada aptidão para uso agrícola, as zonas de orla costeira ou terrenos com propensão a cheias, como antigos leitos dos rios. Senhor vereador, gostava que desse atenção. A filtragem será feita pelas autarquias, portanto se a filtragem é feita pelas autarquias isto tem que provocar algum impacto e aqui entra uma das principais alterações à lei. É que hoje em dia este tipo de reclassificação já é possível, mas exige entre outras coisas a intervenção de entidades diversas, como as comissões de coordenação de desenvolvimento regional ou a Agência Portuguesa do Ambiente, em que em regra tem que dar parecer. Com esta alteração, este regime excecional, isso deixa de ser necessário, serão as câmaras a decidir primeiro quais os terrenos elegíveis e depois a autorizar a reclassificação. O processo fica nas mãos do executivo camarário, mas terá de passar pela Assembleia Municipal, o que permitirá mais transparência, mas também maior fiscalização pública, já que não haverá intervenção de outros organismos da tutela na supervisão. O senhor está-me a dizer que isto é o que é e, portanto, isto não provocará nenhuma alteração nesta carta fundamental? Vai provocar e de que maneira. Não vejo como é que preveem cumprir a apresentação do PDM tal e qual o calendário e o timing que está a dizer, porque isto vai alterar completamente a lógica daquilo que é a possibilidade também de construir no futuro, pelo menos é aquilo que é óbvio e, portanto, a ideia também é que o processo seja obviamente simplificado não só a nível da classificação, mas também ao nível das



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



autorizações e dos licenciamentos. Se me diz que isto não tem impacto naquilo que é o PDM baseado na lei que não é esta e não há alteração, não sei. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que tinha aqui uma pergunta para o senhor vereador, pensada para o senhor vereador José Cardoso, que é a questão daquele loteamento do Vale da Rocha S.A. Houve aqui um anúncio já no verão que seria para não ir por diante, mas entretanto a deliberação que houve em agosto na reunião de Câmara foi para notificar a empresa interessada da intenção de indeferimento da alteração ao loteamento. Creio que depois houve um pedido de prorrogação desse prazo para a pronúncia e queria que o senhor vereador explicasse aqui como é que está isso. -----

----- Bom, relativamente aqui ao PDM senhor vereador, eu tinha, isto hoje é a noite das retificações, eu tinha que retificar aquilo que disse ainda agora. Fui-me aqui socorrer dos apontamentos do debate do estado do município, e realmente aquilo que foi assumido não foi o final do ano, foi 15 de dezembro. Os senhores disseram, o senhor e a senhora Presidente de Câmara disseram aqui que a primeira reunião da comissão consultiva seria até 15-12, não foi até 31-12, foi 15-12 e, portanto, quer dizer foi esse o compromisso. -----

----- Bom, relativamente a esta questão da revisão do PDM, eu, enfim, indo aqui de encontro àquilo que o senhor deputado Paulo Canha esteve aqui a dizer, eu diria que o problema aqui é a alteração à lei dos solos, porque se o estado da arte na revisão do PDM tivesse avançado, então talvez fosse um problema, só que estamos tão atrasados ainda que manifestamente não temos esse problema em mãos, quer dizer, porque é tão incipiente ainda a proposta de revisão do PDM, se é que já está pronta para a primeira revisão, para a primeira reunião da comissão consultiva que eu não sei se estará, ou pelo menos suficientemente amadurecida que a alteração à lei dos solos não vai ser problema, porque quer dizer isto é a mesma coisa que estar aqui a tentar fazer o bolo com a massa ainda sem estar cozida, quer dizer, é só meter a mão na massa e moldar a massa à nossa vontade. Agora, senhor vereador em relação ao compromisso que o senhor ainda agora parece que me deixou aqui, final de 2025 olhando para trás eu se calhar dava-lhe um conselho, não se comprometa com datas em relação à revisão do PDM, é mais seguro, porque depois corre o risco depois da realidade desmenti-lo como aconteceu aqui com a reunião que ainda agora estávamos aqui a falar. Quer dizer, a experiência da revisão do PDM não é deste executivo, é já dos anteriores, o senhor não fazia parte, ainda é do tempo do vereador Castelhão Rodrigues, mostra-nos que realmente os compromissos com o timing que os senhores têm aqui assumido têm sido sistematicamente furados pela experiência e pela, enfim, pelo aquilo que não tem sido feito. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Eduardo Jorge Jesus Gonçalves**, para dizer que a questão que ele gostaria de pôr aqui neste caso à senhora Vice-Presidente, uma vez que o senhor Presidente hoje não marca presença, é sobre o auditório de Portimão. Sabemos que foi lançado um concurso público antes das últimas eleições autárquicas, antes no mandato anterior que até ver não teve nenhuma eficácia, porque nada ali foi feito. Aquando da compra do edifício do Alfagar questionei a anterior



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Presidente Isilda Gomes sobre se iria no novo edifício Alfagar, uma vez que teria outras valências que não as dos registos e notariado, registos neste caso, se iria ali atribuir algo aos jovens e foi dito pela senhora Presidente, «não, o nosso projeto é o auditório». Ora, venho aqui questionar se este executivo temos um ano de mandato, menos já, temos cerca de nove, dez meses de mandato, eu gostaria de saber se este executivo se pode comprometer com lançar um projeto para aquela estrutura que ali temos, porque é uma estrutura abandonada que não é aproveitado, que é lançada como chavão que vai ser um espaço para a juventude e hoje é um espaço e o edifício continua a degradar-se ainda mais, utilizado pelos sem-abrigo e em vez de se tornar uma mais-valia para o concelho e para as pessoas que nele residem torna-se um empecilho que atrapalha e cria ali situações que não são benéficas como ao alojamento dos sem-abrigo que é muito comum ali e de alguma insegurança que é fruto daquele espaço estar degradado. Deste modo, gostaria de saber se este executivo tem algum projeto que possa-se comprometer que vá lançar, uma vez que desde o início tem dito que o seu projeto para a juventude é o auditório de Portimão. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, aqui conforme a informação do senhor Presidente e já tinha questionado anteriormente, já vi que este mês de setembro e de outubro já houve alguma atividade no pavilhão Arena. Gostaria de saber qual foi a receita total, houve aqui os ligamentos privados, se me sabe informar sobre a receita que este pavilhão teve ou esta nave. Eu também queria mais uma vez queria saber sobre ali o São Sebastião, sobre aquela situação que o loteamento era para fazer vivendas e que se juntaram dois lotes, isto foi dito por alguns moradores ali da praça Fernando Pessoa, gostaria de saber se vão lá fazer um hotel, como é que isso vai para a frente, onde é que vão ser os acessos, como é que se vai proceder àquela construção daquele hotel ali num sítio, nós não vemos aquilo com bons olhos ali, tendo ali o centro de saúde, tendo ali duas escolas, tendo ali uma parte de habitação e algum comércio ainda porém lá um hotel de seis andares com espaços de estacionamento subterrâneos, e gostaria de saber o que é que, por exemplo, já saiu o município de Portimão o alvará anúncio de 288/24, São Sebastião o alvará de loteamento 1/16, ele já está indicado, gostaria de saber o que é que, se vão mesmo para a frente ou não.-----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, estão a fazer considerandos sobre o edital ou a colocar questões ao executivo? -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, para dizer que gostaria de saber o porquê da plataforma do associativismo estar completamente desatualizada. E outra questão que nos explicassem é porque é que não estão a implementados planos de emergência de Proteção Civil, quando no entanto existe um plano municipal de emergência de Proteção Civil.

----- Ficou com o uso da palavra, a Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, para dizer que agora ficou confusa aqui com o senhor deputado Paulo Canha, mas a questão que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



colocou foi da lei dos solos já foi respondida. É mais alguma questão que tem, eu não tenho aqui nenhuma questão colocada por si. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, foi óbvia, porque o impacto da lei dos solos foi aquela que eu disse e admira-me o senhor vereador não se querer referir a isto. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, pensei que havia aqui alguma questão que tivesse por responder e eu não tivesse registado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que foi efetuada uma pergunta, se ele continua a achar que isto não tem impacto. Claro que sim. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, que eu saiba enquanto Presidente da Assembleia e cidadã portuguesa, a lei dos solos não foi publicada e, portanto, o impacto só nós saberemos depois da publicação. A única coisa que fizemos até agora foi ler notícias e sabemos que há uma resolução no Conselho de Ministros. Agora, está aqui a senhora chefe de divisão que certamente ainda não tem conhecimento da lei, e eu não tenho, eu consulto o Diário da República todos os dias, há um anúncio, há uma discussão na comunicação social, mas acho que ninguém que cumpra o critério da legalidade pode neste momento dizer o que é que está em termos de normas transitórias o que é que está, obviamente tem impacto nos instrumentos de gestão territorial, mas nós não sabemos em que termos. Estarmos aqui a discutir uma lei que ainda não existe e estar a exigir ao executivo que responda sobre algo que ainda não foi publicado em Diário da República é difícil. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, bom, continuando então, relativamente às outras questões, quanto à questão do Vale da Rocha já passo ao senhor vereador José Cardoso, quanto à questão da receita do pavilhão Arena eu não tenho aqui agora o número da receita durante este, é deste ano ou deste trimestre que quer saber? Pronto, não tenho aqui esse valor, depois será respondido por escrito. -----

----- Relativamente ao possível hotel em São Sebastião, o senhor vereador respondeu ainda agora, foi a intervenção, é o mesmo que falou a senhora deputada Lurdes Melo junto ao centro de saúde, é o mesmo só que um diz que é São Sebastião, outro é centro de saúde, mas foi o mesmo, já foi respondido há pouco. -----

----- Relativamente ao deputado Eduardo Gonçalves, o auditório, o auditório sim é a casa, será para nós a casa da juventude, o projeto está concluído, está entregue, está em apreciação neste momento e em revisão final por parte dos serviços para acerto de algo que possa ainda não estar bem para depois ser lançada obra, mas está o projeto concluído, está em revisão nos serviços para podermos lançar obra durante o ano de 2025.

----- Relativamente à plataforma do associativismo, não sei o que é que refere como não estando atualizada, mas vou verificar porque ela é constantemente usada pelas técnicas e pelo movimento associativo, mas vou



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ver o que é que diz que não está atualizado, terei esse cuidado de tentar verificar o que é que não está atualizado. -----

----- Planos de emergência. Não sei exatamente quais são os planos de emergência a que se refere, a Proteção Civil acompanha, existem planos que estão feitos e estão agora em apreciação, outros estão a ser reformulados, outros estão a ser executados, não tem ainda, todos os edifícios têm os planos que ainda não estão concluídos, mas estão em processo de elaboração. Não sei o que é que diz que não é, porque é que não estão concluídos. Pronto, vou verificar com o senhor comandante e será respondido por escrito, o senhor comandante hoje por questões profissionais não pode estar presente, mas irei ver com ele e depois será respondido por escrito. Obrigada, senhora Presidente. Falta só o Vale da Rocha que irei passar ao meu colega vereador José Cardoso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, relativamente ao vale da Rocha, e face à deliberação de Câmara que declarou a caducidade do alvará de loteamento e face à incompatibilidade que existe, foi de facto dado um período de pronúncia no qual não houve nenhuma informação adicional relevante acrescentada pelo requerente, pelo que o processo vai seguir, o que foi pedido à conservatória pelo registo do alvará, da caducidade do alvará e penso que vai à próxima reunião de Câmara a proposta de deliberação para indeferimento do pedido de alteração, operação de loteamento que não tem cabimento, portanto..., sim, sim, penso que vai à próxima reunião de Câmara, passou o prazo de pronúncia, não houve nada de relevante, os termos mantêm-se, portanto agora o processo fica encerrado por aí, não tem nada de novo de relevante. -----

----- Sobre a questão, só para clarificar o senhor deputado Paulo Canha, sobre a questão da lei dos solos, a senhora Presidente da Assembleia fez questão e bem de referir que estamos a falar de uma lei que não está publicada e sobre a qual ainda não temos conhecimento, eu o que disse, eu não disse que não tinha impacto, eu disse é que isso não punha em causa os objetivos definidos pelo município que eu assumo e que o senhor Presidente assume, já foram aqui assumidos e pelos objetivos que nós assumimos, esses nós comprometemo-nos e são nossos, portanto estão assumidos pelo executivo, portanto não vou obviamente assumir as responsabilidades de objetivos passados ou de timings passados, mas destes que são objetivos do atual executivo, é para isso que estamos cá, portanto tenho que assumir os compromissos e os objetivos que temos traçados para ter o PDM aprovado até ao final do ano. Pronto. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu interpreto a sua intervenção na defesa do executivo, obviamente numa questão de lógica política, mas a sua intervenção numa lógica de defesa do executivo relativamente à previsão daquilo que pode claramente acontecer, também tem uma responsabilidade além de política de gestão da autarquia num documento que é fundamental. Portanto, sabendo que vai haver uma intervenção, sabendo que vai haver uma alteração e vulgariza-se essa intervenção como, olhe, quando acontecer logo se vê, enfim, num processo que há-de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



requalificar ou não a possibilidade de construir mais ou menos, portanto também percebo a intervenção do senhor vereador José Cardoso, enfim, o passado é passado, agora o passado pouco interessa, o que interessa é que somos nós e agora e, portanto, não há que responsabilizar pelo passado, mas politicamente os senhores são responsáveis pelo passado. -----

----- Deixar aqui outra nota que eu gostava também de obter um esclarecimento que é a propósito daquilo que vem aqui descrito, «a otimização do plano de operação do Vai e Vem, setembro de 2024 a agosto de 2025». Está aqui descrito que houve várias reuniões com a operadora Sunbus Transportes, no sentido da introdução de melhorias de operação do serviço público de transportes. A pergunta que eu lhe faço é que melhorias são estas, que necessidade é que houve, o que é que identificaram e o que é que vai alterar, nomeadamente neste período de setembro de 2024 que aqui está a agosto de 2025? Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, eu gostava de ficar mais esclarecido sobre essa situação que já falámos aqui sobre o São Sebastião e eu não me apercebi que o senhor vereador tinha falado sobre esse assunto. Foi assim tão rápido que eu não ouvi, eu não me apercebi. Gostaria de ser esclarecido sobre se vão fazer, quais vão ser os acessos e como é que se vai proceder. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, é só para responder a esta última questão do plano da otimização do Vai e Vem, vou passar a palavra ao meu colega José Cardoso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal **José Pedro Cardoso**, a única alteração que fizemos surgiu de uma necessidade de reforçar o transporte nas linhas que vêm da Mexilhoeira para Portimão, que tinha a ver com o transporte dos alunos na Mexilhoeira na primeira hora para a escola José Sobral. Portanto, nesse momento foi a única otimização que houve em termos de horários é a alteração à rede neste ano escolar, neste período escolar. -----

----- Relativamente à questão do São Sebastião, senhor deputado Pedro Mota o que eu disse há pouco foi que esse processo estava a ser analisado e que obviamente certamente tem que ter todos os pareceres de todas as entidades, desde a mobilidade, da rede viária e obviamente do ponto de vista urbanístico só será feito ali alguma coisa se cumprir o PDM, portanto esse processo está em apreciação, neste momento não está nada aprovado, portanto está em fase de apreciação, não vou agora estar aqui, nem consigo estar aqui tecnicamente a descrever quais são as funções técnicas, nem viárias, isso não. É o que é. -----

----- Agradecer o contributo do vereador Luís Carito que é pertinente, porque também é factual relativamente ao estado do processo. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que gostava de apresentar um voto de protesto, se faz favor. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, mas a que título? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, a título que a senhora Vice-Presidente, o senhor vereador Pedro Xavier pediu a palavra, não deu, o senhor vereador Luís Carito pediu a palavra e deu. Quero fazer um voto de protesto, não há igualdade relativamente àquilo que é a oportunidade das pessoas e dos vereadores sem pelouro falarem. Gostava que ficasse escrito em ata. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, portanto está declarado. Obrigada. Encerro os trabalhos e obviamente agradeço a todos. -----

-----Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas e dezanove minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 1ª reunião desta 5ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia dezassete de dezembro, no mesmo horário e local.-----

-----2ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2024 – 1º Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 17 de dezembro de 2024-----

-----Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente secretários da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Nuno Filipe Marcelo Monteiro	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Garrancho Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Francisco Manuel Vicente Correia Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Rodrigo Jorge Tomé Jeremias	CHEGA
Rui Alberto Pires	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Manuel Afonso De Lousada Moreira	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
César Rodrigo Simões Valente	PAN

-----Apresentou pedido de Suspensão de Mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 7º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DO MEMBRO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PSD	Américo da Conceição Leonor Mateus	11/12/2024 A 11/02/2025	Ricardo Jorge da Silva Viana

-----Não esteve presente, a seguinte deputada municipal: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente

-----De acordo com o artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou pedido de justificação de falta, a senhora deputada municipal Independente Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros, o qual se anexa a esta ata, dela fazendo parte, para a seguinte reunião: -----

2ª reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2023	Data: 17 de dezembro de 2024
---	------------------------------

----- Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOMES DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PSD	Raquel Gonçalves Bernardino	33 dias	29/11/2024 A 31/12/2024	Bruno Miguel Lourenço Candeias
BE	Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	1 dia	17/12/2024	Marilu Veiga Correia Batista Santana
CHEGA	Patricia Alexandra Gonçalves Ferro	7 dias	11/12/2024 A 18/12/2024	Jorge Daniel Alves de Melo
CHEGA	Jorge Daniel Alves de Melo	1 dia	17/12/2024	Rodrigo Jorge Tomé Jeremias
PS	José Manuel Figueiredo Santo	1 dia	17/12/2024	José Luis Mateus Barbudo
CHEGA	Paulo Jorge Canha	6 dias	13/12/2024 A 18/12/2024	Anabela Nunes Chaves
CHEGA	Anabela Nunes Chaves	1 dia	17/12/2024	Rui Alberto Pires
PAN	Daniela Marlene da Conceição Duarte	1 dia	17/12/2024	Ricardo Nuno do Nascimento Vieira da Conceição Cândido



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PAN	Ricardo Nuno do Nascimento Vieira da Conceição Cândido	1 dia	17/12/2024	César Rodrigo Simões Valente
PS	Cristiano Damaso Malha Gregório	1 dia	17/12/2024	Alzira Maria Maças Calha
PS	Alzira Maria Maças Calha	1 dia	17/12/2024	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	17/12/2024	Paulo Jorge Riscado
PS	Paulo Jorge Riscado	1 dia	17/12/2024	Maria de Lurdes Montês Reis
PS	Maria de Lurdes Montês Reis	1 dia	17/12/2024	António Alves Alferes Pereira
PS	António Alves Alferes Pereira	1 dia	17/12/2024	Dário José Pereira dos Reis
PS	Dário José Pereira dos Reis	1 dia	17/12/2024	Ana Isabel Bernardino Vieira
PS	Ana Isabel Bernardino Vieira	1 dia	17/12/2024	João Ramos Catarino
PS	João Ramos Catarino	1 dia	17/12/2024	Avelino Borges Varela
PS	Avelino Borges Varela	1 dia	17/12/2024	Ana Catarina Martins Sousa
PS	Ana Catarina Martins Sousa	1 dia	17/12/2024	Nuno Filipe Marcelo Monteiro
Coligação "Portimão Mais Feliz"	Marta Patricia Gonçalves Marques Caetano	1 dia	17/12/2024	Pedro Manuel Pereira
Coligação "Portimão Mais Feliz"	Pedro Manuel Pereira	1 dia	17/12/2024	Sandra Cristina Conceição Pereira Lopes
Coligação "Portimão Mais Feliz"	Sandra Cristina Conceição Pereira Lopes	1 dia	17/12/2024	José António Pinhota Nunes
Coligação "Portimão Mais Feliz"	José António Pinhota Nunes	1 dia	17/12/2024	Carolina de Almeida Soto de Assis
Coligação "Portimão Mais Feliz"	Carolina de Almeida Soto de Assis	1 dia	17/12/2024	Carlos Manuel Vítor dos Santos
Coligação "Portimão Mais Feliz"	Carlos Manuel Vítor dos Santos	1 dia	17/12/2024	Olga Cristina Morgado Vieira
Coligação	Olga Cristina Morgado Vieira	1 dia	17/12/2024	Manuel Afonso Lousada



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



"Portimão Mais Feliz"				Moreira
-----------------------	--	--	--	---------

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Sandra Pereira	Vereadora – Partido Socialista
Eduardo Catarino	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Quando eram vinte e uma horas e seis minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **2ª reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2024**, cumprimentando todos os presentes, e referindo que têm uma convocatória exigente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora Presidente, desculpe lá, era só para fazer um ponto de ordem à mesa, se faz favor. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, um ponto de ordem à mesa, faça favor. Há algum problema com a organização? -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só para pedir um esclarecimento que ficou do passado dia 12 relativamente à ausência do senhor Presidente da Câmara no dia 12 na sessão na primeira reunião desta Sessão Ordinária. A senhora Presidente comunicou na altura a ausência e acrescentou na altura quando nós questionámos aqui na bancada, que não sabia qual tinha sido, enfim, o evento ou a sessão que teria motivado a ausência do senhor Presidente em Lisboa, e uma vez que o senhor Presidente hoje está cá,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



o senhor Presidente da Câmara, queria que ele explicasse à Assembleia ou que justificasse a que é que se deveu a ausência, para que isso ficasse devidamente esclarecido, já que aquela comunicação que a senhora Presidente leu não é ela clara relativamente a esse motivo. Era só isso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, normalmente a senhora Presidente anterior também explicava nos seus ofícios que se deslocava, portanto no exercício das suas funções e nunca foi necessário justificar. Penso que o senhor Presidente saberá melhor do que nós, quando sai no exercício das suas funções, se tem justificação ou não para eu penso que isso não é um ponto de ordem à mesa no sentido que não tem a ver com a condução dos trabalhos, se o senhor Presidente entender depois apresentar essa explicação, poderá fazê-lo no decurso da discussão e votação da ordem de trabalhos. -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o ponto **4-a)** Discussão e Votação das Demonstrações Orçamentais e Financeiras Previsionais e das Grandes Opções do Plano do Município, para o quinquénio de 2025 a 2029, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 875/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que neste momento cabe-lhe a ele então dizer algumas palavras depois também de se ter reunido com todos os partidos que estão presentes nesta Assembleia depois das reuniões terem sido marcadas e, portanto, para apresentar este documento. No fim do Plano de Ajustamento Municipal, Portimão oficializado no passado mês de outubro, permite-me que no âmbito do orçamento de 2025 se proceda a uma baixa generalizada de impostos municipais, o que permitirá às famílias portimonenses pouparem cerca de dois ponto três milhões de euros no ano 2025, reduzir a taxa de IMI para zero trinta e oito da participação variável do IRS, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão e para quatro por cento e a derrama para um por cento, mantendo o equilíbrio das contas públicas municipais e da saída da situação de endividamento excessivo da dívida da Câmara Municipal que se encontra estruturada e consolidada, mas que é de cerca de oitenta e seis ponto um milhões de euros com referência a outubro de 2024. Inclui capital em dívida para o empréstimo de assistência financeira no âmbito do Fundo de Apoio Municipal. Este empréstimo com um saldo remanescente de setenta e sete milhões de euros no final do ano 2024 será amortizado nos próximos dezanove anos com pagamentos anuais na ordem dos quatro milhões de euros. -----

----- Prioridades municipais: -----
----- - A habitação, com a implementação da estratégia local de habitação e a construção de novos fogos;
----- - Valorização do espaço público, com o objetivo de promover o maior e melhor uso do mesmo por parte dos residentes; -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- - Abertura ao público do parque da juventude ou o parque radical e do jardim Gonçalo Ribeiro Teles já inaugurado. Importantes melhorias para a qualidade de vida dos portimonenses. -----

----- Na educação, a manutenção de todos os apoios sociais em vigor até este momento, nomeadamente a gratuitidade das refeições escolares e promoveremos importantes melhorias no parque escolar. -----

----- No que se refere a obras públicas, prevê-se um investimento na ordem dos quarenta ponto seis milhões de euros para 2025 e cento e setenta e três ponto oito milhões de euros para os anos 2026/2029, destacando-se entre outros, início das empreitadas da via V2 no prolongamento da avenida Paul Harris, requalificação urbana do edificado desportivo da Quinta do Amparo, requalificação da casa Manuel Teixeira Gomes, apresentação do projeto de requalificação da escola secundária Manuel Teixeira Gomes que só poderá ser concretizada com fundos nacionais, nova fase de videovigilância, ferramenta fundamental na política de segurança pública no centro da cidade que estamos em condições de iniciar os procedimentos concursais este ano se a mesma for autorizada pelos organismos nacionais. Atribuição de mais meios à Proteção Civil Municipal e a continuidade de políticas de apoio social. -----

----- Políticas macroeconómicas de 2025. A economia portuguesa deverá crescer moderadamente com um PIB a aumentar um ponto sete a dois por cento. Este crescimento será impulsionado pelo consumo privado e pelo investimento, mas será contido pela inflação elevada e pelo desagravamento das taxas de juro que impactam com o poder de compra e financiamento empresarial. -----

----- A taxa de desemprego deverá manter-se estável, mas há desafios demográficos que podem afetar o mercado de trabalho. -----

----- O país tende a reduzir a dívida pública e implementar investimentos estratégicos através do PRR, promovendo a digitalização e a transição para uma economia mais verde e mais circular. Em termos mundiais, prevê-se que a economia global enfrente um crescimento moderado com as preocupações contínuas sobre a inflação persistente e taxas de juro elevadas que limitam a atividade económica. Este cenário global continuará a ser marcado por tendências e com a volatilidade dos mercados de energia, criando um ambiente de incertezas que poderá impactar o turismo e o comércio. -----

----- Quanto aos documentos previsionais em 2000. Em 22 de junho de 2024, o município apresentou ao Fundo de Apoio Municipal FAM, o pedido de cessação do Programa de Ajustamento Municipal. Em 26 de agosto de 2024, a Comissão de Acompanhamento do FAM emitiu parecer favorável ao pedido de cessação do contrato do PAM. Em 4 de setembro e a 2 de outubro de 2024, a Câmara Municipal de Portimão e a Assembleia Municipal de Portimão aprovaram a minuta da cessação do contrato PAM respetivamente. Em 28 de outubro de 2024, foi celebrada a cessação do contrato de Programa de Ajuste Municipal PAM. Com a cessação do contrato PAM, o município de Portimão deixou de ter de cumprir as medidas obrigatórias para a recuperação económico-financeira previstas no PAM e de estar vinculado à obrigatoriedade de obter parecer prévio da Comissão Executiva do FAM relativamente às propostas e orçamentos municipais e de política fiscal municipal. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Do lado da receita, para o cálculo do valor orçamentado da receita, foram utilizados os seguintes pressupostos. Utilização do princípio contabilístico da prudência, da média aritmética da receita arrecadada nos últimos vinte e quatro meses com a referência a 31 de outubro de 2024. -----

----- Para as rubricas de vendas de investimento, foi considerada média dos últimos trinta e seis meses com referência a outubro de 2024. Na receita de IMI, foi considerado o impacto da redução da taxa de IMI para zero trinta e oito por cento. No valor do IMT foi considerada uma redução de três ponto quatro milhões de euros face à média aritmética calculada relativamente à tendência de decréscimo registada em 2024. ----

----- O cálculo da derrama está refletido no impacto na redução para a taxa de um por cento.

----- Relativamente à projeção da receita da taxa turística de Portimão que entrou em vigor em março de 2024, foi considerado manter o valor proveniente do estudo económico-financeiro. -----

----- Quanto às transferências orçamentais de estado e transferências de competências, foram considerados os valores constantes na proposta do orçamento de estado para 2025. -----

----- Nas participações financeiras a projetos de investimento, foram considerados apenas os projetos já homologados. -----

----- Para as restantes rubricas de orçamento da receita, foi considerada a média aritmética na arrecadação dos últimos vinte e quatro meses com referência a 31 de outubro de 2024. -----

----- O orçamento da receita para 2025 atinge cento e três ponto oito milhões de euros. Setenta e nove milhões de euros dizem respeito a receitas correntes, e as receitas de capital correspondem a vinte e quatro ponto oito milhões de euros, sendo vinte e três ponto nove da receita total. Comparativamente ao ano 2024, as receitas correntes registam uma redução de quatro ponto quatro milhões de euros, menos cinco ponto três por cento para o qual contribuiu a diminuição prevista em impostos diretos, menos seis milhões de euros. ---

----- As receitas de capital previstas em vinte e quatro ponto oito milhões de euros do ano 2025 regista uma variação positiva de vinte e dois milhões de euros. Esta variação deve-se à participação de projetos da construção de vinte e oito fogos no bairro Pontal e à construção de vinte e quatro fogos no bairro Coca Maravilhas. -----

----- Do lado da despesa, o orçamento total para o ano 2025 totaliza cento e três ponto oito milhões de euros, a despesa corrente corresponde a cinquenta e quatro ponto um milhões de euros e a despesa de capital ascende a quarenta e nove ponto oito milhões de euros. A despesa de capital para 2025 regista uma evolução positiva de vinte e seis ponto oito milhões de euros, mais cento e dezasseis por cento face a 2024. Este aumento contribui o investimento previsto para a construção de habitação no bairro da Coca Maravilhas. ----

----- A despesa foi estruturada a partir dos seguintes pressupostos. A utilização do princípio contabilístico da prudência, incorporação dos compromissos assumidos para o período de 2025 e seguintes. -----

----- Para a despesa com pessoal foram considerados os montantes de vencimentos e outros encargos sociais, tendo por base o número de colaboradores à data de 31 de outubro de 2024. O cálculo da despesa de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aquisição de bens e serviços de 2025, baseou-se na taxa de inflação prevista de dois pontos três à evolução da despesa executada com referência a 31 de outubro de 2024. -----

----- Para a previsão da despesa com passivos financeiros, foram considerados os valores constantes nos planos de serviço da dívida de empréstimo existentes, incluindo o empréstimo de assistência financeira. As demais rubricas da despesa de 2025 foram estimadas considerando necessidades identificadas para este ano.-

----- Nas grandes opções do plano, a elaboração do plano de atividades municipais e o plano plurianual de investimentos para 2025/2029, reflete as orientações políticas do executivo municipal, conforme descrito na nota de abertura em articulação com as restrições de impostos pelo cumprimento da regra de equilíbrio orçamental. -----

----- As grandes opções do plano para 2025 totalizaram setenta e cinco ponto seis milhões de euros. Quarenta e oito ponto seis milhões de euros dizem respeito ao plano plurianual de investimentos e vinte e sete milhões de euros corresponde ao plano de atividades municipais mais relevantes. -----

----- Em comparação com o montante do ano anterior, verifica-se um incremento de vinte e sete ponto dois milhões de euros no plano plurianual de investimento, uma redução de nove ponto um milhões de euros no plano de atividades municipais. Por outro lado, o plano plurianual de investimento para 2025 corresponde a quarenta e seis ponto oito na despesa total, enquanto o plano de atividades municipais corresponde a cerca de vinte e seis por cento. -----

----- Importa ainda referir que podem algumas das dotações projetadas nas GOP terem de ser reforçadas pela incorporação do saldo orçamental de 2024. -----

----- Nas funções gerais em 2025, representam vinte e um ponto quatro por cento do total dos GOP, ascende a dezasseis ponto dois milhões de euros, e nas funções sociais em 2025, a despesa regista nesta funcional, totalizam cinquenta ponto dois milhões de euros, correspondente representando sessenta e seis ponto quatro das grandes opções do plano. -----

----- Face ao ano 2024, verifica-se uma evolução positiva de vinte e um ponto dois milhões de euros. Para esta evolução contribuiu fortemente a sobre rubrica dois quatro um na habitação. Registou um aumento de vinte e cinco ponto cinco milhões de euros e reflete o impacto da inscrição do projeto estratégia local de habitação. Empreendimento social no bairro Coca Maravilhas do plano plurianual de investimento no montante de vinte e dois ponto três milhões de euros previstos para o ano 2025. -----

----- Funções económicas no ano 2025, as despesas inscritas nesta rubrica funcional ascende a sete ponto cinco milhões de euros, representando nove ponto nove num total das GOP face ao ano 2024, uma evolução positiva de oitocentos e cinquenta e oito mil euros em termos absolutos, treze por cento. -----

----- Senhora Presidente, neste momento apresentei as linhas gerais para o orçamento e os documentos previsionais, não querendo fugir à pergunta do senhor deputado que deve também estar preocupado com a minha saúde, dado que fui a Lisboa me constipar enquanto esperei para entrar na embaixada de Itália, porque



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



dado um grande cidadão que também tem feito atividades em Portimão foi receber uma condecoração do governo italiano e então os presidentes de Aljezur, de Monchique e de Portimão, foram convidados e fiz questão de estar presente. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer ao senhor Presidente de Câmara que agradece a explicação. Senhor Presidente, em relação à explicação que acabou de dar, eu tenho que sublinhar que com muita tristeza nossa, para o senhor Presidente é mais importante ir a uma receção na embaixada de Itália do que estar presente na Assembleia que foi previamente agendada com o seu consentimento para aquela data para dar explicações à Assembleia para responder às perguntas dos membros da Assembleia. -----

----- Dito isto, em relação aqui à questão que está aqui em discussão, o senhor Presidente disse que apresentou linhas gerais do que é a proposta de orçamento. Eu peço imensa desculpa, o senhor Presidente leu um documento que foi distribuído a todos os membros da Assembleia, ainda por cima engasgou-se não sei quantas vezes, mas, enfim, isto de ir a Lisboa no inverno ou quase no inverno dá nisto, apanha-se frio, não é, é chato, eu também estive em Lisboa no sábado também tive que andar agasalhado, mas não fui à embaixada de Itália, fui tratar de outras coisas e o senhor leu um documento que toda a gente teve acesso, e o problema aqui não foi o senhor ter lido, o problema aqui é outro, o problema é que o documento em si é uma desilusão tremenda, senhor Presidente, é uma desilusão tremenda nas opções, nas omissões que tem, sobretudo nas omissões que tem e depois nas opções que tem. Nas omissões porquê? Porque quem lê este documento não percebe porque não está lá dito, qual é a estratégia de desenvolvimento local para o próximo ano, porque eu quando recebi o documento estava convencido que quando cessa o plano e quando o município readquire a sua liberdade do ponto de vista fiscal, porque deixa de estar sobre a supervisão do FAM, que houvesse aqui um rasgo de inovação e de estratégia e de atirar aqui horizontes para o futuro dizendo o que é que se pretende nos próximos cinco anos. Até porque, enfim, quanto mais não seja porque estamos em véspera de ano de eleições. Também nos levaria a esperar isso, mas não, os senhores fazem aqui um documento que é, em termos de ideias é de uma pobreza tão grande que eu sinceramente parece-me que isto foi feito à pressa, senhor Presidente. Quando se fala em obras estruturantes, além da questão da habitação que já foi aqui amplamente discutida no debate do estado do município, habitação, projetos de habitação que não vão resolver o problema da habitação, especialmente na classe média no nosso concelho. Quando se fala na V2 que é uma obra que já devia de estar feita pelo menos há dez anos, veja-se o estado do trânsito na cidade. No parque da juventude, há quase meia dúzia de anos que leva com empreitadas ou com concursos sucessivos e não conseguem fazer o raio da empreitada e o jardim Ribeiro Teles... -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao senhor deputado o raio da empreitada, é que já chega. Está bem? Temos que dar dignidade ao órgão. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer à senhora Presidente que foi uma força de expressão. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, eu tento manter alguma elevação. Nós estamos a discutir o principal documento... ó senhor deputado Natalino eu estou a falar. Levanta essa questão à mesa e a mesa corrige. Nós, há coisa que eu nunca quis fazer é tirar tempos aos grupos. Agora, temos que manter uma discussão com elevação, é a nossa obrigação, é para isso que os contribuintes nos pagam. Este é o principal documento que nós discutimos em termos anuais e, portanto, agradecia alguma elevação. O raio! Peço desculpa. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, muito bem senhora Presidente, muito obrigado, então retiro o raio e foi uma força de expressão e peço desculpa se foi, enfim, foi rebaixar aqui o nível do debate, não foi com essa intenção e já retirei essa expressão. Estava eu a dizer que o documento que está aqui em cima da mesa não traduz nenhuma perspetiva de desenvolvimento local, porque as obras que estão aqui, o parque da juventude que é uma obra que já tem quatro, ou cinco anos, ou seis não conseguiram ainda terminar, a questão do jardim Ribeiro Teles que os senhores agudizam de parque urbano, enfim, têm mérito em ter feito o jardim, está bem conseguido, estão de parabéns, mas chamar àquilo aquilo que não é também não vale a pena. E em termos de obras, o documento resume-se a isto, e depois senhor Presidente, em relação aqui aos números, temos aqui um problema que é o problema central deste orçamento, nomeadamente a previsão da receita. Os senhores continuam e persistem no massacre fiscal que fazem sobre os munícipes e sobre as empresas. Nós estaríamos à espera e foi isso que demos de contributo na reunião em que fomos ouvidos para o orçamento, que houvesse aqui um verdadeiro desagravamento fiscal para o próximo ano e, enfim, constatamos com muita tristeza da vossa parte que houve uma redução de meio por cento na derrama na proposta, meio por cento na derrama passa de um e meio para um por cento, zero vírgula um por cento no IMI e de um por cento na participação variável do IRS, passa de cinco para quatro. E depois quando o senhor diz assim, «bom, a poupança fiscal para os munícipes vai ser de dois ponto três milhões de euros». Pois, faltou dizer senhor Presidente, não sei se disse aí nesse emaranhado de números que aqui expôs, que dois ponto três em cinquenta e um milhões ponto dois, que é a receita de impostos diretos prevista no orçamento. Portanto, repare bem, eu vou repetir, dois ponto três de poupança num universo de receita corrente de impostos diretos de cinquenta e um ponto dois milhões. É este aqui, a força da grandeza da poupança é esta e, portanto, isto é uma mini poupança para os munícipes, é quase como dar um bombom nesta altura do Natal quando se podia dar uma coisa muito mais simpática aos munícipes. E falar disto, quando se fala em desagravamento fiscal para depois apresentar isto, é uma coisa muito comezinha. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Bom, há aqui outra questão que tem que ver com as GOP. Eu, enfim, estava à espera de ver aqui outro tipo de projetos também, enfim, identificados e previstos. -----

----- A proposta é completamente omissa, vêm uns mapas, já sabemos que é obrigatório pelo POCAL, a gente já sabe disso, mas em termos de texto e em termos de obras, em termos de estratégia e desenvolvimento, nada ou quase nada é dito, e há aqui uma questão, os senhores preveem aqui nas BOP um valor de cento e vinte e cinco mil euros para o PDM que eu gostava que o senhor explicasse, porque o PDM continua a ser, enfim, continua a ser aqui uma pedra no sapato deste executivo e dos anteriores, não conseguem terminar a revisão do PDM que é um problema, não só pelo documento em si e por eventuais consequências que isso possa vir a ter em termos de acesso a fundos comunitários e etc. mas sobretudo porque não há uma estratégia definida para o desenvolvimento do concelho e esse é o principal problema. Os senhores põem aqui cento e vinte e cinco mil euros e a questão para mim é a seguinte. Isto é para entregarem o procedimento de revisão do PDM a uma empresa externa, ou eventualmente é para reforçarem pessoal, ou é para arranjam outra forma de conseguir fazer a revisão do PDM. Para já, disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que começaria nesta deliberação por dizer. Se a descentralização tem trazido mais dúvidas e discussões sobre as competências centralizadas e correspondente consequência na melhoria da resposta aos cidadãos e gestão do valor público, é certo que as novas atribuições acarretam um aumento de despesa, assim como as condições financeiras para que se possa garantir o desempenho das novas competências, diria que estamos perante um federalismo financeiro.-----

----- A questão que se observa é para além da transferência de competências para a administração local, a mesma não tem decorrido da melhor forma. O princípio de financiamento subjacente não tem sido com as verbas necessárias para que a implementação da descentralização seja concreta, real e justa. Na prática, não existe uma coordenação entre o processo e os meios necessários para o implementar, independentemente do que consta na carta europeia de autonomia local para a paridade, que deve existir entre as atribuições definidas e o respetivo financiamento. Contudo, por muito que se faça, os factos e a realidade mostram que a autarquia de Portimão só conseguirá a real emancipação quando tiver ao seu alcance os meios financeiros para poder desenvolver o verdadeiro serviço público municipal. Nesse sentido, com esse objetivo só poderá acontecer quando os recursos financeiros forem estáveis, com maior amplitude temporal e que não estejam dependentes por um lado da administração central, do hábito dos fundos europeus e por outro de definições políticas e engenharias financeiras geoestratégicas, tendo como base a conquista e perpetuação do poder municipal. Consequente e adicionalmente a autarquia não apresenta um plano concreto capaz de gerar valor e evoluir para uma independência financeira. -----

----- Adicionalmente, o tema da Troika de Portimão continua na ordem do dia, desta vez o fim do excesso da dívida ao FAM. Como sabemos, lamentavelmente teve de existir um conjunto de técnicos externos do Fundo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



de Ajustamento Municipal, proclamado FAM, para definir um caminho de contas certas e ensinar aos políticos locais como se pode salvar um município da falência. Infelizmente o Fundo de Apoio Municipal teve de supervisionar o empréstimo cedido por vários anos, assim como validar todos os orçamentos apresentados anualmente fazendo sempre sérias recomendações. Eis que com o fim do contrato acabam as limitações, mas a dívida de setenta e sete milhões permanece, a proposta dos documentos provisionais para 2024/2029, mas sabemos que pagar mais dívida e antecipar o calvário é inequivocamente uma decisão política, mas inteligentemente técnica e sobretudo o município de Portimão continua um dos mais endividados do país. ---

----- Assistimos à transição de obra e/ou derrapagens temporais das mesmas do orçamento de 2023 para 24 para 25, promovendo o subdesenvolvimento das soluções públicas do poder local. Os orçamentos da despesa de capital rondam os cinquenta por cento, portanto é caso para dizer «o homem sonha e a obra aparece», mas fica sempre a meio, cinquenta por cento. Deverá o município rever os preços base das obras de empreitada através da seriedade e do compromisso dos prestadores de serviços? Promover a consulta ao mercado em vez dos ajustes diretos, utilizando em tantas situações e cumprimento dos prazos de execução de obras por forma a minimizar outros custos associados à crise estrutural da economia regional. -----

----- Falta na presente gestão do Partido Socialista uma estratégia municipal integrada e de ligação das ações do município com outros setores. A falta de estratégias setoriais deve-se à falta de planeamento. Não existe uma estratégia ao nível do comércio tradicional para Portimão, continua a imperar a política de licenciamento sem a conjugação entre a micro e a macroeconomia. A crise da habitação sem fim e resolução à vista entre constrói e compra, ou recompra e reconstrói. Muitas das necessidades individuais e coletivas da população estão comprometidas no presente e para o futuro, exatamente porque muitos autarcas que aqui passaram provocaram a limitação das leis atuais que tantos apoiaram outrora e se queixam atualmente. Esta condição ainda acaba por incrementar mais diferenças entre os municípios e entre as próprias regiões. Curioso é o facto de passados tantos anos a diferença face à média europeia nunca diminuiu após tanto investimento requerido e disponibilizado pela União Europeia. -----

----- Neste particular, o orçamento da despesa para 2025 prevê-se que termine em cinquenta por cento, sendo que a despesa de capital a que significa obra seja ainda mais baixo e que ronde os quarenta por cento, eu repito, quarenta por cento, ou seja, prevê-se investimento, mas não se realiza por todas as razões e mais algumas. Contudo, previsivelmente no ano das eleições tudo ficará resolvido quanto às dificuldades apresentadas e quanto às lamentáveis explicações do executivo. -----

----- Outra das incongruências do documento, é que desde a prestação de contas trimestral, informação do Presidente, até ao documento que apreço nunca é feita uma análise microeconómica do concelho, remetendo para textos que são uma cópia do apresentado em orçamento de estado consubstanciando as decisões do executivo apenas em análises microeconómicas. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Também por estes factos torna-se necessário colmatar e prevenir que os erros do passado não se repitam, é fundamental regra e transparência nas capacidades ou na capacidade de investimento e endividamento. Mais que tudo é fator crítico o exemplo do bom pagador na assunção de dívidas e que as mesmas sejam realizadas em função das pessoas e do desenvolvimento local regional, tal como acontece com milhares de famílias que necessitam de recorrer a empréstimos para adquirir habitação assumindo e liquidando as suas responsabilidades, urge um estado e um poder local responsável para com as suas obrigações. ---

----- Bem, esta Troika foi, mas os impostos diretos não se vão. Neste caso particular a narrativa e moral do executivo do Partido Socialista têm sido de desculpabilização pelo facto da Troika portimonense tecnicamente não permitir baixar os impostos locais, como são o imposto municipal sobre os imóveis até a um mínimo permitido municipalmente, a anulação do valor de percentagem de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, IRC e devolução de cinco por cento da participação variável de IRS a sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão. Seria razoável aceitar a justificação, porém os factos dizem que os munícipes de Portimão são dos que a nível nacional mais têm pago juros de dívida local. Só por si o sentimento de culpa poderia e deveria ser decisivo para definir uma estratégia para devolver capacidade económica às famílias e empresas no que concerne aos impostos de cuja decisão depende da autarquia. Desta forma, o que temos assistido nos últimos meses é que depois de muita insistência do Partido Chega em Portimão para se tornarem obsessivos nessa caminhada, finalmente o executivo fez o pagamento excedente, mas nada diz e não sabe o que fazer com os mais de setenta e sete milhões de dívida que assombram a autarquia mesmo após o pagamento do excedente. Soubemos agora pela informação que o restante da dívida será pago em dezanove anos e a sua amortização será de mais ou menos quatro milhões ao ano. -----

----- Adicionalmente o Partido Chega está seriamente preocupado com o aumento da despesa local prevista para os próximos anos, nomeadamente a assunção de mais despesa corrente, poderá redundar em mais aumento de impostos diretos ou indiretos, ou através de medidas compensatórias para arrecadar receita através dos munícipes com empresas. -----

----- O Partido Chega alerta para o receio de que num futuro próximo possa existir um novo cenário de endividamento excessivo a partir de 2025. Os documentos apontam para uma previsão de um aumento de despesa de 2023 para 2024 em vinte por cento e mais vinte por cento em 2025, e por agora estou também com alguma dificuldade de líquidos, fico-me por aqui. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que nesta sessão discutem e votam as demonstrações orçamentais e financeiras provisionais e as grandes opções do plano apresentadas pelo executivo Socialista, não pode a bancada Social Democrata deixar de expressar algumas preocupações e de levantar aqui algumas questões às quais gostaríamos de ver esclarecidas. Porque como aqui foi dito ainda há



pouco, há aqui vários projetos, mas não há a explicação, o porquê e o que é que se pretende exatamente fazer. Para que todos possam seguir e acompanhar, eu posso dizer que isto são projetos que estão na página sessenta e quatro do ficheiro e seguintes. Eu vou começar pelo projeto 24/002, a implementação de medidas de autoproteção em edifícios municipais. Está projetado para este projeto um investimento no valor superior a dez milhões de euros até 2029. Considerando o montante significativo, a pergunta que se impõe é quais vão ser os edifícios municipais abrangidos e quais as medidas concretas de autoproteção que se pretende instalar.

----- O projeto 25/002, campus universitário UALG no valor de quatrocentos e cinquenta mil euros. Esta verba destinada ao campus universitário da Universidade do Algarve é bem-vinda, mas o documento aqui também não especifica quais são os objetivos concretos deste investimento. Por isso nós temos que questionar, será que é para obras de infraestruturas, será que é para construção, apoio logístico? Que projeto é este? Precisamos de saber. A falta dessa informação dificulta uma análise profunda e impede-nos de compreender o impacto direto deste projeto na vida académica dos estudantes e na atratividade do ensino superior do nosso concelho. -----

----- Projetos 19/011, 19/012, projeto 25/0013. Reabilitação do edifício Paços do Concelho e edifício do largo Primeiro de Maio. Reparámos que existem três projetos. Um, percebemos é a reparação da instalação elétrica no edifício dos Paços do Concelho no valor de duzentos e vinte mil, mas depois há mais seis milhões projetados para a reabilitação do edifício do Paços do Concelho e outro projeto para o edifício municipal do largo do Primeiro de Maio que julgo que será a mesma coisa. Senhor Presidente, pergunto-lhe muito diretamente, estes projetos sobrepõem-se, ou pelo menos parecem estar relacionados com o mesmo edifício. Pelo que somos obrigados a questionar, porque é que foram segregados, quais são afinal as obras concretas que prevê executar, a que replicações e fracionamentos orçamentais se conta uma avaliação da eficácia na gestão destes recursos, o que agradecemos o esclarecimento que tiver por conveniente. -----

----- Depois, o projeto 25/005, edifício serviços e comércio, seis milhões de euros orçamentados até 2028. Isto é outro projeto que nos desperta particular curiosidade, preocupação. Que edifício de serviços e comércio é este?. Qual é o seu propósito? Trata-se de um investimento relevante, mas para o qual nós não sabemos, não temos informação clara no documento. Os munícipes têm o direito de saber como vai ser aplicado o dinheiro dos seus impostos, e nós enquanto oposição temos o dever de exigir esclarecimentos e transparência nos mesmos. -----

----- Senhor Presidente, caros deputados, o que nos preocupa não é o volume de investimento previsto neste orçamento ou neste plano plurianual, o qual é de salutar e inclusivamente reconhecemos que há aqui projetos importantes e que concretizados poderão melhorar certamente a vida dos portimonenses. O que não podemos aceitar é a falta de clareza e o nível de indefinição que encontramos em muitos desses projetos. --



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ainda na sessão passada questionou esta bancada a pobre execução orçamental no atual mandato que nos tem mostrado um histórico de atrasos e de subexecução crónica no investimento. Por falar em grandes investimentos, no papel é uma coisa, mas traduzi-los em obra e impacto real é outra. -----

----- Senhor Presidente, os portimonenses precisam de mais do que promessas e planos no papel. Precisam da ação concreta, eficiente, transparente. -----

----- Como líderes da oposição, o PSD não pode deixar de fiscalizar e de exigir rigor na execução deste orçamento para que não se volte a ser mais uma oportunidade perdida para o nosso concelho. Muito obrigado.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que começava com duas questões aqui na página trinta e um, resumo das receitas e despesas a 2025. É que esta aqui reduziu significativamente em relação ao ano anterior. As instituições sem fins lucrativos, quatro milhões e oitocentos mil e o ano de 2024 tinha seis milhões cento e cinquenta e nove. -----

----- No caso das famílias está aqui um milhão e quinhentos mil e no ano passado um milhão seiscentos e dezasseis mil e também referente a este ponto, instituições sem fins lucrativos tenho aqui na página cento e vinte e um das GOP, quatro milhões quinhentos e sessenta e cinco, mais nada, não se refere para onde é que vai este dinheiro, não informam, só está aqui a dizer serviços culturais, recreativos e religiosos, quatro milhões e quinhentos. Gostaria que este ponto fosse mais específico para onde é que vai este dinheiro, neste ponto que tenho aqui. -----

----- Outro também nas GOP, também tenho aqui essa questão do PDM. Fiquei aqui que em 2024 não se gastou dinheiro nenhum, para 2025 temos cento e vinte e cinco mil euros e nos anos seguintes vinte mil euros, vinte mil euros, vinte mil euros até 2029. Qual é a previsão do PDM e se vão entregar também a um *outsourcing*. -----

----- O Bloco de Esquerda considera que o orçamento que a Câmara apresenta em 2025 revela uma evolução positiva, com destaque para a redução de endividamento municipal. Por outro lado, aponta para um aumento do investimento no concelho, refira-se que isso é só possível à custa de muitos constrangimentos e dificuldades para os munícipes e a continuação dessas dificuldades para o próximo ano e seguintes irão ser uma dura realidade. -----

----- Revela-se positivo o desagravamento fiscal e a saída de situações de endividamento excessivo, mas continua a ser muito preocupante a dívida da Câmara que ultrapassa os oitenta e seis milhões, onde inclui empréstimo no âmbito do FAM de setenta e sete milhões de euros que os portimonenses vão ter que pagar anualmente a quantia de quatro milhões ao longo dos próximos dezanove anos, isto é, representa em juros quinhentos e setenta e oito mil euros. Tudo isto fruto de uma gestão ruinosa dos vários executivos do PS ao longo de quase meio século. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- É verdade que vamos assistir à construção de novos fogos para a habitação. No entanto, essa construção é feita fundamental à custa do plano de recuperação e resiliência. E mais, também estes subsídios que poderão também não chegar, tanto o PRR, como os nacionais. -----

----- Devia-se fazer um esforço maior por parte da Câmara em casas para morar e com arrendamento acessível e custos controlados. A carência habitacional é muito grave no concelho de Portimão, que torna-se inaceitável. -----

----- O PS encontra-se na governação deste concelho há quarenta e oito anos seguidos, tantos anos como a ditadura que tivemos. Onde muitas prioridades foram invertidas com o esbanjamento de muitos milhões em festas, subsídios e eventos televisivos. Por outro lado, não obstante, o presente desafogo financeiro não se compreende o executivo camarário que seja tão tímido na redução dos impostos municipais, nomeadamente no IMI e na participação variável do IRS, que vai-se sentir muito pouco nos bolsos das famílias, no IMI de zero trinta e oito e numa participação variável no IRS de zero quatro. São taxas mais elevadas deste concelho em relação à generalidade dos concelhos do Algarve a nível nacional. No que concerne à derrama, os pequenos proprietários que apresentam lucro tributável até cento e cinquenta mil euros deviam ficar isentos. Estamos assim perante um orçamento que penaliza os munícipes e as pequenas empresas do concelho. -----

----- Um outro aspeto a considerar é o apoio às famílias, em particular as mais carenciadas. Apesar do executivo continuar a apostar nestes apoios, o Bloco de Esquerda considera que devia de haver um maior esforço dos mesmos em forma de minimizar e não de for possível acabar com as dificuldades a nível social das famílias do concelho. -----

----- Um outro aspeto negativo a considerar é a fraca aposta na criação de parques, jardins e espaços verdes, em que a prioridade deste executivo prossegue na trajetória de executivos anteriores, nomeadamente a aprovação de um incentivo à construção de projetos urbanos, de índole turística e com mais umas centenas ou mais de milhares de camas promovendo a especulação e notórios prejuízos ambientais e o consumo de água numa região predominantemente afetada com as alterações climáticas. Persiste-se no mesmo erro e nada se aprende com o passado. Fico-me por aqui. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vêm uma vez mais ali fazer uma pergunta que já fizeram quando foi o estado do município, é se a Câmara poderá garantir que a construção destes fogos, quer no bairro Coca Maravilhas, quer na rua Estácio Veiga, quer no bairro Pontal, se irá cumprir até 2026 a entrega destes fogos. E isto era uma pergunta que fizemos da outra vez que não nos foi respondida e gostávamos que nos respondessem a esta questão. -----

----- Outra questão aqui tem a ver com qual a razão de que a modalidade dos contratos não sejam discriminados, se se trata de contratos a termo, se contratos a termo incerto, na página quarenta e quatro, onde consta que o município celebra contratos a termo no valor de sessenta e cinco mil e trezentos euros,



sendo que em funções vinte e um mil e quinhentos. Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho, quarenta e três mil e oitocentos euros. Que necessidade há deste tipo de contratação precária e porque é que não consta nenhuma explicação sobre este assunto. -----

----- Em relação também aqui à mesma página quarenta e quatro, é referido que existem contratos individuais de trabalho, os CIT, mas no mapa da prestação de contas de 2023, página cento e nove, menciona que se tratam de contratos de trabalho em funções públicas. Em que é que ficamos, e também porque é que este tipo de contratos não estão discriminados nos mapas? -----

----- Em relação aqui, no plano de atividades municipais, qual foi a razão da redução dos valores das funções sociais das GOP, página noventa e um subcategorias da educação e da segurança e ação social que registaram um decréscimo de quinhentos e dezanove mil euros e quinhentos e quinze mil euros. Portanto, um decréscimo entre doze vírgula dois por cento e vinte e um por cento. A pergunta será o que é que deixou de ser feito que tenha justificado tal redução. Qual a redução do valor das funções económicas, página noventa e um, indústria e energia regista um decréscimo de um vírgula cento e quarenta e cinco milhões de euros, menos quarenta e sete vírgula um por cento. O porquê. O que é que significa aqui no plano plurianual de investimentos, página noventa e oito, edifício serviços/comércio rubrica zero vinte e quatro. Qual foi a habitação que será adquirida e que está referida na rubrica 24/010 página cento e quatro, por duzentos e vinte mil euros. Gostaria também de perguntar se neste momento o município dá formação a prestadores de serviços, porque diz aqui formação para colaboradores do município de Portimão, ou se dá formação, portanto a trabalhadores. -----

----- Outra questão aqui que teríamos que perguntar, é se realmente a Câmara considera que na segurança e videovigilância se esta é uma ferramenta fundamental da política de segurança, se esta é a fundamental política, ou se não será o reforço de recursos humanos e a política de policiamento de proximidade. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, quanto ao deputado Pedro Mota e à deputada Lurdes Melo, tanto nas rubricas de funções económicas, como na educação, estas rubricas é depois com o saldo de gerência em fevereiro é reforçado. Portanto, não vamos investir menos neste ano. O que está aí depois vai ser reforçado em fevereiro com os resultados transitados. Portanto, não vamos gastar menos no ano 2025 em relação ao ano 2024. -----

----- Quanto à deputada Lurdes Melo, o que está aí para a aquisição de edifícios, duzentos e vinte mil euros, é para edifícios que a Câmara pode vir a adquirir, não há ainda edifício nenhum programado. Estou-me a lembrar aqui pelo menos no largo, queremos comprar mais alguns edifícios para que o largo seja ampliado e todo reabilitado, assim como falta ainda adquirir também uma casa em Alvor para libertarmos as muralhas do castelo de Alvor. Portanto, este valor é um valor estimado para que possamos adquirir casas, mas ainda não está, porque as negociações ainda estão a decorrer. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Quanto à formação, é só formação dos nossos trabalhadores, e a videovigilância é fundamental para apoiar também a PSP, não descurando o policiamento de proximidade, esperamos também que a nível de estado central possam colocar mais PSP, porque ali o policiamento de proximidade é importantíssimo. -----

----- Senhor deputado Vítor Couto, as questões que colocou agradeço-lhe muito, até para podermos explicar na Assembleia também o que é que são. Portanto, nos edifícios municipais tudo aquilo que falou que temos que instalar, mas isto é até 2029, as medidas de autoproteção são nos edifícios todos. Faço-lhe lembrar que só neste edifício as medidas de autoproteção quando forem implementadas, vamos ter aqui uns bons milhares de euros para conseguir implementar neste edifício onde estamos. As escolas são todas, os centros de saúde, tudo aquilo que passou temos que instalar e que fazer as medidas de autoproteção que neste momento já estão a ser elaboradas. -----

----- Para o campus, falou e bem, é um projeto. Para adiantarmos, vamos querer já lançar o projeto no próximo ano. Aliás, vai vir aqui, 2025, o projeto do campus universitário, sim, sim, o projeto de arquitetura. Aliás, a senhora Presidente já tem o protocolo que queremos assinar para fazer uma futura reunião de Assembleia Municipal, porque já foi aprovada na reunião de Câmara. -----

----- Quanto à reabilitação, são dois edifícios, senhor deputado. É este edifício e é o edifício onde estão os jogadores de futebol, também pertence ao município e queremos fazer lá um edifício novo para instalar serviços para instalarmos a nossa ação social. -----

----- Depois, do comércio e serviços, vai ser o projeto lançado, porque o que pretendemos fazer é ao lado do mercado municipal fazer um parque de estacionamento e lojas por baixo também. É um silo automóvel com lojas por baixo. -----

----- Depois, acho que já respondi, falta-me então aqui ao senhor deputado João Caetano. O senhor deputado quando fala de impostos, falou nos dois milhões e trezentos mil, diz que já tinha recebido toda a minha intervenção e que já tinha lido, mas pelos vistos não leu com atenção, porque se ler com atenção não são dois milhões e trezentos mil que vamos deixar em receitas de impostos, são seis milhões, porque tem que contar também com o IMT e é isso que também já tinha dito aqui na minha intervenção. Portanto, o senhor deputado só quer dizer aquilo que lhe convém, mas esta é a realidade. E quanto à revisão, os cento e vinte e cinco mil euros que metemos para o PDM temos que fazer a revisão da REN também e de mais alguns serviços de acompanhamento que vamos ter que o fazer para conseguirmos terminar o PDM. O que me interessa neste momento foi que as primeiras peças para a primeira reunião para a CCDDR já seguiram, já temos alguns pareceres positivos e é isto que vamos continuar a trabalhar para terminarmos depois em conjunto que tem que ser apresentado também como é óbvio o nosso PDM e tudo aquilo que queremos fazer e que vai ser também apresentado nesta Assembleia. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Rodrigo Simões Valente**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tem apenas, depois destas perguntas todas



que esteve a ouvir com cuidado, tem apenas três ou quatro perguntas que gostaria de colocar que ficou com algumas dúvidas. A primeira que tenho a colocar, leio aqui na proposta, «obras de construção ou grande reparação do canil municipal». O canil municipal que inaugurámos há um ano já vai sofrer obras. Espero que seja para o ampliar, porque é garantidamente curto para aquilo que temos e que pensemos também em colocar lá mais gente para trabalhar, porque aumentar o espaço do canil, colocar lá mais animais e os funcionários continuarem os mesmos, não vai resolver grande coisa. -----

----- Vejo também obras de grande reparação, construção de jardins e espaços verdes do município, trezentos e vinte e cinco mil euros. Acho um valor um pouco ambicioso tendo em conta que não há espaços verdes em Portimão, tirando um último que foi inaugurado e que gostaria de parabenizar a Câmara, está num belo espaço, tirando a quantidade de relva que lá está para ser regada com a pouca água que temos no Algarve, faltam espaços verdes em Portimão, portanto acho que trezentos e vinte e cinco mil euros é bom, mas pouco ambicioso. -----

----- Vejo também que finalmente vai haver aqui sim uma verba agradável na construção de parques infantis, quinhentos e cinquenta e um mil euros. Há anos que andam a ser solicitados pela população e não aparecem, e a última questão, implementação de um sistema de bicicletas públicas de utilização partilhada, dez mil euros para aquisição das bicicletas. Como é que vamos garantir que elas não ficam espalhadas pela cidade como estão as azuis que agora vemos por todo o lado abandonadas, encostadas a postes, largadas pura e simplesmente. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor Presidente, eu creio que há aqui algum equívoco. O senhor falou da diminuição da receita do IMT, ora isso não é propriamente por via da ação do executivo, é uma quebra de receita decorrente da baixa do mercado imobiliário. Aliás, diz-se aqui na página número dezoito que na projeção de IMT para 2025 foi considerado o montante de menos três vírgula quatro milhões, decorrente da baixa dos últimos vinte e quatro meses. Portanto, isso não tem nada que ver com nenhuma ação do executivo. Portanto, isso não conta para efeitos de alívio fiscal, é uma diminuição de receita que resulta do mercado, tão somente isso e, portanto, a sua referência a esse valor parece-me que é aqui um bocadinho desajustada. Falou-se em alívio fiscal, não, é diminuição da receita fiscal. -----

----- Depois, a questão do PDM, o senhor não respondeu à pergunta que eu fiz. Eu perguntei objetivamente e não fui o único a perguntar aqui isso ainda agora, se este montante que está aqui previsto é só para fazer o PDM com funcionários da Câmara, ou se preveem recorrer a uma equipa externa para elaborar as peças que estão em falta. Era só isso que eu queria saber. -----

----- Depois, tinha aqui outra questão, aliás já tinha aqui apontada e escapou na primeira intervenção, que é a famosa já e recorrente questão dos passivos contingentes. Na página vinte e nove, isto, o senhor doutor Pedro Pereira sabe que isto é uma questão que vem aqui todos os anos, nós todos os anos aqui falamos sobre



esta questão e eu já imagino qual é a resposta, mas pronto não vou deixar de fazer a pergunta na mesma. Na página vinte e nove diz que a provisão ascende a onze ponto quatro milhões de euros para os processos em que a Câmara é parte e que estão a correr em tribunal. Curiosamente não diz lá o valor correspondente à situação hipotética se a Câmara perdesse os processos todos. Eu dei-me ao trabalho de fazer a conta e o valor são vinte e quatro ponto cinco milhões de euros, portanto é mais do dobro. A pergunta é óbvia, qual é a medida que o executivo tem prevista se eventualmente isto derrapar um bocadinho e se as condenações que a Câmara eventualmente sofrer e isso é uma eventualidade, não sabemos, se ultrapassarem aqui o valor dos onze milhões que está aqui aprovisionado. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que foi só ouvindo e tem aqui um conjunto de questões que tinha pensado, mas ele vai começar por aquilo que fixou na intervenção na primeira do senhor Presidente.

----- Dar uma primeira nota, que eu gosto sempre de ter uma quantificação maior, o alívio nas famílias portimonenses de dois ponto três milhões de euros, são trinta e oito euros a cada habitante do município e, portanto, convém conjugarmos bem aquilo que representa efetivamente este tipo de alívio fiscal nas famílias. É significativo, é sempre bom termos, mas temos de ser conscientes com o contra alívio que tiveram nos últimos anos. -----

----- Depois, também uma nota com algum sentido de *fair play* que tenha, até porque vou fazer aqui um parênteses. Eu entendo e todos entendemos a posição que o município traz neste ponto e até certo ponto não é uma questão nem melhor, nem pior, é uma questão de perspetiva e eu pessoalmente respeito a perspetiva que têm que pode não ir de encontro à minha e que vejam dessa forma, mas falava do investimento em 2025 de quarenta vírgula seis milhões e depois de cento e quarenta e três milhões de euros de 26 a 29, mas permita-me aqui o arroz de brincadeira, espero que não esteja a quantificar o investimento que o PSD enquanto liderante do executivo que vai ser após as próximas eleições venha a fazer, e espero que o PSD depois quando ganhar a Câmara tenha um investimento superior a estes valores que aqui estão, mas entendo que isto é um plano a cinco anos e era aí que eu ia tocar, mas relativamente a estes pontos, dizer algumas notas para chegar àquilo que quero que é falar um bocadinho de estratégia e planeamento e da minha e da nossa bancada temos uma visão diferente. Nós quando falamos e aqui todas as bancadas falaram da saída do PAM e do FAM, da Troika que ficou popular, mas que Portimão teve, na última década mais ou menos é a primeira vez que nós temos, nós todos portimonenses autonomia financeira e maior capacidade de investimento sem termos aquela desculpa em que também nós oposição abusávamos da crítica, mas também que o executivo se salvaguardava muitas vezes da sua ausência de capacidade de investimento e, portanto, isto possibilita uma visão estratégica em olharmos para este documento com algum encadeamento que não vi, quer no orçamento municipal, nas grandes opções do plano e não vou dizer aqueles chavões, mas podia dizer, a falta de visão, as medidas pontuais a curto prazo, acho que isso todos identificamos, porque um município sem estas amarras, aquilo



que nós queremos é que tenha mesmo ambição e que tente e planei construir algo mesmo que algumas vezes não consiga, mas mais vale ter a capacidade e a ambição e louvores de querer projetar, a não ter nenhuma e deixar andar e, portanto, este regresso da autonomia financeira não se pode traduzir apenas em reduzir dívida novamente. Nós temos que falar em aumentar a competitividade do concelho para atrair e fixar, e eu estive muito atento e ouvi zero vezes, no documento posso ir ver depois, hoje em dia com o CTRL F do finder vejo quantas vezes, mas competitividade ouvi zero vezes, zero na intervenção do executivo, zero, e acho que é uma palavra muito importante do léxico até para criar cultura competitiva que Portimão precisa como todos precisam e não ouvi, mas eu perguntava do ponto estratégico mesmo onde está? E eu entendo as medidas que falam, concordo até com várias, nós, a intervenção muito boa do meu colega de bancada, há várias que concordamos e questionamos precisamente por concordar. Algumas que já abordámos, mas aquilo que falávamos é, a cinco anos nas grandes opções do plano, eu não vi metas específicas apontadas, não vi, não vi nenhuma prioridade definida, vi falar de temas todos com a mesma relevância e pendor, não vi nenhum indicador de monitorização e muita atenção a isto, nós saímos de amarras, devemos ter muito preceito e atenção às contas certas que o executivo Socialista tem vindo a ter que todos reconhecemos e sabemos, mas têm que existir políticas de monitorização para acompanhar agora uma altura que queremos de crescimento e também não vi, mas eu vou até dar um exemplo deste plano e falando até do plano da mobilidade que foi falado e agora não vi, eu gostaria de ver coisas deste género, investimento em x ciclovias a dois anos para fazer a ligação das três freguesias a x anos, com um investimento previsto no primeiro ano d e y, é o que vejo noutros municípios, eu não vi neste documento, gostava que de futuro, crítica construtiva, isto aparecesse, isto é planeado por onde vamos crescer, como é que vamos crescer, como é que vamos ligar Alvor Mexilhoeira? Não está no documento, de todo, não ouvi nada disto. -----

----- Também gostava de ver a nível da ligação, por exemplo, no primeiro ano eficiência energética falámos, hoje em dia temos transporte público urbano que é elétrico, é eficiente, sim senhora concordamos, votámos favoravelmente aqui, mas qual a ligação, qual a fase de crescimento, como é que queremos ligar isto? Vamos ter mais pontos de carregamento, vamos ter escoamento, não vamos ter estacionamento? Não há nada previsto para antes e podia haver, porque eu sei até e isto falando abertamente, o vereador que têm com esse pelouro gosta desta matéria, eu conheço há muito tempo e consigo ser equidistante o suficiente para saber que ele tem capacidade e conhecimento para debatê-la, debatemos várias vezes até fora deste fórum, mas ele podia também ter colocado aqui no documento essas ideias que não estão. Isto é uma crítica construtiva, seguramente até se falássemos concordaríamos e íamos meter as mesmas, mas faz falta neste documento para as pessoas perceberem do que estamos a falar. E depois também queria dizer que alguma coisa que aqui fala, ah! no foco setorial das empresas. Queria falar nisto porque isto é muito importante e podia trazer aqui comparações para outros concelhos e ouvi, confesso, mas está-me a aborrecer trazer aqui, peço desculpa senhora Presidente pela palavra, mas é aborrecimento pessoal em causa própria, mas permita-me usar esta



palavra. Não vou comparar com Lagos, com Lagoa, com Silves, mas dizer o seguinte. A derrama quando diferenciadora pode ser um instrumento estratégico que eu não vejo também reconhecido aqui e nem na retórica política que faz falta como ferramenta política económica do concelho. O que é que eu quero dizer com isto? Que seja diferenciada a nível setorial para as empresas TECH, e nós temos aqui a incubadora no concelho, que seja para as empresas de turismo, de saúde, que hoje em dia fala-se muito numa perspetiva que eu discordo a nível nacional, porque representa quase isto, mas isso são questões ideológicas não vou trazer para aqui, é para outro tipo de debates, mas para dizer no turismo de saúde sustentável que nós queremos aqui, na economia verde, na economia circular podia haver um benefício aqui incorporado, aqui que explicássemos que nós queremos dar maior isenção a este tipo de empresas para fazer o quê? Para atrair mais postos de emprego e estas empresas que quiserem terem benefícios do município para quem conseguir contratar jovens licenciados ter benefícios e programar como é que queremos orçamentar isto nos próximos anos e compreender como é que um município quer ser mais competitivo, mais fixador da economia, com uma economia mais centralizada nas prioridades estratégicas que tem e é isso que eu não vi neste documento. Eu concordo com muito do que aqui está, mal seria, concordo mesmo, várias questões que o membro da Assembleia Vítor Couto fez é precisamente porque nós concordamos e queremos saber como, mas não vemos, e depois também dar aqui nota e vou terminar, porque a minha visão é muito sobre isto e estou a dar até, permitam-me acho que este documento exige também esta responsabilidade de dar a ideia diferente, não é criticar porque criticar, eu faria desta forma como estou a dizer, mas também depois dar outra nota que é, eu ouvi o senhor Presidente falar nos duzentos e vinte mil euros e eu não trouxe isto preparado, isto eu escrevi agora, portanto permitam-me encontrar, duzentos e vinte mil euros para adquirir edifícios, e eu vou falar até na aquisição de edifícios para demonstrar a importância de termos isto planeado e pensar desta forma. Em primeiro lugar, permitam-me novamente é com ironia, com duzentos e vinte mil euros comprar edifícios no nosso concelho sabemos que está a ser muito complicado, porque eu não sei bem porque é que se comprem edifícios, x edifícios com estes valores, só se estiver muito devoluto porque o mercado não o permite, mas dar outra nota que é muito importante falar desta matéria. A política dos solos mudou e eu sei que este executivo sabe e os municípios têm muito maior poder legal hoje para demonstrando interesse municipal, intervir na aquisição específica de terrenos na compra direta, na expropriação, na preferência, e conseguia o município neste documento, e vou terminar dizendo isto, olhando isto como estratégia, com pensamento dizer, a lei e permitam-me ver qual é, não tenho que saber, não sou advogado, com todo o respeito pelos colegas advogados ainda bem que não sou, porque eu acho que a minha cabeça não ia aguentar, respeito muito a vossa profissão, mas, portanto a lei 56 de 23 permite isto, pensarem para as grandes opções do plano como muitos outros municípios fizeram, disserem, «nós vamos expropriar aquele terreno e o outro», e há um bocadinho falava das muralhas de Alvor, porque nós queremos crescer o município para aqui, porque nós queremos construir e vamos comprar como o Isaltino em Oeiras fez, vamos comprar habitação porque



precisamos, porque estes fogos que aqui estão, e sei também que a senhora Vice-Presidente há muitos anos está a trabalhar nesta matéria e está consciente destes números, mas não são suficientes e podiam ter um planeamento que neste documento dissesse, queremos crescer para aqui, vamos comprar aquele terreno, porque queremos nós o município assumir a compra e a realização de obra para isto e também não tem e, portanto, é mais uma crítica construtiva com base nisto que o documento devia ter, é neste documento que devia ter, porque eu só compreendo o planeamento estratégico a cinco anos neste momento desta forma, porque também dizer e é minha ambição pessoal, política e muito sincera, gostando muito de todos os partidos que aqui estão, mas é que a partir do próximo ano e nos próximos três que vem, seja de facto outro partido a liderar o executivo e depois eu possa felicitar as grandes opções do plano aprovadas no próximo ano, que sejam diferentes destas, com outro tipo de visão, com outro tipo de estratégia e que não venhamos para aqui discutir sempre a falta de visão, a falta disto, mas consigamos perceber para onde é que o município quer crescer, em que áreas quer-se focar, é a habilitação, é fixar empresas, é dar benefícios a quem atrai mais fixa e emprega? Nada disso está aqui falado e, portanto, isto para mim não são as grandes opções do plano, são as pequenínissimas opções do plano e concordo com algumas coisas, discordo na estratégia que têm que é muito reduzida para aquilo que eu gostaria de ver e para aquilo que a bancada do PSD pensa, o debate que tem trazido e que temos vindo a debater aqui também. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, respondendo ao senhor deputado César Valente, o canil municipal o que queremos na realidade é fazer alguma parte de ampliação já, porque faz falta e também a nível de equipamentos, porque também faz falta apetrechar aquele centro de recolha animal com melhores equipamentos também, até para pequenas cirurgias. A nível pessoal isso depois também sabe que faz falta, e é das prioridades que temos que o fazer. -----

----- A nível do que está aí para os jardins e espaços verdes, como já disse, com a incorporação do saldo de gerência vamos ter que reforçar algumas rubricas. Essa é daquelas que também vai ter que ser reforçada, mas neste caso o que queremos muito é fazer já o projeto do parque urbano do Barranco do Rodrigo também para começarmos já a avançar, porque acho que é uma obra também essencial para Portimão. -----

----- Parques infantis já temos projetado também onde é que os queremos fazer, os dois já estão concluídos pela Junta de Portimão, vamos ter mais dois, é dinheiro que transitou da Câmara para as juntas, vamos ter mais dois em Alvor e vamos também já no próximo ano construir alguns já pelo município e que também já estão com o espaço onde é que queremos e já estão definidos também. -----

----- Depois, senhor deputado João Caetano, esta pergunta já é, os passivos contingentes o senhor todos os anos faz isto. Na realidade, isto é daquele valor que o nosso advogado, e é a projeção que o nosso advogado nos dá. O que é certo, é que também o que temos pago o senhor ainda nunca acertou, porque tem sido residual, tem sido residual aquilo que temos sido condenados e aquilo que temos pago. De resto, há muitas coisas aqui que o senhor deputado Carlos Martins falou que tudo o que seja bom também para a nossa cidade



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nós também o queremos e, portanto, sabe que também está projetado a nível de ciclovias no nosso plano de mobilidade e vamos querer fazê-las também. Aliás, até termos financiamento para isto, seja da parte como é que é ali por causa da Ria de Alvor? Da ecovia que queremos fazer, a parte da ligação às Infraestruturas de Portugal que não nos permitem fazer na ponte e que nos foi solicitado que passássemos para a 125. Assim que este processo esteja todo desenvolvido, vamos querer na realidade ligar Alvor à Mexilhoeira e Portimão a Alvor também. Agora, queremos é que o processo esteja todo, porque no nosso plano de mobilidade isso já está definido e isso vamos querer fazê-lo de certeza e não vai faltar verba assim que as entidades deem parecer positivo e estamos a continuar a trabalhar com o ICNF, que era aquilo que eu lhe queria dizer ainda agora, para que isto seja uma realidade e que o processo seja uma realidade, porque achamos que é importantíssimo que a ecovia seja uma realidade o mais depressa possível. Não era para o ano 2024, não era para o ano 2023, era para já, já devíamos ter feito, mas não conseguimos ainda chegar a acordo com todas estas entidades, mas espero que futuramente possamos chegar a acordo. Tenho dito, senhora Presidente. --

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que esteve ali a analisar a questão do programa de recuperação e resiliência e as candidaturas que foram apresentadas no Algarve quanto a vários municípios e Portimão resume-se apenas e quase só à habitação. Deixou de lado, por exemplo, a questão da educação, não concorreu à construção de qualquer escola com apoios do PRR. Na área da cultura deixou de lado a fortaleza, vi hoje um contrato para recuperação do jardim da fortaleza de oitocentos e quarenta mil que também quando se quer fazer esse contrato até se põe o contrato e o concurso por um milhão e quatrocentos mil e afinal acabam, por só ir gastar oitocentos mil e noutras alturas que era preciso gastar um pouco mais para que as empresas concorressem, puseram por baixo, nivelaram por baixo, obviamente que não apareceram concorrentes e foi o motivo e a justificação para não fazerem. Pronto, nós compreendemos, mas e a questão é esta mesmo. Porque é que o município em vez de alavancar os recursos próprios que tem como os recursos que estas candidaturas europeias poderia dar ao município nestas infraestruturas, sejam culturais, sejam educativas e não concorreu, deixou dinheiro vazio, outros municípios aproveitaram para construção de novas escolas e Portimão zero, e era esta a pergunta que eu queria fazer ao senhor Presidente, porque é que Portimão não aproveita, não aproveitou de forma adequada as candidaturas que eram possíveis fazer no PRR para estas áreas, na cultura, na inovação, na tecnologia, estamos zero, resume-se à habitação. Obviamente que a habitação era importante responder, mas porque é que não se respondeu a outras áreas e as escolas foi tantas vezes aqui debatido durante este mandato e nada foi feito, não se concorreu. Porquê? Era esta a pergunta que eu queria fazer. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Rodrigo Simões Valente**, provavelmente por lapso o senhor Presidente esqueceu-se de me responder à questão das bicicletas, mas eu aguardo, mas assim ponho mais duas. Na página cento e vinte e três aqui do documento, tenho aqui dúvidas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



em dois pontos. No ponto dois ponto cinco ponto um/zero vinte e dois menciona eventos, vejo que para 2025 temos aqui um gasto de duzentos mil euros previsto para estes eventos, mas nos anos seguintes temos em todos quatrocentos e cinquenta mil. Um bocadinho mais abaixo, no mesmo ponto dois ponto cinco ponto um, mas no zero vinte e nove, volto a ver eventos. Aqui 2025, duzentos e cinquenta mil e nos anos seguintes oitocentos e cinquenta mil cada ano. Estamos a falar em um milhão e qualquer coisa nos anos seguintes, e quatrocentos e cinquenta mil para o ano. Gostaria de saber qual é a diferença entre para o ano e para os anos seguintes na discrepância de valores. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, mais uma vez agradecer ao senhor deputado Ricardo Viana por esta intervenção, porque na realidade vamos concorrer ao PRR. Os avisos para as escolas vão estar abertos até maio, os projetos foram concluídos, portanto vamos concorrer com o Alto Alfarrobal e o Chão das Donas. Portanto, já estão finalizados e vamos concorrer. -----

----- Depois, para o jardim da fortaleza, o que os técnicos orçamentaram foi naquele valor, felizmente o mercado trabalhou, existiram dois concorrentes e o preço foi menos e, portanto, foi adjudicado por aquele preço. Vamos também, o aviso também assim que abrir para a casa Manuel Teixeira Gomes, vamos também concorrer com a casa Manuel Teixeira Gomes que o projeto também já está concluído. Na fortaleza não concorreremos por uma razão muito simples, porque não temos projeto, temos que fazer o projeto para depois podermos concorrer. Vamos estar atentos para fazer o projeto já, para depois assim que abra um aviso também podermos concorrer, e na parte da arqueologia subaquática também temos tudo preparado, assim que a APS também aprovar a candidatura, porque nós também queremos fazer e, portanto, também estamos com essa disponibilidade e, portanto, vamos querer, os portimonenses não são ricos, temos que apoiar, temos que aprovar e andar atrás de todos estes avisos assim que abrem e temos é que ter projetos aprovados e, portanto, vamos querer fazê-los, assim como o campus universitário, a nossa urgência em fazer já o projeto é para tomarmos a dianteira que é para depois o mais depressa possível a obra se encontrar no terreno. ----

----- Quanto às bicicletas, falei de trotinetes ainda agora, agora falei em bicicletas, as bicicletas este projeto piloto que fizemos, elas já estão em determinada área, desligam-se, não podem entrar, o sistema já permite as bicicletas, mas depois ficam abandonadas e depois a empresa à noite tem que vir recolher e vai pôr nos locais que são devidos. Agora isto, agora era bom era que as pessoas percebessem que também não deviam deixar as bicicletas abandonadas em qualquer lado nem as trotinetes. -----

----- Depois, dos eventos, senhor deputado isso foi aquilo que falamos ainda agora, com os resultados transitados as rubricas vão ser reforçadas neste ano. Portanto, temos eventos culturais e eventos desportivos e, portanto, vamos reforçar as rubricas depois dos resultados transitados. Portanto, não vai ser também a mesma. Tenho dito, senhora Presidente. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, ouvidas aqui as explicações do executivo, eu volto a dizer, eu continuo a estar preocupado e além de preocupado, acrescentaria agora desiludido, e desiludido porquê? Desiludido porque mais uma vez apresenta aqui um orçamento em que revela uma falta de visão estratégica clara, preocupado com a persistência em prometer obras e investimentos que ano após ano não saem do papel. Este é um orçamento que dá continuidade a um ciclo que adia soluções, apresenta prioridades erradas e esquece as reais necessidades dos portimonenses. Não se ria senhor Presidente! Há uma palavra que se destaca ao analisar este orçamento e este plano plurianual, sabe qual é? É atraso, atraso em projetos estruturais, atraso em decisões, atraso em decisões concretas aos problemas do concelho. Vejamos, o edifício Alfagar que ainda foi discutido na última sessão. Há dois anos o atual Presidente e a sua antecessora garantiam que a aquisição deste edifício seria uma solução definitiva para as vergonhosas condições em que funcionam as conservatórias do registo civil e comercial de Portimão. Foi uma promessa clara, uma promessa direta, e o que é que vemos agora? Neste orçamento que prevê de facto para o edifício Alfagar para a sua remodelação dois milhões e cinquenta mil, mas que a obra só estará concluída segundo a sua projeção em 2027, isto se não houver derrapagens. Isto significa que durante mais de três anos os portimonenses vão continuar a ser mal servidos, a chegar a horas indetermináveis e a lidar com condições de atendimento indignas. Onde está a solução prometida afinal? Onde está o respeito pelos cidadãos deste concelho? É legítimo questionar a coerência deste executivo que na última sessão rejeitou uma moção a apontar este problema alegando que já existia a solução. É esta a solução? Pergunto. Deixar os serviços onde estão por mais de três anos? É assim que se resolve os problemas. -----

----- Outro exemplo gritante de promessas adiadas é o projeto da requalificação do largo Gil Eanes, entre outros, mas vamos focar-nos nestes. Este executivo Socialista já anunciou esta obra em diversas ocasiões com pompa e circunstância. Afinal o que é que nos diz aqui o orçamento? Que o início dos trabalhos está previsto apenas para 2027, ou para 2028. Mais uma vez, anuncia-se para o papel aquilo que nunca se concretiza na vida real, a gestão Socialista deste concelho tem sido feita de anúncios, de manchetes, mas, na prática, os problemas acumulam-se e os portimonenses esperam indefinitivamente. -----

----- Senhor Presidente, gostaria ainda de ter sobre outro ponto que demonstra bem as prioridades erradas deste executivo, referir-me aos investimentos no ensino não superior e às verbas alocadas para festas e para eventos. É incompreensível, diria mesmo revoltante que este orçamento preveja um milhão e duzentos mil para a educação, quando aloca mais do dobro dois milhões e seiscentos mil para festas e para eventos em 2025. Será isto uma governação responsável? Será aceitável que num concelho onde temos escolas sobrelotadas, com falta de equipamentos e promessas estruturais por resolver, a educação continue a ser colocada em segundo plano? As crianças e os jovens de Portimão merecem mais, a educação deve ser a base de qualquer projeto de desenvolvimento e no entanto, este executivo insiste em dar prioridade às festas, como se as festas resolvessem os problemas do futuro. Este equilíbrio é sistemático da visão deste executivo



imediatista, superficial e desfasado das reais necessidades da população. E se falarmos de necessidades concretas, temos que abordar a necessidade da mobilidade urbana e do estacionamento. Este orçamento mais uma vez trata esta matéria com uma vaga generalidade, sem planos concretos ou prazos concretos. Onde é que estão soluções para a V10 entre Alvor e a Penina, para a V2, para a V7 entre as 4 Estradas ou Marachique? Não encontramos neste orçamento respostas para os problemas diários dos portimonenses. O congestionamento das vias principais, a falta de estacionamento dos bairros residenciais e o caos urbano continuam a ser ignorados, e ainda assim os novos projetos urbanísticos estão aprovados sem uma devida integração com um plano de mobilidade coerente. -----

----- Senhor Presidente, outra questão que não pode ser ignorada é a habitação. Este executivo trouxe-nos aqui há uns meses uma alteração para a estratégia local de habitação para privilegiar a aquisição de imóveis por considerar que esta seria uma solução mais rápida. Muito bem, foi aprovado, mas o que é que nós vemos no orçamento? Cinquenta mil euros para investir na aquisição de imóveis em 2025 e cento e cinquenta mil em 2026. Que habitação é esta que vai ser resolvida, que problema é este que vai ser resolvido com estes valores, onde é que está a seriedade, onde é que está a coerência desta estratégia? É inegável que Portimão enfrenta uma crise habitacional que afeta profundamente as famílias, os jovens e os trabalhadores que aqui vivem, mas este orçamento, longe de apresentar soluções robustas, limita-se a pequenos investimentos que não resolvem os problemas de fundo. A habitação deve ser uma prioridade real e não um anúncio vazio. Além de tudo isto, é preocupante a baixa execução das grandes opções do plano nos anos anteriores. -----

----- No último exercício, a taxa de execução não chegou sequer aos cinquenta por cento e agora? Pergunto eu. Como é que podemos confiar que os projetos anunciados para 2025 e para os próximos anos serão concretizados? De que servem os milhões orçamentados se, na prática aquilo que vemos é que as obras não avançam. Este ciclo de inação tem que ser interrompido e há de o ser interrompido. -----

----- Senhor Presidente, senhores deputados, o que este orçamento revela acima de tudo é falta de ambição, falta de planeamento, falta de prioridades claras. Portimão precisa de uma estratégia moderna, arrojada, que invista numa mobilidade sustentável com ciclovias, com novos acessos, com melhores meios de transporte. Na educação, na habitação com soluções concretas e a curto prazo, porque é agora que precisamos, não é como atrás deste edifício que estão aí pessoas a dormir neste momento ao relento. Na transparência e na eficiência, garantindo que os investimentos anunciados saem do papel, senhor Presidente. -----

----- Portimão tem potencial para ser um concelho de referência no Algarve, mas este potencial exige trabalho sério, uma gestão responsável e o respeito pelos portimonenses. Por isso, o PSD por todo o exposto, não pode votar favoravelmente a esta proposta e continuará aqui a exercer uma oposição firme, construtiva, vigilante na defesa dos interesses de todos os portimonenses. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, eu como gosto de ouvir que Portimão não é uma referência pelo senhor deputado do PSD, e



como eu acho que Portimão é uma referência, aliás, Portimão é tanto uma referência que temos aumentado em número de jovens, mais do que no Algarve todo. Os jovens procuram a nossa educação mesmo a nossa educação estando tão mal, mas o senhor deputado agora se calhar não me quer ouvir e então está desatento, mas na realidade o que tem acontecido em Portimão é que as nossas escolas são uma referência a nível regional. É pelos nossos professores, é pelo nosso pessoal auxiliar e é pelas medidas que a Câmara também faz na nossa educação e, portanto, eu sei que o PSD se alguma vez fosse poder em Portimão, acabava com as festas e com todas as atividades. Pronto, mas isso nós já sabemos todos e, portanto, é bom que vão fazendo sempre essa publicidade. Quando fala aí nos cinquenta mil euros para a compra de habitação, como deve perceber, o IHRU é quem vai financiar a compra que nós propusemos. Agora, desde que o governo foi eleito, ainda não aprovou, não está lá nem a compra, nem a reabilitação, estamos a aguardar. É verdade que todos aprovaram a compra... o IHRU o que aprovou foi para a construção e aí são os concursos que estão a andar agora na Câmara. Para a compra ainda não aprovou nem para a reabilitação. Portanto, neste momento é isto que se passa. -----

----- O projeto do Alfagar, e também é bom que se diga aqui, o que foi acordado com o IRN e o projeto está a ser feito em conjunto e, portanto, é isso que queremos fazer, é fazer o projeto. O processo está a ser concluído para que a obra possa entrar no terreno. O que está aí, estamos a ser muito cautelosos até 2027, eu espero que a obra seja lançada já em 2025 para ser terminada em 2026. Tenho dito, quanto aos outros pontos todos, não tenho mais nada a dizer senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que vai continuar com o seu prólogo escrito. Da discussão em sede de Assembleia Municipal, não se vislumbra que os documentos previsionais melhorem a educação, cultura, economia e o turismo. São esquecidos. O setor da saúde continua com graves problemas que ao nível dos cuidados de saúde primário e hospitalar, desde os recursos humanos até aos meios materiais, as forças de segurança cada vez mais incapazes para dar respostas. As freguesias continuam com os seus parques orçamentos, sendo o parente pobre do poder local, quando deveria ser aí o começo do verdadeiro estado-nação. São trocas e mais trocas das atribuições e competências entre freguesias ao sabor do presidencialismo político e de contratos interadministrativos. ----

----- O setor do turismo necessita de um plano municipal como instrumento vital para o desenvolvimento local, de uma política orientadora de ação do setor público e privado. O setor do turismo necessita de um plano municipal como instrumento vital para o desenvolvimento local e uma política orientadora de ação em conjunto do setor público e privado. Complementarmente, o abandono da política de desenvolvimento do comércio tradicional do projeto rua das lojas, inserido na estratégia da ARU centro histórico, está por implementar. As zonas verdes continuam degradadas ou degradas, reconhecendo o executivo a deficiente prestação de serviço, mas que nada faz para alterar. Não há um plano para o setor da economia azul? E as zonas ribeirinhas necessitam de estratégia económico-social no desenvolvimento local e regional. Mesmo com esta deliberação



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a prever o futuro do concelho para o quinquénio 25/29, lamentavelmente não se conhece o impacto do PDM, Plano Diretor Municipal de Portimão, a elaboração sobre o ordenamento e planificação às necessidades de investimento para o futuro, continuando mês após mês fechado a sete chaves, o que o executivo não responde às perguntas sobre um documento tão importante e estruturante para o desenvolvimento económico, social, ambiental e ecologicamente sustentável para o concelho. -----

----- Assistimos a outro dos expoentes máximos da gestão autárquica e a degradação a que se deixou chegar um equipamento nobre da cidade, que é o auditório municipal, anunciando-se agora no Dia da Cidade um investimento de mais de dois milhões de euros para a sua reabilitação. Teima-se em passar ao lado da crise habitacional sem olhar às necessidades da classe média, vencimentos entre os mil e cem, mil e duzentos euros, mas permitindo urbanizar para níveis muito superiores e para o empreendedorismo hoteleiro. -----

----- O presente orçamento não dá resposta às necessidades mínimas dos cidadãos. O município de Portimão continua atrasado ao nível da manutenção de espaços públicos, de políticas de desenvolvimento económico, social e ambiental e uma nova abordagem para o setor educacional e formativo. -----

----- A autarquia de Portimão continua numa encruzilhada sem fim à vista, com a agravante do documento em apreciação para o período de 25/29 continuar a não dar resposta realmente efetiva e ter uma estratégia para responder às consequentes emergências sociais e económicas. Várias têm sido as propostas e moções apresentadas em sede de Assembleia e vereação e nunca foram acolhidas pelo executivo do Partido Socialista.

----- Chego ao fim, ainda tenho vinte e oito segundos para reportar-me aqui à requalificação do auditório municipal. Eu vi o projeto no Dia da Cidade no Alfagor e penso que vão colocar novamente, é a minha pergunta, lona no teto? Acho uma má ideia. Obrigado, disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor Presidente, em relação aqui à questão dos passivos contingentes, manifestamente não foi respondida a pergunta. Eu perguntei objetivamente o que é que o executivo tem previsto caso o valor que está aprovisionado não seja suficiente, eu não fiz previsão nenhuma, eu não disse que iam perder as ações todas, não foi isso que eu disse. Portanto, agradecia que nos explicasse isso. -----

----- Para concluir em relação aqui ao orçamento, eu voltando à intervenção inicial, tenho que deixar aqui o nosso lamento e a nossa decepção que este orçamento que, enfim, seria digamos um instrumento que seria importante para percebermos qual é a estratégia deste executivo, uma vez que houve mudança do Presidente aqui há pouco mais de cinco meses, não conseguimos entender e não entendemos o documento, nem entendemos aqui todo o debate, porque o senhor além de ter lido o documento que nos foi aqui apresentado, pouco mais disse do que aquilo que lá está e não conseguiu aqui explicar à Assembleia qual é a estratégia que este executivo tem para resolver os problemas do concelho, para desenvolver o concelho, para atrair investimento privado, para criar mais riqueza e para resolver os problemas que temos que já foram aqui



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



anteriormente focados e, portanto, nessa medida nós aqui na bancada não temos outra alternativa senão votar contra este orçamento, porque entendemos que esta proposta é manifestamente insuficiente para aquilo que o concelho necessita. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, aqui na página cento e quarenta e sete, temos aqui as entidades societárias participadas pelo município, e vejo que, já ouvi na comunicação social que a Câmara de Lagoa tinha adquirido o pavilhão Arade, mas ainda temos aqui o capital social e uma verba alocada a este pavilhão Arade. Questiono se vai continuar, em que ponto é que está esta situação do pavilhão Arade, e também gostaria de saber para quando terminar com estas empresas municipais que há muito já deviam ter encerrado. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, para dizer que só tem uma questão a fazer e uma observação. A questão é o seguinte. Falou o senhor Presidente de Câmara que o governo ainda não aprovou no âmbito do PRR a aquisição de habitações. Eu pergunto se por acaso quando o município de Portimão fez a entrega deste processo de candidatura, já não estavam algumas câmaras a entregar chaves, nomeadamente a Câmara de Faro que já entregou algumas chaves de habitação feitas no âmbito do PRR. -----

----- Outra questão, queria deixar aqui uma estatística, porque quando falo de festas e festinhas, é porque não sei se o senhor Presidente sabe, mas nós vivemos num município em que cerca de dez por cento da população vive bastante mal, e é assim, por exemplo, a nível e referente ao ano 2023 em cada cem habitantes de Portimão seis vírgula cinco estavam desempregados e três vírgula oito eram beneficiários do rendimento social de inserção. Para essa gente, festas e festinhas certamente não vale de nada. É preciso é educação, é preciso é apoios, é preciso é ajuda e é por isso que nós estamos aqui. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, senhora Presidente, dos passivos contingentes, pois se formos condenados não temos outra maneira senão reforçar a rubrica e pagar. Portanto, não há outra maneira que possa ser. Vamos recorrer, mas até aqui o senhor nunca tem acertado, porque o senhor diz sempre que nunca chega, mas o que é certo é que está sempre preocupado com esta rubrica, mas na realidade felizmente tem chegado sempre. -----

----- No pavilhão do Arade aquilo foi a insolvência e, portanto, aquilo é para terminar. O que está lá provisionado é uma verba que estava provisionada já desde o início. Quando terminar com a insolvência, aquilo termina também. Portanto, no pavilhão do Arade era uma participação que o município tinha naquela empresa e, portanto, é para terminar. -----

----- Projeto do auditório está em revisão como já tinha sido dito na Assembleia passada. Tenho tudo dito, senhora Presidente. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-a)** – Discussão e Votação das Demonstrações Orçamentais e Financeiras



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Previsionais e das Grandes Opções do Plano do Município, para o quinquénio de 2025 a 2029, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 875/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	-	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	1	-	1
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	2	1	0	-	13

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

----- Não esteve presente a Senhora Deputada Independente, Ângela Quadros. -----

Foram aprovadas, **por maioria**, as Demonstrações Orçamentais e Financeiras Previsionais e das Grandes Opções do Plano do Município, para o quinquénio de 2025 a 2029, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 875/24.** -----

----- **No Seguimento desta votação, a bancada do Bloco de Esquerda, apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve na íntegra:** «O Bloco de Esquerda considera que o Orçamento que a Câmara apresenta para 2025 revela uma evolução positiva, com destaque para a redução do endividamento municipal. Por outro lado, aponta para o aumento do investimento no concelho. Refira-se que isto só é possível à custa de muitos constrangimentos e dificuldades para os munícipes. E a continuação dessas dificuldades para o próximo ano e seguintes irão ser uma dura realidade. -----

Revela-se positivo o desagravamento fiscal e a saída da situação de endividamento excessivo, mas continua a ser muito preocupante a dívida da Câmara Municipal que ultrapassa mais de 86 milhões de euros, onde se inclui o empréstimo no âmbito do FAM de 77 milhões de euros e que os portimonenses vão ter que pagar anualmente a quantia de 4 milhões ao longo dos próximos 19 anos. Tudo isto fruto de uma gestão ruínosa dos vários executivos PS ao longo de quase meio século. -----

E verdade que vamos assistir à construção de novos fogos para habitação, no entanto esta construção é feita, fundamentalmente, à custa do Plano de Recuperação e Resiliência. Devia haver um esforço muito maior por parte da Câmara Municipal em casas para morar com arrendamento acessível e a custos controlados. A carência habitacional é muito grave no concelho de Portimão, o que se torna inaceitável. O PS encontra-se na governação deste concelho há 48 anos seguidos (tantos anos como a ditadura que tivemos), onde muitas prioridades foram invertidas com o esbanjamento de muitos milhões em festas, subsídios e eventos televisivos. -----

Por outro lado, não obstante o presente desaforo financeiro, não se compreende que o Executivo Camarário seja tão tímido na redução dos impostos municipais, nomeadamente no IMI e na participação variável do IRS, o que se vai sentir muito pouco nos bolsos das famílias. Um IMI de 0,38% e uma participação variável de IRS de 4% são taxas das mais elevadas deste concelho em relação à generalidade dos concelhos do Algarve e até a nível



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nacional. No que concerne à Derrama os pequenos proprietários que apresentem um lucro tributável até 150 mil euros deviam ficar isentos. Estamos assim perante um Orçamento que penaliza os munícipes e as pequenas empresas do concelho. -----

Um outro aspeto a considerar é o apoio às famílias, em particular às mais carenciadas. Apesar do Executivo continuar a apostar nestes apoios, O Bloco de Esquerda considera que devia haver um reforço dos mesmos, como forma de minimizar - se não for possível acabar - com as dificuldades a nível social das famílias do concelho.-----

Um outro aspeto negativo a considerar é a fraca aposta na criação de parques, jardins e espaços verdes, em que a prioridade deste Executivo prossegue a trajetória de executivos anteriores, nomeadamente, a aprovação e incentivo à construção de projetos urbanos e de índole turística com mais centenas, ou mesmo milhares de camas, promovendo a especulação e com notórios prejuízos ambientais e no consumo de água, numa região fortemente afetada pelas alterações climáticas. Persiste-se com o mesmo erro e nada se aprende com o passado.-----

Nesta conformidade, o Bloco de Esquerda vota contra as Demonstrações Orçamentais e Financeiras Previsionais e das Grandes Opções do Plano do Município, para o quinquénio de 2025 a 2029.» -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, **o Ponto 4-b)** – Discussão e Votação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento do Município para o ano de 2025, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 872/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que tinha aqui duas ou três questões relativamente àquilo que viu deste ponto. Voltando aqui a uma intervenção que fiz no ponto anterior, vejo com alguma preocupação que no âmbito aqui do serviço, portanto técnico da Câmara, DGOM, Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, está aqui prevista a contratação de um técnico superior para a divisão de planeamento urbano. Bom, nós já sabemos que isto foi feito com base naquilo que as várias unidades orgânicas identificaram como necessidades dos serviços. Esqueci-me de referir esta parte, isso já é conhecido e é dispensável estar aqui a referir, mas já agora relembrei. Agora, parece-nos um bocadinho estranho tendo em conta aquilo que se falou ainda agora sobre a revisão do PDM e já foi amplamente discutido, nomeadamente o esforço que os técnicos que estão lá têm feito no trabalho da revisão do PDM, a insuficiência de recursos humanos para o trabalho e para a dimensão e complexidade do trabalho, nesta sublimidade específica aqui da DGOM está um técnico superior para o planeamento e, portanto, a pergunta óbvia é como é que se explica isto e voltando à pergunta que fiz no ponto anterior, será que isto é um sinal que eventualmente o restante procedimento de revisão do PDM vai ser feito com recurso a contratação externa, porque manifestamente os



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



recursos humanos que estão aqui alocados parecem-nos a nós insuficientes, e este reforço vem aqui para 2025 também não se revela o adequado. -----

----- Depois, a questão página vinte e dois, em relação aqui ao gabinete veterinário, fala-se de um técnico superior, reforço de um técnico superior. A pergunta é se está na DGOM um médico veterinário, porque falou-se aqui há uns meses que eventualmente seria necessário contratar um segundo veterinário municipal, dada a quantidade de serviços que havia e o facto do Dr. Osvaldo ser também já se calhar ser insuficiente o trabalho dele para dar conta do recado. -----

----- Depois, fala-se aqui na questão dos cargos de chefia, são vários que estão por ocupar e gostaria de saber porque é que isso sucede, há uma situação que é conhecida que foi o caso de um diretor de departamento que saiu, mas há outros casos que manifestamente não serão devido a isso e, portanto, perguntava porquê o número tão elevado de cargos de chefia para preencher e para já, disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega, **Mário Nelson de Barradas Espinha**, para dizer que quanto a esta deliberação, e antes de avançar para qualquer questão e no âmbito das funções que lhe estão implícitas como deputado municipal e uma vez que seja uma questão impactante para o presente futuro, diria que as saídas dos vereadores Filipe Vital, João Gambôa, Isilda Gomes e do senhor Tomé, responsável pela elaboração do PDM e apresentado como o Ronaldo dos PDM, perguntaria se haverá e se preverá mais alguma capitulação. Esta é a minha primeira pergunta. Passando a questionar o executivo das seguintes questões: -

- - Como resolver o problema dos concursos desertos? -----
- - Qual política a desenvolver no recrutamento e seleção dos funcionários? -----
- - Que política de contratação e promoção de funcionários na Câmara Municipal e como é assegurada a meritocracia? -----
- - Como estão e se os há, processos de integração dos precários na Câmara Municipal? E por agora por aqui fico. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **César Rodrigo Simões Valente**, como primeira questão, queria aproveitar a nossa conversa há pouco acerca do canil de Portimão, questionei sobre o pessoal e agora venho aqui ao quadro de pessoal que está previsto ser contratado e como disse o colega aqui ainda agora, está previsto ser contratado um médico veterinário que já estava o ano passado e não foi. Assistentes operacionais, zero. A minha questão é, os assistentes operacionais que lá estão, segundo sei, posso estar enganado, nem carta de condução têm. Portanto, sempre que têm que fazer uma saída estão dependentes do veterinário municipal que os acompanha a conduzir o carro para irem fazer o serviço. Ora, se contratamos mais um médico veterinário e não contratamos assistentes operacionais, continuamos na mesma. Temos quem faça o trabalho, mas não temos quem os ajude. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, aqui nos aspetos gerais deste mapa de pessoal, vemos que existem mil e sessenta e nove postos de trabalho no



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



total, que são novecentos e sessenta e oito é que estão efetivamente ocupados. Há uma grande necessidade de recursos humanos, há uma previsão de recrutamento de duzentos e cinquenta e três postos de trabalho, duzentos e trinta e seis destinam-se a necessidades permanentes, contrato por tempo indeterminado, dezassete visam necessidades temporárias, contrato a termo resolutivo e temos uma grande necessidade de contratação de assistentes operacionais quase quarenta e nove por cento, técnicos superiores vinte e quatro por cento e assistentes técnicos vinte e três por cento. O que o município pretende para atrair pessoas para trabalhar para o município, principalmente técnicos superiores e assistentes técnicos. Neste momento, fico-me por aqui. ---

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho** **Alambre Bila**, no centro de recolha animal abrimos já este ano para dois assistentes operacionais. Portanto, como já abrimos, por isso é que não está para o próximo ano porque já abrimos. -----

----- Das necessidades que foram identificadas pelo nosso veterinário municipal, foi logo a prioridade e já abrimos este ano e, portanto, este assunto já está, o veterinário é que queremos para o próximo ano. Na realidade, também dizer-vos, o que temos que reforçar muitas das vezes também são a nossa secção de recursos humanos, porque também precisa de gente para depois poder fazer os concursos para todas as outras secções e todas as outras divisões, porque até aqui tem trabalhado quase só para a educação. Todos os que têm sido abertos têm sido para a educação e eles são poucos também e, aliás e têm saído alguns também. -

----- Senhor deputado do Chega, este ano já implementámos e está no orçamento do próximo ano também a opção gestonária, que é também consoante a avaliação ser atribuído uma maior avaliação e ser atribuído um mérito e, portanto, só num escalão. -----

----- Depois, os técnicos de planeamento que falou. Isto foi um só, foi as necessidades que foram identificadas para este ano pelos serviços. Todos os que foram pedidos pelos serviços estão metidos aqui no recrutamento para o pessoal. Faço lembrar também que temos lá três técnicos de planeamento que receberam formação até aqui e são eles é que estão a fazer todo esse trabalho. -----

----- Em cargos de chefia, o concurso do senhor diretor, esse já foi aberto e os outros cargos também vamos querer completar a falta de tempos em quatro chefes de unidade, um de divisão, isso também vamos ter que fazer concursos também para que esses lugares sejam ocupados. De resto, é tudo o que me apraz dizer agora neste momento. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, para dizer que é uma pergunta que ele quer fazer. Há pouco o meu companheiro de bancada Carlos Martins falou da falta de visão, de investimento e competitividade, e curiosamente e eu depois falei na questão dos fundos comunitários, mas depois olho aqui para as propostas de postos de trabalho para o mapa de pessoal de 2025 e vejo que a divisão da informação comunicação e marketing, quatro funcionários novos, e depois unidade de fundos comunitários e empreendedorismo, um. O que é que é mais importante para o município? Comunicar ou promover o empreendedorismo, ou a competitividade no município. É isto que fico aqui com



esta dúvida, é que não percebo porque é que são quatro para um lado e depois um. Afinal estamos mais preocupados em agências de comunicação e comunicar, ou estamos preocupados na competitividade do município? -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, mais uma vez gostaríamos de sugerir que fosse retirada a expressão colaboradores quando se refere a trabalhadores, dado que qualquer dia estamos aqui a discutir é postos de colaboração e não postos de trabalho. -----

----- Depois, gostaria que nos explicassem a nota informativa da argumentação da contratação a termo como não conseguimos no entanto entender, diz, «conclui a Câmara que dos duzentos e cinquenta e três postos de trabalho em causa, duzentos e trinta e seis visam essencialmente a satisfação de necessidades permanentes de serviço através da celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e dezassete postos de trabalho visam a satisfação de necessidades temporárias através da celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo». Ora, estes dezassete postos de trabalho são quatro técnicos superiores, um assistente técnico e doze assistentes operacionais no montante de cento e cinquenta e dois mil seiscentos e trinta e nove euros e trinta e cinco cêntimos ano, conforme a tabela da página trinta do PDF. São todos do departamento de desenvolvimento do município, página vinte e sete, ou seja, divisões como a habitação, desenvolvimento social e saúde, museus e património, bibliotecas e documentação, atividades artísticas, culturais, divisão de educação e divisão de desporto e juventude. Gostaríamos que nos explicassem o porquê desta gente, se é necessária, está a ser contratada a termo resolutivo. Qual é a razão destes contratos a termo resolutivo? -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, com o termo resolutivo são para alguns projetos que temos e, portanto, têm mesmo que ser contratados assim, estou-me a recordar, por exemplo do Radar Social, vamos ter que pôr quatro técnicos, cinco e têm mesmo que ser contratados assim, assim como também nas atividades desportivas também temos alguns projetos e que têm que ser contratados com carácter resolutivo. Portanto, isso é o que lhe posso dizer.

----- Dos fundos comunitários e a nível, isto foi aquilo que já disse ainda agora, foram as necessidades que os serviços nos comunicaram. O que foi colocado aqui, foram precisamente as necessidades que os serviços nos comunicaram. A nível de fundos comunitários também, porque muitas das vezes os processos são feitos no departamento de origem, estou-me a recordar, por exemplo, no museu. O museu elabora o projeto e depois tem o acompanhamento da parte dos fundos comunitários, mas não é por isso que não nos deixamos de candidatar e, portanto, por isso é que só pediram mais um técnico e está aqui mais um técnico e assim nós sejamos rápidos a poder contratar. A vontade política é de contratar, é porque é um departamento muito importante. Não, não, estamos dependentes, nesta Câmara trabalhamos muito também com os técnicos e recebemos também informação dos técnicos e, portanto, acho que é importante ouvirmos os técnicos,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aconselharmo-nos com os técnicos e depois tomamos a nossa decisão política e por isso estes que estão aqui foram todos os que foram solicitados pelos técnicos. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor Presidente, realmente andamos aqui num jogo de palavras e não nos conseguimos entender. Eu disse ainda agora na intervenção que já sabíamos que aqui a proposta é com base nas necessidades identificadas pelos serviços e por cada unidade orgânica. Isso é conhecido e não vale a pena estar a repetir. -----

----- Agora, a questão aqui é, em relação à divisão de planeamento urbano, quando o senhor diz que têm lá três pessoas e que preveem contratar mais um técnico superior, a questão é muito simples, ou bem que a revisão do PDM é uma prioridade para este executivo e não vou falar de prazos, porque já falámos aqui na quinta-feira, o senhor esteve ausente como já sabemos e estivemos a falar sobre isso na informação que o senhor mandou à Assembleia e que não veio discuti-la. Não vamos falar de prazos, porque os prazos saem todos furados e os senhores o compromisso que tinham que era até 15 de dezembro ter a primeira reunião da comissão de acompanhamento não vai acontecer, deste ano. Foi promessa vossa no debate do estado do município. Ou bem que elencamos isto como prioridade e o executivo diz que é uma prioridade realmente ter o PDM revisto e então esta previsão de um técnico para reforçar a equipa é manifestamente insuficiente, ou então sendo uma prioridade que eu admito que é, é inevitável, vão ter que contratar fora, porque quatro pessoas para fazer a revisão do PDM é manifestamente insuficiente, é tão somente isto. Eu gostava que o senhor assumisse aqui que o PDM é realmente uma prioridade para este executivo, porque deve ser para todos aqui, não é só para o executivo, para a Assembleia, para todos, que é um instrumento que é fundamental para o futuro do concelho, mas gostava também que assumisse que quatro pessoas neste serviço é, insuficiente para o trabalho que requer ser revisto o PDM e, portanto, era mais fácil o senhor assumir que como está aqui só um técnico superior que vai ser inevitável contratar fora do município, uma série de serviços do procedimento. É tão somente isto que nós, pois mas não foi dito claramente e é assumir isso claramente e gostava que o dissesse de uma forma clara e objetiva. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, sobre a deliberação em causa, eu diria ou direi que é uma mera previsão de futuras ações de contratação de quadros para as funções que o município desempenha. Não passando de uma mera formalidade e um processo de intenção, uma vez que o executivo não consegue explicar nem tem estratégia para ultrapassar o problema da falta de recursos humanos, que ano após ano persiste. Sabemos que o impacto das necessidades tem um enorme peso na rubrica de despesas de pessoal ao nível orçamental. -----

----- A delegação de competências do estado central para os municípios cria atos de despesas que não são ressarcidas, criando peso na despesa de poder local. Contudo, o défice de recursos humanos é alarmante, é constante a falta de recursos em todos os setores. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- O presente documento não apresenta as necessidades reais do município de Portimão para o ano de 2025. Ao longo dos anos assiste-se por parte do Partido Socialista a uma degradação do capital humano e dos serviços públicos associados. Mais estranho ainda é o facto da ausência do aumento de dotação prevista para os próximos anos referente às transferências de novas atribuições descentralizadas pela administração central, o que obriga a uma permanente dependência de pagamento de impostos diretos e indiretos pelos particulares e empresas em Portimão. Além desses factos, o plano anual de recrutamento apresenta mais uma vez postos de trabalho/recrutar sem resolução à vista por parte do executivo. Faltam pessoas em todo o lado, faltam pessoas na saúde, faltam pessoas na educação, faltam pessoas na justiça, faltam pessoas nos serviços da imigração, falta segurança nas ruas, faltam pessoas na segurança social e as respostas demoram meses, faltam pessoas nos cuidados continuados, faltam psicólogos nas escolas, faltam assistentes sociais para cuidar de crianças e jovens, faltam pessoas em todo o lado. Seria importante que respondesse a isto e que se cuidasse mais deste tipo de franjas da população, crianças desprotegidas, jovens, idosos, são os mais frágeis dos mais frágeis. Esta realidade remete para uma necessidade de implementar uma estratégia urgente e futura do desenvolvimento da cidade para que não seja a autarquia o maior empregador local. É necessário criar postos de trabalho através do desenvolvimento económico, social e cultural da cidade, mas também através da modernização tecnológica e digital dos serviços camarários, adotando sistemas de modernização administrativa. -----

----- A deliberação em causa reflete a ausência total de uma estratégia de atratividade no futuro para o emprego público local, não se observando medidas para ultrapassar o grave problema que transita de anos anteriores, assim como a falta de respostas por parte do executivo continuando a refletir um status quo de incapacidade para resolver o problema, da necessidade urgente de recursos humanos nas mais variadas valências e setores, não refletindo uma política de liderança positiva do serviço público autárquico dos atuais quadros, e por agora disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, foi aqui explicado apenas a precariedade de cinco postos de trabalho, o que está no documento são dezassete postos de trabalho. Nós não poderemos acompanhar esta proposta, uma vez que no nosso entendimento é uma política errada, é um caminho que deve ser combatido, porque hoje são dezassete postos de trabalho precários, é também uma porta aberta para que no futuro se importe para a função pública mecanismos usados no setor privado para a redução de custos à custa do direito constitucional à segurança de emprego. -----

----- A CDU sempre defendeu e defenderá o recrutamento de pessoal através de contratos de trabalho por tempo indeterminado, as autarquias devem criar emprego se quando ou de necessidade existir. Muito obrigada. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-b)** - Discussão e Votação do Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento do Município para o ano de 2025, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 872/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	0	1	-	18
ABSTENÇÕES	0	5	0	2	0	0	0	-	7
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	1	0	-	4

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

-----Não esteve presente a Senhora Deputada Independente, Ângela Quadros. -----

-----Foi aprovado, **por maioria**, o Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento do Município para o ano de 2025, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 872/24.** -----

----- No seguimento desta votação, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, referiu que posteriormente iriam apresentar uma declaração de voto por escrito. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-c)** - Discussão e Votação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2024, a arrecadar no ano de 2025, nos termos do nº1, nº2 e nº3 da Proposta - **Deliberação nº 877/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, relativamente a esta proposta, ó senhor Presidente, eu tenho aqui uma questão prévia que é a seguinte. Nós analisámos com atenção aqui a proposta, enfim, já era conhecido que houve aqui uma baixa nalguns impostos, enfim, zero vírgula cinco da derrama, um por cento da participação variável do IRS, portanto de cinco para quatro, zero vírgula um por cento no IMI, de zero trinta e nove para zero trinta e oito e o resto mantém-se inalterado relativamente àquilo que foi os impostos para este ano. A pergunta é, da proposta não se consegue perceber qual é a fundamentação para esta baixa dos impostos, nomeadamente não se percebe porque é que a baixa foi esta e não foi a outra, porque é que tiraram uma décima ao IMI e não tiraram duas ou três, porque é que tiraram um por cento à participação do IRS e não tiraram dois ou três. A proposta é completamente omissa em termos de fundamentação e não há uma explicação, não há um argumento sequer que explique qual é a razão de ser desta quantificação em termos de pressão e, portanto, a pergunta inicial que eu faria era porque é que a proposta é tão lacónica em relação a isso e é omissa, portanto não está devidamente fundamentada, porque não basta dizer que se baixa uma décima no IMI, um por cento no IRS e meio por cento na derrama. É preciso explicar e é preciso fundamentar porque



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



é que vem essa proposta e, portanto, perguntava diretamente qual é a razão de ser destes montantes para redução e porque não outros. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, sim, sim. Eu coloquei essa questão na conferência de líderes e foi discutido que sim, sim, é assim independentemente de termos os tempos, mas é assim, podemos discutir em conjunto. Sim, é isso. Sim, mas facilita-nos o trabalho na mesa, está bem? Em termos dos tempos. Ok? -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miquel Sousa da Mota**, o Bloco de Esquerda vê aqui que o IMI, o imposto municipal sobre os imóveis, uma taxa de redução de trinta e nove para trinta e oito por cento, esta redução fica muito aquém do esperado, deveriam de ir ao encontro com a média dos valores dos municípios limítrofes, por exemplo, Silves, Monchique e Lagos zero três, Lagoa zero trinta e seis. -----

----- Na participação variável do IRS, que este é o que toca mais àqueles que trabalham, àqueles que descontam pelo IRS, fixado em quatro por cento, permitindo a arrecadação parcial do imposto. Este imposto poderia fazer ou trazer uma justiça fiscal para quem trabalha e quem faz descontos, fica muito longe do praticado por outros municípios. Por exemplo, Lagos devolve na totalidade, Lagoa dois por cento, Monchique dois ponto cinco. -----

----- No caso da derrama, a aplicação de um por cento sobre os lucros tributáveis das empresas e uma redução de um ponto cinco para um por cento é aceitável, mas com os sujeitos passivos, cujo volume de negócios no período anterior não ultrapassa os cento e cinquenta mil euros. Por exemplo, Lagos, Silves e Monchique não têm derrama, somente Lagoa zero dez por cento. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, a CDU em relação ao IMI não percebe porquê a redução neste valor, uma vez que foi festejado a saída do PAM, consideramos então que estes elementos e dada a situação inclusive dos elementos mais recentes da situação social do município, não entendemos qual é a razão, porque de uma forma mais determinante para todos a taxa do IMI não descesse para o mínimo de zero três, aliás como disse aqui a bancada do Bloco de Esquerda como já se encontra implementado em vários concelhos do distrito de Faro, entre eles Lagos e Silves. É por esse motivo que não podemos acompanhar e votaremos contra esta proposta. -----

----- Em relação à discussão da participação variável do IRS, a CDU sempre considerou que os municípios não devem prescindir desta verba pelas razões já explanadas por diversas vezes nesta Assembleia, consideramos que a natureza do imposto sobre o rendimento é da competência do governo, aliás para não criar desigualdades entre os diversos municípios, é uma questão de justiça fiscal em particular sobre os rendimentos de trabalho, não faz muito sentido que o desagravamento fiscal se possa fazer desigualmente de concelho para concelho ao sabor das necessidades financeiras e da vontade política ou de meras opções por vezes próximas



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



da demagogia de cada município. A redução dos impostos, como eu já disse, é de âmbito nacional e não deve ser feita à custa dos municípios. -----

----- Os eventuais benefícios limitados inexpressivos que resultam para o cidadão individual e coletivamente de opção de prescindir esta verba, apenas são sentidos pelas camadas de mais altos rendimentos, tirando-se benefício aos que menos têm para devolverem dinheiro aos que mais têm. Por isso iremos apoiar e votaremos a favor deste ponto. -----

----- Em relação à percentagem da derrama, em virtude do universo das empresas sediadas em Portimão sobre o qual incide a derrama, gostaríamos de perguntar isso que é a primeira pergunta a fazermos, é qual é no fundo, as empresas sediadas sobre o que incide a derrama em Portimão. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, permitam-me iniciar esta intervenção recordando que o PSD de Portimão há muito vinha alertando para que de forma insistente, coerente e responsável para a necessidade de se antecipar os pagamentos ao Programa de Ajustamento Municipal, o PAM, como forma de assim recuperarmos a autonomia fiscal do município e devolver aos portimonenses aquilo que lhes foi retirado em tempos de maior dificuldade. -----

----- Sempre defendemos que os sacrifícios financeiros impostos aos portimonenses deveriam ser compensados assim que as finanças municipais o permitissem. Esse tempo chegou. -----

----- Com o fim do PAM, o executivo Socialista tinha finalmente a hipótese de aliviar substancialmente o peso fiscal sobre as famílias e as empresas do nosso concelho. Contudo, aquilo que nos é aqui apresentado, apesar de ser um avanço tímido, revela uma falta de ambição e uma visão limitada do executivo face às reais necessidades da população e ao potencial financeiro do município. Vejamos. Em relação ao imposto municipal de Imóveis, é verdade que o executivo propõe para 2025 uma redução de zero vírgula um por cento da taxa de IMI, ficando esta agora a situar-se em zero vírgula trinta e oito por cento. Aplaudimos a redução, mas não podemos deixar de afirmar com toda a clareza que esta medida é manifestamente insuficiente, senão vejamos. Senhor Presidente, a nível nacional a média de IMI situa-se em zero vírgula trinta e sete, ou seja, mesmo com esta redução Portimão continua acima da média nacional. -----

----- No Algarve, municípios como Albufeira e Faro aplicam uma taxa de zero vírgula três, a taxa mínima que se pode aplicar ao IMI, mostrando que assim é possível fazer mais e fazer melhor para aliviar o orçamento das famílias. Portimão, que nos últimos anos viu as suas receitas dispararem e especialmente com a cobrança do IMT, tem hoje margem financeira que poderia permitir uma descida mais significativa do IMI. Por que razão então não o faz? É a pergunta que aqui se deixa. -----

----- A resposta caros munícipes, reside numa gestão que se mostra mais preocupada em garantir saldos de gerência robustos para sustentar o clima de festas com que se pretende apresentar às próximas eleições, do que em proporcionar um verdadeiro alívio fiscal real a quem aqui vive, trabalha ou investe. Esta falta de ambição



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



penaliza mais uma vez as famílias, os proprietários da habitação própria permanente e de forma particular os jovens que desejam fixar-se no nosso concelho. Senhor Presidente, os portimonenses mereciam mais. -----

----- Relativamente à participação variável do IRS, o executivo propõe agora uma descida para quatro por cento, quando antigamente estava no máximo que era cinco, mas será isso suficiente? A resposta é simples, é não e é não, não é porque o PSD deseja dizer não. Ora, vejamos os números. A média regional no Algarve foi de três vírgula cinco por cento com municípios como Faro ou Loulé a aplicar taxas ainda mais baixas do que estas como forma de atrair residentes e aliviar carga fiscal dos seus contribuintes. -----

----- A nível nacional a média também é mais baixa, situa-se nos três vírgula sete, o que faz com que Portimão continue também aqui acima da média nacional. Senhor Presidente, esta taxa de IRS é um entrave, muitos jovens e famílias optam por se fixar em concelhos vizinhos que oferecem condições mais vantajosas e isso deveria de ser alvo de reflexão deste executivo. O que é que este executivo faz para reter estes residentes, o que é que faz para atrair novos contribuintes e estimular assim a economia local? Muito pouco, ou quase nada. -----

----- Uma verdadeira estratégia fiscal deveria ter como prioridade tornar Portimão mais competitivo, mais atrativo, mais justo, o que esta proposta manifestamente não o faz. -----

----- Quanto à derrama, imposto municipal sobre os lucros tributáveis, reconhecemos que a proposta é fixar a taxa a um por cento para 2025, é de facto competitiva, porque somos coerentes, especialmente para com as pequenas e médias empresas que representam a base da economia local. Por sermos coerentes somos a favor desta descida e deste valor, porque se olharmos também para a média regional aqui a média superior é um vírgula dois por cento com municípios como Lagos ou Tavira a terem taxas muito mais elevadas, um vírgula cinco. - -----

----- A nível nacional também a média da derrama é um vírgula quatro de acordo com os dados recolhidos junto da autoridade tributária. Neste ponto, assim aqui podemos de facto saudar o esforço do executivo, mas mais uma vez temos que perguntar onde é que estão as políticas ativas de apoio às empresas, à inovação e ao investimento? Reduzir a derrama é positivo, mas sem um plano de ação concreto para dinamizar o tecido empresarial esta medida torna-se apenas simbólica. -----

----- Senhor Presidente, a redução fiscal só tem impacto se for acompanhada numa visão estratégica que permita transformar este alívio em crescimento económico, na criação de emprego, no desenvolvimento local, aqui mais uma vez vemos a ausência de planeamento e a ausência da ambição. -----

----- senhor Presidente, caros deputados, o PSD vê com satisfação a recuperação da capacidade fiscal do município, mas lamenta profundamente a falta de visão estratégica deste executivo. Portimão merece políticas fiscais mais ousadas, que apostem no alívio real da carga fiscal para as famílias e para as empresas e que se traduza numa melhoria concreta na qualidade de vida dos portimonenses. O IMI poderia ter sido reduzido ainda mais, como forma de aliviar o orçamento das famílias e tornar Portimão mais atrativo. A participação no IRS deveria acompanhar as melhores práticas da região de forma a fixar a população jovem e ativa do concelho. A



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



derrama, embora competitiva, precisa de ser complementada com políticas ativas do lado do apoio ao tecido empresarial. Volto a dizer, os portimonenses não precisam apenas de festas, nem de anúncios pontuais ou medidas tímidas. Precisam de um compromisso verdadeiro com o seu futuro, com menos impostos, com mais oportunidades e com mais desenvolvimento. É isso que o PSD continuará a defender nesta Assembleia Municipal e é para isso que cá estamos. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, ora sobre esta deliberação, a aplicação de impostos para o ano fiscal de 2025, a proposta de aplicação de impostos municipais para o ano 2025 já não está condicionada ao conjunto de externalidades de acordo com o regime jurídico de recuperação financeira municipal. Como é do conhecimento, Portimão esteve sob a alçada da Troika, que é o Fundo de Apoio Municipal e o correspondente Programa de Ajustamento Municipal, mas poderia e deveria ter sido reduzida através de negociação e pagamento antecipado quer do excedente da dívida, como a própria dívida em si. -----

----- O executivo insiste na narrativa repetida de que não pode baixar impostos locais ou devolver a participação de IRS, porque o Programa de Ajustamento Municipal impede de o fazer, mas sabemos de que a justificação técnica tem por trás uma opção política da qual a dívida permite uma série de enganar a população. Um exemplo máximo desse expoente de gestão socialista é a apresentação dos excedentes de saldo transitados de 2022 para 2023 de vinte e três milhões de euros e de 2023 para 2024 de cinquenta milhões de euros porque orçamento/promete obra e não utiliza/gasta/investe, daí registar valores exorbitantes, teimando em não abdicar de ir mais além do pagamento da dívida ano após ano, porque a justificação do PAM até dá jeito. -----

----- O executivo municipal do Partido Socialista não tem respostas, não tem estratégia, não tem plano com alternativas orçamentais que beneficiem as famílias e as empresas, quer através da redução e pagamento de mais dívida, quer através de incentivos ao investimento local. -----

----- É conhecido o posicionamento do Partido Chega sobre alguns impostos, nomeadamente do IMI, que é o imposto mais ridículo que existe injusto económica e socialmente e que deveria ser extinto, isto porque os cidadãos adquirem através dos seus capitais próprios ou até de empréstimos no seu imóvel, ficando com que uma ligação para a vida com uma prestação anual à autarquia municipal, não se conseguindo entender a justiça do mesmo e a penalização que sofrem. Onde está a justiça social do imposto IMI e a respetiva sobrecarga onerosa para as famílias e empresas portimonenses? Nem a justificação que a Assembleia Municipal não tem competência para extinguir o IMI, sendo esta da responsabilidade do governo, faz com que o nosso entendimento sobre a miserável proposta em apreço de redução, peço desculpa pelo termo miserável, em apreço da redução que é vendida pelo executivo do Partido Socialista nem sempre poderá corresponder a uma redução, ainda mais com a agravante de que alegadamente irão ser promovidos novos zonamentos e coeficientes para cálculo do IMI também no concelho de Portimão. Deste modo, verifica-se mais uma vez que para o ano em apreço, a redução do IMI em zero vírgula zero um é mais uma migalha que serve de marketing



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



político e que, na prática, nada significa e que em nada está de acordo com o esforço que os cidadãos de Portimão fazem há anos para compensar a irresponsabilidade dos executivos socialistas e que não passa de uma medida justificada com o garrote do PAN. No entanto, todos devemos ficar a saber se houvesse vontade política da diminuição da dívida, estes e outros garrotes deixariam de fazer efeito, e que obviamente deveria ser reduzido o IMI para a taxa mínima de zero vírgula três, possível de praticar pela autarquia e há qual está prevista na autonomia municipal. -----

----- Continuamos a expressar a nossa indignação com determinados gastos que a autarquia faz, como, por exemplo, gastar meio milhão nas comemorações do 25 de Abril, que é exatamente o mesmo valor que vai praticar como migalha na redução do IMI, resultado da redução de zero vírgula zero um por cento para o ano 2024, sendo este imposto imoral, as populações não o deveriam suportar num ano em que se prevê de mais carga fiscal, de mais aumento da despesa pública. -----

----- O conjunto de impostos fiscais previstos para o ano de 2024/25, ora propostos pelo executivo autárquico do PS, não são mais do que um conjunto de medidas que consubstanciam a manutenção e aumento de carga fiscal para os municípios que é das mais elevadas do país. A taxação sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas, que é a derrama continua na taxa máxima, independentemente do seu lucro, da sua dimensão e dos fatores contributivos de emprego e riqueza. Este imposto continua a ser penalizador para todas as empresas que têm sede fiscal em Portimão. -----

----- Mais uma vez, o Partido Socialista usa este imposto para benefício da sua estratégia política como justificação que a Troika em Portimão não deixa alterar. -----

----- Sabemos que a redução, alteração de critérios aplicados à derrama nos concelhos limítrofes ao de Portimão são muito diferentes, produzem a respetiva anulação ou redução de imposto, tendo impacto direto positivo na estrutura de custos das empresas, independentemente da faturação e dimensão, servindo ao mesmo tempo de elemento de atratividade para os seus concelhos. O pagamento antecipado da dívida acumulada ao longo dos anos, possibilitava a capacidade de anular e acabar com a cobrança da derrama no município de Portimão. -----

----- A autarquia teima em não devolver a participação da taxa variável de IRS aos munícipes, sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão, ficando e arrecadando na taxa máxima de cinco, agora a quatro. Como exemplo, a devolução de cinco por cento do IRS que a autarquia arrecada aos agregados familiares do concelho de Portimão corresponde a cada munícipe que tenha uma coleta líquida de IRS no valor de dez mil euros permitiria que cada trabalhador receberia quinhentos euros ano. -----

----- Sabemos que a Troika portimonense obrigou a alterar o paradigma de gestão autárquica, obrigando a acabar com o *modus operandi* da má gestão dos dinheiros públicos através da acumulação de dívida e mais dívida, promovendo um cenário para um novo ciclo de gestão, o que não se verificou. Basta analisar os dados contabilísticos de um passado mais recente e cruzar com estratégias políticas adotadas ao longo dos anos para



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



verificar que muitas dessas políticas estão aqui consubstanciadas à custa dos impostos locais e que em nada têm servido para desenvolver o concelho de Portimão. Infelizmente, o executivo municipal do Partido Socialista nada aprendeu com o passado. O Partido Chega em Portimão várias vezes aconselhou o executivo a definir uma estratégia para pagamento da dívida através do excedente orçamental por via do IMT. Finalmente, no término do ano 2003 anunciaram a medida, o pagamento extraordinário do excedente de dívida FAM. Contudo, como previsível a saída da zona de dívida excessiva, a dívida continua a ser alta e não desaparecerá ao contrário do que querem fazer parecer superior a setenta e quatro, aqui diz oitenta e quatro, foi um erro, de euros, sendo ainda mais preocupante o facto dos documentos previsionais apresentados para 2025/2029 demonstrarem um exorbitante aumento da despesa pública local com os records sucessivos, nomeadamente na rubrica despesas correntes, o que fará previsivelmente com que o município de Portimão ultrapasse novamente a meta do endividamento excessivo no ano de eleições autárquicas de 2025 e consequentemente um aumento de carga fiscal através de mais impostos diretos para os munícipes. Obrigado, tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, aqui também nos benefícios fiscais, a prorrogação de isenção de IMI por mais dois anos para habitação própria até cento e vinte e cinco mil euros, eu gostaria de saber onde é que o senhor Presidente comprou uma habitação própria por cento e vinte e cinco mil euros para ter esta prorrogação de isenção de IMI. E quando se fala também na redução da carga fiscal estimada em dois ponto três milhões de euros para as famílias em 2025, eu gostaria que aqui a redução para as famílias fosse igual àquela que é dada para as instituições sem fins lucrativos. Gostaria que dessem às famílias o mesmo que dão às instituições. Eu sei que as instituições também muitas delas é para ajudar as famílias, apoio social e desportivo, mas gostava que esta redução da carga fiscal fosse igual a essa e também à dos eventos. Por isso mesmo eu gostaria que por favor pusessem todos na mesma balança, os cinco milhões em cada uma delas. O que dão às instituições sem fins lucrativos são perto de cinco milhões, para os eventos também perto dos cinco milhões, já agora para as famílias também cinco milhões. Por isso, o Bloco de Esquerda vai votar contra. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, eu já ouvi o senhor deputado até do Partido Chega dizer que vamos entrar em endividamento excessivo novamente este ano, foi aquilo que disse, nem sei se ouvi bem. Então, pagávamos o empréstimo e depois íamos entrar em endividamento excessivo outra vez. Eu faço-lhe recordar que os juros deste empréstimo que temos neste momento é zero noventa e cinco, é os juros que pagamos, mas como isto não está aqui, o que este executivo quis fazer, mandou-nos a prudência e foi por isto que propôs aqui esta baixa de impostos a este nível e, portanto, a nível do IMI estamos a prever uma receita de menos um milhão e cem mil. Estamos de acordo também que devemos ano após ano ir baixando os impostos aos portimonenses, mas com muito rigor para podermos também fazer as obras que Portimão precisa e é isso que vamos querer fazer e foi por isso que o executivo propôs em reunião de Câmara em primeiro lugar e depois a esta Assembleia esta baixa de impostos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que queremos trazê-la aqui, vai ser uma realidade para os portimonenses. Uma realidade que os senhores deputados têm que, nalgumas podem concordar, outras não, mas isto mandou-nos a prudência e mandou-nos também as obras principalmente que sabemos que Portimão precisa e que vamos ter que as executar e foi isto que quisemos fazer e é isto que vamos fazer e que trouxemos aqui esta proposta. -----

----- Depois, o senhor deputado do Bloco de Esquerda, dos cento e vinte e cinco mil euros, isto é o que está na lei, é o que a lei diz e diz por três anos. Nós atribuímos mais dois e foi aprovado também já, já no passado ano fizemos isto, até cento e vinte e cinco mil euros mais dois anos, e olhe que há algumas famílias que são beneficiadas com isto, porque é a avaliação que está nas finanças. Não é a compra da casa, é a avaliação nas finanças e, portanto, temos algumas famílias que são beneficiadas com esta isenção e por mais dois anos também. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, portanto, a fundamentação senhor Presidente é a prudência, deduzo da sua explicação que a fundamentação para estes valores é a prudência, é o princípio da prudência que é muito usado aqui no orçamento, mas aqui nos impostos eu peço imensa desculpa, mas não consigo entender como é que a prudência justifica que se tire uma décima do IMI e não duas, por exemplo, ou como é que não se elimine, por exemplo, a derrama. Nós quando tivemos a reunião com o executivo no âmbito do direito da oposição, propusemos a eliminação da derrama, a aplicação de majorações e minorações e já vou às minorações em sede de IMI, a diminuição sensível do IMI, não foi de uma décima e também eventualmente a eliminação da participação variável no IRS. -----

----- Destes três impostos aqui que estamos aqui a falar, para nós a questão da derrama é a mais relevante, porque já foi aqui aflorado ainda agora que com um imposto deste tipo que acresce ao IRC, para as empresas que já têm lucro, a capacidade do município de atrair investimento e competitividade em empresas que gerem o lucro e que cria riqueza e que paguem bons salários, é manifestamente diminuída, porque o empresário se quiser instalar aqui a sua empresa em detrimento do concelho limítrofe que, por exemplo, não tenha derrama ou que tem uma derrama mais baixa, só por esse fator a não ser que preveja ter prejuízos e não acredito que haja muitos que queiram fundar empresas para ter prejuízos, só por esse fator vai optar por outro concelho e não por Portimão porque manifestamente isto é um desincentivo a fixar empresas aqui, e os senhores do PS que têm medo das empresas aqui como têm no país, no país também votaram contra a baixa do IRC, queriam que o IRC não baixasse, porque parece que é o monstro das empresas privadas, enfim, são elas que criam riqueza, são elas que aumentam a produtividade, são elas que aumentam o nível de vida das pessoas, não é o estado, são as empresas privadas. Quem faz desenvolver a economia não é o estado, são as empresas privadas. Os senhores aqui também aplicam a mesma medida e em lugar de ponderarem eliminar a derrama, retiram meio por cento à derrama, meio por cento. É esta a poupança que os senhores querem para as empresas que permita atrair investimento para o concelho. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Depois, relativamente ao IMI, ó senhor Presidente, nós dissemos uma coisa muito concreta que está prevista, dissemos na reunião uma coisa muito concreta que está prevista no código do IMI. Eu fui ler outra vez o código, não sabia o artigo de cor que é para lhe dizer. Artigo cento e doze número sete do código do IMI, «minorações de vinte por cento para certas zonas, ou certas freguesias, nomeadamente», foi aquilo que nós dissemos na reunião, «para prédios arrendados no centro da cidade». Para quê? Para estimular o mercado de arrendamento urbano de longa duração. Os senhores aqui aplicaram zero minorações, ou seja, os senhores acham que embora o código do IMI preveja esta medida e agora já têm liberdade para aplicá-la, até este ano não tinham devido ao FAM, agora já têm essa liberdade, os senhores acham que não há um problema em relação ao mercado de arrendamento do centro da cidade. Não há falta de casas para arrendar, há incentivos suficientes acham os senhores para que os proprietários ponham as casas no mercado de arrendamento. Portanto, pagando o IMI qualquer pessoa que não ponha a casa no arrendamento, paga e, portanto, não aplicaram essa minoração que é uma coisa que para nós é fantástica, porque manifestamente há este problema, há um défice de atratividade do centro da cidade e não há incentivos para os proprietários arrendarem as casas com contratos de longa duração, designadamente para jovens. Os senhores ficaram completamente alheios a essa nossa proposta. -----

----- Depois, já foi aqui a florada a questão da participação de IRS. Nós não entendemos como é que o município no estado em que está vai buscar zero vírgula quatro por cento, ou melhor, quatro por cento do rendimento disponível das pessoas que pagam IRS. Até este ano havia o fundamento do FAM, neste momento o município tinha liberdade para em lugar de tirar um por cento, reduzir substancialmente aqui este imposto e aliviar, aliviar as famílias da classe média sobretudo os trabalhadores por conta de outrem, só quem paga realmente impostos e paga IRS e, portanto, tudo resumido senhora Presidente, esta proposta que aqui traz de impostos municipais é com ligeiríssimas alterações, é mais do mesmo e eu muito sinceramente quando saí daquela reunião tinha uma expectativa e vou-lhe dizer muito honestamente qual era. Era chegar aqui hoje e estar a acusá-lo de eleitoralismo, porque temos eleições para o ano, e olhe, francamente preferia estar a acusá-lo de eleitoralismo do que estar-lhe a dizer como estou a dizer que esta proposta é manifestamente insuficiente para aquilo que é as aspirações dos portimonenses que estão há anos a pagar impostos às taxas máximas e que mereciam pelo esforço que têm feito, mereciam um desagravamento fiscal, e os senhores são insensíveis a isso, nem em véspera de eleições, porque os senhores estão completamente agarrados ao garrote fiscal que implementaram aqui e à dependência que os senhores têm dos impostos diretos, como já falámos no orçamento das receitas correntes são quase cinquenta por cento, são quarenta e nove vírgula três por cento. Portanto, os senhores estão completamente dependentes da receita fiscal e não há volta a dar e mais dois ponto três milhões, menos dois ponto três milhões os senhores não abdicam, mesmo com excedentes orçamentais os senhores não abdicam deste esforço que pedem às pessoas e, portanto, senhor Presidente, isto é uma proposta que não serve os interesses das famílias, das empresas, dos proprietários, nem gera competitividade para a economia local, e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



depois temos aqui um problema também que eu já referi e vou reforçar. Temos aqui um problema efetivo no mercado de arrendamento no concelho, porque não é só recorrer ao PRR, ou ao IHRU para construir casas que não é só para a classe média, porque muita gente hoje objetivamente não consegue comprar casa, não tem condições de acesso ao crédito que permita comprar uma casa e os preços são praticados no concelho também, o preço médio é tão alto que nem toda a gente consegue aceder ao crédito. Portanto, o mercado de arrendamento como em qualquer cidade média deveria ser uma opção que o município e o executivo que vossa excelência preside devia fomentar e devia tentar estimular, porque para quem não consegue comprar ou paga rendas altíssimas como aquelas que estão hoje em dia no mercado a ser praticadas, ou então há aqui uma intervenção na medida do possível do executivo no mercado de arrendamento para que as rendas baixem ou para que haja incentivos para que haja mais oferta disponível e por essa via também havendo mais oferta, os preços também médios baixem. Ora, isso não existe aqui nesta proposta, não existe, não existe e, portanto, nós entendemos que manifestamente a proposta não serve. -----

----- Senhora Presidente, eu depois queria manifestar aqui uma preocupação pessoal que tem que ver com o debate nesta Assembleia. Eu estou habituado nestas assembleias a haver debate e debate de ideias e troca de argumentos às vezes até com alguma veemência e estou a ficar seriamente preocupado que já levamos quase três horas de reunião, não ouvi uma palavra até agora da bancada do Partido Socialista, não ouvi uma palavra para defender a proposta do orçamento, não ouvi uma palavra para defender o mapa de pessoal, não ouvi uma palavra até agora sobre a questão dos impostos e, portanto, não sei se a bancada do PS está envergonhada com estas propostas e se limita a votar favoravelmente por disciplina de voto, ou se eventualmente se calhar aquilo que tenho para dizer não é agradável para o executivo, eu gostava que o debate fosse enriquecido com pontos de vista diferentes, mas isto às tantas parece-me um bocadinho monocórdico, porque é a oposição a criticar e quem devia defender está calado, e é uma opção e o silêncio às vezes tem um valor também declarativo como nós sabemos, não é, os silêncios às vezes têm valor declarativo e, portanto, se é uma aceitação daquilo que aqui está, então ainda fico mais preocupado. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que é uma declaração política não é uma declaração jurídica. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que sendo ele uma pessoa que há N anos faz parte desta Assembleia e que defende, uma das coisas que sempre defendeu foi a questão da Câmara ter autonomia financeira e ter autonomia de decisão para baixar os impostos diretamente pagos pelos munícipes, por aqueles que ali moram, por aqueles que ali vivem e por aqueles que têm interesse nesta cidade. Sempre defendi e sempre me foi dito que era uma opção política o não pagamento da dívida que o Partido Socialista criou a este município e aos seus munícipes, e durante esse período as taxas cobradas pelo município foram as máximas, não podiam fazer menos. Chegando à altura de pagar, não no período que eu entendia que deveriam



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ter pago, porque sempre tiveram excedente, sempre tiveram orçamentos capazes para liquidar a dívida em menor tempo, ou seja, antecipar, portanto o pagamento dessa dívida, não o fizeram. Foi dito até pelo senhor agora Presidente e na altura Vice-Presidente que era uma opção política. Isto está escrito em ata, portanto não estou a dizer, contrariamente àquilo que aqui foi dito e por esse motivo eu sinto-me desagradado por esta situação, porque diz o senhor Presidente que não baixou mais o IMI, que não baixou mais a derrama, que não baixou mais o IRS dos portimonenses por prudência. Eu pergunto ao senhor Presidente, vendo e verificando o orçamento, se não existiria também prudência nas festas e festarolas, no dinheiro que gasta anualmente com esses eventos. Os portimonenses já pagaram o suficiente para agora ter um alívio fiscal maior, ou seja, em relação ao IMI, o mínimo que a Câmara deveria de cobrar é zero vírgula trinta. Está a propor zero vírgula trinta e oito, ou seja, uma diminuição de zero vírgula um. Anteriormente, eu já disse, não daria para pagar um café aos portimonenses com uma casa que eventualmente e fiscalmente valha cem mil euros. Estamos a falar em zero vírgula um é cem euros por ano. Portanto, dá zero vírgula cinquenta e quatro por cento a cada munícipe e, portanto, e o café custa cerca de um, portanto não dá para pagar um café, um café por dia ao longo do ano.

----- Em relação ao IRS, a Câmara poderia não pagar, tem taxas de zero por cento, porque isso também acontece em vários municípios deste país, zero por cento. Já não direi para aí tanto, mas baixar apenas um por cento, passar para quatro por cento a quem sofreu durante o período da pandemia a inflação, os impostos tudo esse horror que nós passamos e agora não facilitar essa diminuição mais gradual, mais acentuada para cada um dos portimonenses e depois e com pompa e circunstância e em todos os jornais, em todas as sessões solenes que existe, o senhor Presidente na sua boca há uma baixa de impostos por este executivo. Deveria dizer era que baixa de impostos têm no mínimo para cobrar e aquilo que pretende cobrar. Zero vírgula trinta no IMI, cobra zero trinta e oito. Zero por cento no IRS, cobra quatro por cento, ou seja, diminui um por cento, e em relação à derrama também é um e meio. Já foi aqui explicado que a derrama é o imposto sobre as empresas que é cobrado adicionalmente ao seu IRC e que facilita a transferência de quem quer organizar e fazer a empresa, inaugurar a empresa ou fazer o seu movimento comercial nesta cidade, não o faz, vai para concelhos vizinhos, dá a residência destas empresas em Lagos, ou em Lagoa e, portanto, trabalha cá na mesma. Paga menos, paga menos, e isso acontece muito e, enfim, eu tive uma atividade disso e sei perfeitamente que isso acontece quando pedia a residência oficial da empresa não era de Portimão, mas dos vizinhos ou até de Lisboa, ou de outros sítios. Por isso, eu fico chocado com esta situação, o senhor falar constantemente numa baixa de impostos aos portimonenses, numa baixa de impostos que é insignificante, que não serve para nada, que deveria de ser mais acentuada, do que os portimonenses, levar o ano a pagar as taxas que os outros municípios não cobravam, ou seja, a taxa máxima por endividamento que os senhores e o Partido Socialista fez a estes portimonenses, a este concelho e fico revoltado precisamente por isso. Poderia ter ido muito mais longe, não direi ao mínimo, mas pelo menos perto do mínimo, para dar às pessoas a sensibilidade de que a sua justiça era feita e que ajudar o município ao longo destes anos a pagar uma dívida que o executivo fez em nome deles



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mesmos e isso não aconteceu e por isso é o que eu tenho a dizer revoltado com esta situação, porque há anos que falo nisto, há anos que falo nisto. Senhora Presidente, obrigado e fico por aqui. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, eu gostava de dizer ao senhor Presidente que há prudências que nos saem demasiado caras, e esta prudência que aqui serve de justificação para esta parca redução de impostos é um destes casos. A receita de impostos diretos para 2025 aprovada ainda agora pela bancada do Partido Socialista prevê uma receita total no valor de cinquenta e um milhões, menos seis milhões do que aquilo que estava orçamentado para 2024, mas atenção há aqui um pormenor importante. Essa redução de seis milhões, cinco vírgula cinco milhões dela devem-se ao IMT, não é ao IRS, não é ao IMI, não é à derrama. É ao IMT e agora eu pergunto porque é que será? Não será por perca de competitividade do concelho de Portimão face aos seus vizinhos? Que muitos deles têm taxas de participação no IRS de zero, ou IMI muito mais baixos. O que o executivo está aqui a propor hoje é simplesmente uma baixa de impostos de quinhentos mil euros, não é dois milhões e meio como aqui foi anunciado, são quinhentos mil fazendo fé na página vinte do orçamento. É isto que está aqui a ser proposto, é esta falta de visão que penaliza constantemente Portimão e para a qual nós estamos constantemente a alertar. Temos que mudar, temos que pensar diferente, temos que tornar-nos competitivos se queremos ter e de facto liderar o barlavento algarvio de direito a Portimão. Senhor Presidente, penso, reflita e pode ser que para o ano possa apresentar algo melhor. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS **Joaquim Paulino Pacheco Duarte**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que gostaria de dar uma breve nota relativamente à intervenção que o senhor deputado do "Portimão Mais Feliz" acabou de fazer. De facto, é um elogio para a bancada do PS a disciplina partidária, porque a disciplina partidária assenta fundamentalmente num pressuposto da participação e a participação foi feita anteriormente à apresentação desta proposta. Esta proposta que hoje está em discussão foi devidamente trabalhada, foi discutida, foi participada nos órgãos próprios, nos locais próprios e o nosso silêncio resulta da concordância como muito bem disse relativamente a este percurso. Eu sei que custa bastante à oposição a disciplina partidária e fundamentalmente uma coisa que é a disciplina que tem levado a que o município tenha conseguido nos últimos anos este percurso, este ascendente orçamental que lhe permite hoje fazer projetos e lançar obras que na vossa perspetiva e mais do que uma vez foram apresentadas como impossibilidades. É um elogio que faz, acabou de fazer à bancada do PS, aliás que aproveito para agradecer e esclarecer mais uma vez que estamos solidários, que preparámos devidamente com o executivo municipal a apresentação desta proposta orçamental, que não utilizámos subterfúgios no sentido de quando interessava falava-se na média regional, mas quando não interessava falava-se no município de Faro. O município de Faro só para esclarecê-lo, neste momento só relativamente ao IMI é que tem taxas inferiores ao município de Portimão. Não teve nenhuma intervenção, tem um nível orçamental equivalente ao nosso e não utilizamos a demagogia para clarear intervenções políticas. Nós percebemos perfeitamente qual é a função da



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



oposição e das oposições e respeitamos convenientemente essas mesmas intervenções. Agora, não somos totós ao ponto de ignorar os objetivos, os objetivos de intervenções políticas, cujo objetivo fundamental é obstruir a ação do executivo. Tenho dito, obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que sobre esta matéria, há um tema e mais uma vez um sinal ou ausência dele político e estratégico que é completamente omissa na narrativa do executivo e inclusive até agora à narrativa de todos os presentes aqui que tem a ver com a mensagem que queremos transpor aos jovens e à juventude. -----

----- Eu posso falar tranquilamente do IMI jovem, ideologicamente estou muito confortável sobre este tema e sobre os benefícios e a valorização de querer fixar, atrair e captar jovens a conseguirem-se emancipar da casa dos seus pais, em Portimão ainda não ouvi nada sobre este tema, gostaria de questionar e naturalmente nós sabemos a três anos isenção de IMI para a compra da primeira habitação, isto traz acima de tudo e se fosse explicado inclusive um projeto que visasse a médio longo prazo, ou a curto médio prazo o município entender transmitir uma mensagem aos jovens de como podem ser vistos de maneira diferente e não fazê-los e todos sabemos. Olharem para concelhos vizinhos e inclusive aqui não estamos a falar só destas questões, falamos de valorização quer a nível de finanças, quer a nível de imóvel por avaliações independentes, mas Portimão de facto também tem, Portimão é o melhor concelho do país como sabemos e digo isto sem ironia, para mim é do país e a melhor terra do mundo seguramente e por o ser, tem imóveis muito caros, é só por isso e nós sabemos aqui concordamos todos, mas gostava de ouvir uma palavra sobre o IMI jovem, sobre como é que pensam a nível desta matéria trabalhar esta questão, trabalhar esta matéria, se pensaram, se entendem que não devem enquadrar porque não se deve enquadrar e porque não devemos pensar nos jovens, até por dizer isso e há um bocado estavam a falar da bancada do Partido Socialista até transmitido outra mensagem. Na bancada do Partido Socialista, eleitos em substituição até têm jovens muito capacitados e que debatem isto muito nos seus fóruns, sejam ou não membros da juventude socialista, mas permitam-me também a brincadeira e sei que aqui a Presidente e que ainda bem, da federação distrital da JS, como o José Cardoso o vereador também foi e é bom Portimão ter esses quadros de relevância na política de juventude e que debatem estes temas, mas dizer o seguinte. Nós temos que debater estes temas depois de termos idade de deixar de ser jotas, senhor vereador José Cardoso e está a rir meu amigo, já debatemos isto noutra altura e não podemos deixar de nos preocupar com a juventude a certa altura porque deixa de ser tema. Portimão neste documento e sobre esta matéria tem bola, não tem mesmo nada e era mais um sinal que podia haver de relevância para que o município, o executivo atende trabalho com os jovens que têm eleitos, que falam sobre isto, dizer qual é a visão que têm para atrair, fixar, ser como já disse no ponto anterior mais competitivos para a saúde dos concelhos, porque é difícil, a nossa juventude vive com um garrote e não tem a ver com as taxas e taxinhas e com impostos municipais só que é no país inteiro, não vamos entrar na demagogia e dizer porque é deste governo ou daquele, é um conjunto muito grande de fatores e devemos por isso mesmo ter uma preocupação acrescida e aqui não temos e,



portanto, eu deixava esta questão em saber qual a posição que têm sobre os jovens, sobre esta matéria, um ponto muito importante, se não tiverem também é uma posição de princípio, respeito e aceito, nós sobre isso é conhecida a posição nacional, distrital, local e, portanto, temos uma visão diferente que se fôssemos nós executivo senhor Presidente, estaria aqui contemplado de certeza absoluta, de certeza absoluta. Como é o PS local, regional, nacional, nada, é só para chavões. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, aproveitou para cumprimentar o senhor deputado Joaquim Duarte, agradecer a intervenção e as explicações que deu, senhor deputado, eu que não aprecio particularmente o uso da palavra totó como forma de elevar o debate político, nem usei aqui sequer argumentos de ordem percentual quer de Faro, quer de Cascais, de Freixo de Espada a Cinta, ou de Amarante, ou do que quer que fosse, agradeço as suas explicações, mas eu notei da sua intervenção que ouvi com atenção, notei que o senhor sobre a questão substantiva que estamos aqui a debater, disse zero. Deu-nos uma informação que é útil, porque assim sabemos qual é a diferenciação que há face aos membros da Assembleia, o executivo com a bancada do PS trabalhou estas propostas e discutiu-as de uma forma exaustiva. Com as bancadas da oposição cumpriu aquilo que está na lei e mal, porque relativamente à nossa bancada não só não acolheu as propostas que nós fizemos, como nem sequer explicou na proposta porque é que não acolheu e, portanto, eu preso em saber que a bancada do PS tem um tratamento diferenciado desta Assembleia. Tão diferenciado que os senhores nem têm a necessidade de defender propostas, porque elas foram tão trabalhadas convosco que os senhores chegam aqui e na ausência de qualquer discordância, enfim, os senhores desculpam-se com a disciplina de voto que é uma coisa muito salutar em democracia, eu lembro-me que na Albânia e na Roménia a disciplina de voto era levada muito a sério também nos regimes anteriores à queda dos regimes comunistas, era uma coisa acerrimamente defendida. Os senhores defendem também a disciplina de voto e ainda bem que defendem e defendem tanto que se não fosse a provocação que eu ainda agora fiz e que o senhor aceitou de bom grado e agradeço-lhe por isso, os senhores entravam mudos nesta Assembleia e saíam calados, mas ainda que o senhor tenha feito a intervenção que fez que eu agradeço mais uma vez, eu fiquei sem perceber como é que os senhores defendem esta baixazinha de impostos. Como é que os senhores explicam aos portimonenses lá fora que quem quer instalar aqui empresas ainda vai pagar a derrama em 2025, apesar da cessação do PAM e do FAM já não ter intervenção sobre o orçamento e sobre as propostas de impostos? Como é que os senhores vão explicar que em cada portimonense que pague IRS, quatro por cento vai para o bolso da autarquia, e como é que os senhores vão explicar a um jovem que queira arrendar casa no centro da cidade, que não há medidas aqui para incentivar o arrendamento de casas para jovens do centro da cidade? Eu gostava que o senhor me dissesse isso, mas, enfim, como o PS ainda tem tempo, mas a hora já vai adiantada, temo que se calhar vou ficar sem resposta, mas volto a dizer, fiquei mais descansado em saber que o PS trabalhou exaustivamente esta proposta do executivo e espero que seja o último ano senhor deputado, porque pode ser que a partir do ano que vem e tenho



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



fé nisso e convicção, que haja igualdade de tratamento para todas as bancadas desta Assembleia e que não será do executivo do PS. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, quanto ao lançamento da derrama sobre as empresas na atual lei das finanças locais, a derrama figura uma forma de financiamento próprio dos municípios, incidindo sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas. -----

----- A sua fixação é facultativa, sendo que as taxas aplicáveis variam de município para município, podendo atingir um máximo de um e meio por cento. Porém, os municípios podem aplicar uma taxa reduzida aos sujeitos passivos, com um volume de negócio igual ou inferior a cento e cinquenta mil euros e mesmo isentá-los. Numa altura em que os custos dos fatores de produção têm disparado, uma forma de proteger o tecido empresarial do município que maioritariamente é composto por micro, pequenas e médias empresas, seria no nosso entendimento isentar-se as empresas com o volume de negócio inferior ou igual a cento e cinquenta mil euros, de forma a que aliviássemos de uma situação potencialmente explosiva que muitas se encontram em virtude de créditos contraídos durante a crise pandémica e da atual escalada de preços e dos juros, bem como da perca do poder de compra dos portugueses. Por isso é que não vamos acompanhar esta proposta e iremos votar contra. Muito obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, não havendo mais intervenções, não sei se o senhor Presidente quer fazer mais alguma intervenção, então peço a vossa atenção e vamos fazer a votação em separado. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-c** – Discussão e Votação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2024, a arrecadar no ano de 2025, nos termos do nº1, nº2 e nº3 da Proposta - **Deliberação nº 877/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	-	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	-	0
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	2	1	1	-	14

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

----- Não esteve presente a Senhora Deputada Independente, Ângela Quadros. -----

----- Foram aprovadas, **por maioria**, as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2024, a arrecadar no ano de 2025, nos termos do nº1, nº2 e nº3 da Proposta - **Deliberação nº 877/24.** -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-d)** – Discussão e Votação da participação variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão a arrecadar em 2025, referente aos rendimentos relativos ao ano de 2024, nos termos do nº4 da Proposta - **Deliberação nº 877/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-d)** – Discussão e Votação da participação variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão a arrecadar em 2025, referente aos rendimentos relativos ao ano de 2024, nos termos do nº4 da Proposta - **Deliberação nº 877/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:**-----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	1	0	-	16
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	-	0
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	2	0	1	-	13

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

----- Não esteve presente a Senhora Deputada Independente, Ângela Quadros. -----

----- Foi aprovada, **por maioria**, a participação variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Portimão a arrecadar em 2025, referente aos rendimentos relativos ao ano de 2024, nos termos do nº4 da Proposta - **Deliberação nº 877/24**. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o **Ponto 4-e)** – Discussão e Votação do valor da percentagem da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para o ano de 2025 relativo ao ano de 2024, nos termos do nº5 da Proposta - **Deliberação nº 877/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-e)** – Discussão e Votação do valor da percentagem da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para o ano de 2025 relativo ao ano de 2024, nos termos do nº5 da Proposta - **Deliberação nº 877/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:**-----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
----------	----	-------------	-------	-------------------------	----	----------------------	-----	--------------------------	-------



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	-	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	-	0
VOTOS CONTRA	0	5	3	2	2	1	1	-	14

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

----- Não esteve presente a Senhora Deputada Independente, Ângela Quadros. -----

----- Foi aprovado, **por maioria**, o valor da percentagem da Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para o ano de 2025 relativo ao ano de 2024, nos termos do nº5 da Proposta - **Deliberação nº 877/24**. -----

--Não havendo mais intervenções e esgotado o tempo regimental previsto para esta sessão, quando eram zero horas e catorze minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 2ª reunião desta 5ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia dezassete de dezembro de dois mil e vinte e quatro, e desde logo ficou agendada a continuação dos trabalhos para o dia dezoito de dezembro, no mesmo horário e local.-----

-----**3ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2024 – 1º Mandato 2021-2025**-----

-----**Reunião de 18 de dezembro de 2024**-----

-----Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, em cumprimento da convocatória emanada, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na freguesia e concelho de Portimão, sob a Presidência da sua Presidente, Excelentíssima Senhora **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente secretários da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Pedro Jorge Marques Moreira	Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
José Luís Mateus Barbudo	Partido Socialista
Filipe Alexandre Reis Santos	Partido Socialista
Secretário da Junta de Freguesia de Portimão	
Francisco Manuel Vicente Correia	Partido Socialista
Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	
José Vitorino da Silva Nunes	Partido Socialista
Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Eduardo Jorge Jesus Gonçalves	Partido Social Democrata
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Rodrigo Jorge Tomé Jeremias	CHEGA
Rui Alberto Pires	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco de Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco de Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Manuel Afonso De Lousada Moreira	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS-PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
César Rodrigo Simões Valente	PAN

-----Apresentou pedido de Suspensão de Mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 7º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DO MEMBRO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PSD	Américo da Conceição Leonor Mateus	11/12/2024 A 11/02/2025	Ricardo Jorge da Silva Viana

-----Não esteve presente, a seguinte deputada municipal: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	Força Política
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente

-----De acordo com o artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou pedido de justificação de falta, a senhora deputada municipal Independente Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros, o qual se anexa a esta ata, dela fazendo parte, para a seguinte reunião: -----

3ª reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2023	Data: 18 de dezembro de 2024
---	------------------------------

----- Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOMES DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PSD	Raquel Gonçalves Bernardino	33 dias	29/11/2024 A 31/12/2024	Bruno Miguel Lourenço Candeias
CHEGA	Patricia Alexandra Gonçalves Ferro	7 dias	11/12/2024 A 18/12/2024	Jorge Daniel Alves de Melo
CHEGA	Jorge Daniel Alves de Melo	1 dia	17/12/2024	Rodrigo Jorge Tomé Jeremias
BE	Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	1 dia	18/12/2024	Marilu Veiga Correia Batista Santana
CHEGA	Paulo Jorge Canha	6 dias	13/12/2024 A 18/12/2024	Anabela Nunes Chaves
CHEGA	Anabela Nunes Chaves	1 dia	18/12/2024	Rui Alberto Pires
PSD	Carlos Eduardo Gouveia Martins	1 dia	18/12/2024	Maria Augusta Martins Pires Rodrigues
PSD	Maria Augusta Martins Pires Rodrigues	1 dia	18/12/2024	Filipa Maria António Marques



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PSD	Filipa Maria António Marques	1 dia	18/12/2024	Rui Filipe Duarte Norte
PSD	Rui Filipe Duarte Norte	1 dia	18/12/2024	Susete Madalena Rocha Santos
PSD	Susete Madalena Rocha Santos	1 dia	18/12/2024	Miguel Afonso da Silva Mendes Pereira
PSD	Miguel Afonso da Silva Mendes Pereira	1 dia	18/12/2024	Rita Sofia de Barros Reis
PSD	Rita Sofia de Barros Reis	1 dia	18/12/2024	Eduardo Jorge Jesus Gonçalves
PS	Cristiano Damaso Malha Gregório	1 dia	18/12/2024	José Luis Mateus Barbudo
PAN	Daniela Marlene da Conceição Duarte	1 dia	18/12/2024	Ricardo Nuno do Nascimento Vieira da Conceição Cândido
PAN	Ricardo Nuno do Nascimento Vieira da Conceição Cândido	1 dia	18/12/2024	César Rodrigo Simões Valente
Coligação "Portimão Mais Feliz"	Marta Patricia Gonçalves Marques Caetano	1 dia	18/12/2024	Pedro Manuel Pereira
Coligação "Portimão Mais Feliz"	Pedro Manuel Pereira	1 dia	18/12/2024	Sandra Cristina Conceição Pereira Lopes
Coligação "Portimão Mais Feliz"	Sandra Cristina Conceição Pereira Lopes	1 dia	18/12/2024	José António Pinhota Nunes
Coligação "Portimão Mais Feliz"	José António Pinhota Nunes	1 dia	18/12/2024	Carolina de Almeida Soto de Assis
Coligação "Portimão Mais Feliz"	Carolina de Almeida Soto de Assis	1 dia	18/12/2024	Carlos Manuel Vítor dos Santos
Coligação "Portimão Mais Feliz"	Carlos Manuel Vítor dos Santos	1 dia	18/12/2024	Olga Cristina Morgado Vieira



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Coligação "Portimão Mais Feliz"	Olga Cristina Morgado Vieira	1 dia	18/12/2024	Manuel Afonso Lousada Moreira
---------------------------------------	------------------------------	-------	------------	----------------------------------

-----Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o seguinte membro: -----

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Maria da Luz Santana Nunes	1 dia	18/12/2024	Filipe Alexandre Reis Santos

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: -----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vice-Presidente – Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Sandra Pereira	Vereadora – Partido Socialista
Eduardo Catarino	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS PP/Nós Cidadãos/Aliança)

-----Quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **3ª reunião da 5ª Sessão Ordinária de 2024**, cumprimentando todos os presentes, e referindo que têm hoje três pontos da ordem de trabalhos todos eles com a mesma origem, isto é, a empresa municipal EMARP por deliberação de Câmara 790. Vamos discutir



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



o regulamento de serviço de abastecimento público da água, o regulamento de serviço de saneamento de águas residuais e o regulamento de serviço de gestão de resíduos urbanos. -----

-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o **ponto 4-f)** - Discussão e votação do Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº790/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o regulamento de serviços em vigor desde 2013 contém num único documento os três serviços, ou seja, abastecimento de água, águas residuais e resíduos urbanos. A ERSAR, entidade reguladora dos serviços de águas residuais no âmbito dos seus poderes legais, impõe a alteração do referido regulamento de serviços, sendo que as matérias deverão ser separadas, passando a existir um regulamento para cada um destes serviços. -----

----- Por ser um setor fortemente regulado, estas matérias são sujeitas a muito pouca intervenção política, são praticamente todas feitas de acordo com as normas da ERSAR. -----

----- Assim, as presentes propostas foram elaboradas com base em minutas disponibilizadas pela ERSAR e seguindo a legislação em vigor, o Regulamento das Relações Comerciais de Serviços de Águas Residuais e o decreto-lei número 102 de 2020 de 10 de dezembro, relativo ao regime geral de gestão de resíduos. As propostas dos regulamentos de serviços foram submetidas à consulta pública durante trinta dias e por imposição legal enviadas à ERSAR. Para além do envio dos documentos à ERSAR, foram ainda enviadas às seguintes entidades: -----

- - Autoridade da Concorrência; -----
- - Deco; -----
- - APDC, Associação Portuguesa do Direito ao Consumo; -----
- - Direção-Geral do Consumidor; -----
- - Agência Portuguesa do Ambiente; -----
- - CCDR Algarve; -----
- - Algar. -----

----- Foram também publicados no site da EMARP, no boletim informativo e enviado para todos os clientes da EMARP. Foram ainda submetidas à apreciação a todos os trabalhadores da EMARP. Pode assim dizer-se que foi efetuada uma consulta a todos aqueles que podíamos, desde Diário da República, passando a entidades oficiais, clientes e trabalhadores. -----

----- Concluída a consulta pública, apenas duas entidades se pronunciaram, a ERSAR e a Deco. Após a análise das pronúncias efetuadas, foi entendimento da EMARP acolher na esmagadora maioria das orientações da ERSAR e algumas das sugestões da Deco que não colidam com as orientações da Entidade Reguladora. --



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Para finalizar, gostaria de dar nota que foram convidados pela EMARP todas as forças partidárias com assento na Assembleia Municipal para os esclarecimentos desta matéria, tendo comparecido os seguintes partidos. O Bloco de Esquerda, o Chega, o PAN, o "Portimão Mais Feliz", a quem muito agradeço todos os contributos também que foram dados e agora estou aqui para alguns esclarecimentos que sejam necessários, senhora Presidente. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vivem num território onde a água, um recurso essencial para a vida é cada vez mais escassa e o Algarve enfrenta neste aspeto desafios únicos num contexto de alterações climáticas. -----

----- É, pois, imperativo que o município assuma o papel de liderança na promoção de uma mudança de paradigma que fomente a poupança deste recurso tão precioso e, ao mesmo tempo assegure a justiça na forma como tarifamos o seu consumo. É de facto louvável que o sistema tarifário atualmente em vigor promova a diferenciação por escalões de consumo, incentivando a moderação ao uso da água. No entanto, é igualmente evidente que este sistema como está concebido falhe em ter em conta a diversidade das realidades sociais e familiares dos nossos munícipes. -----

----- O modelo de tarifário atual é uma tarifação cega, penaliza de igual forma quem vive sozinho e consome pouco, ou agregados familiares maiores que mesmo com consumos per capita muito baixos acabam por ver a sua fatura elevada devido ao escalonamento atual e que carece de revisão urgente. Sabemos que também está aqui colocada uma bonificação para as famílias mais numerosas, com mais de quatro elementos, mas isso quanto a nós é pouco. Permitam-me dar um exemplo. Segundo as Nações Unidas, uma pessoa precisa para as suas necessidades básicas de cerca de cento e dez litros de água por dia, o que corresponde aproximadamente a três metros cúbicos mensais para satisfazer as suas necessidades básicas. No entanto, no atual sistema um agregado familiar de quatro pessoas que consome exatamente este valor médio por pessoa, vê grande parte do seu consumo ser taxado por escalões superiores, o que é profundamente injusto. Por outro lado, uma pessoa que viva sozinha e consuma cinco metros cúbicos por mês, um valor claramente acima do limite per capita recomendado, continua a pagar apenas a tarifa do primeiro escalão. Isto não promove a equidade nem o uso racional da água. Assim, defendemos que Portimão adote um sistema tarifário mais justo e sensível às características dos agregados familiares. Propomos que o primeiro escalão da tarifa seja ajustado para refletir as necessidades básicas de água por pessoa com base no valor de três metros cúbicos mensais por indivíduo. Apenas quando o consumo médio per capita de um agregado ultrapassar esse limite é que deve ser aplicado o escalonamento para escalões superiores. Um sistema assim concebido não só promoveria um consumo mais racional e consciente, como também protegeria as famílias numerosas que muitas vezes têm consumos totais mais elevados, mas não necessariamente excessivos quando analisarmos na base per capita. Seria um modelo mais justo, mais ético e mais alinhado com os princípios da sustentabilidade e a solidariedade



que tanto defendemos. Para além desta mudança no escalonamento, é fundamental que o município desenvolva ainda estratégias robustas de sensibilização e de educação ambiental. -----

----- Devemos consciencializar os portimonenses para a importância da poupança da água e promover práticas de consumo responsáveis como a reutilização de águas residuais e a instalação de dispositivos economizadores e a adoção de hábitos diários que privilegiem a eficiência hídrica. -----

----- Senhor Presidente, senhores deputados, não podemos continuar a tratar a água como um bem inesgotável. A escassez crescente deste recurso exige de nós uma resposta à altura, tanto em termos de políticas públicas, como na promoção de um sentido de responsabilidade coletiva entre os nossos munícipes. -----

----- O sistema tarifário deve ser uma ferramenta não só de sustentabilidade financeira, mas também de justiça social e incentivo à proteção de recursos essenciais. -----

----- O modelo que propomos julgamos que é o mais justo, que é mais eficiente e acima de tudo que é um modelo mais humano. -----

----- O PSD apela, portanto ao executivo, que analise e reveja o modelo atual e a proposta que nos faz, de forma a garantir que este reflita as necessidades básicas de todos os portimonenses, promovendo assim um consumo mais responsável e protegendo aqueles que mais precisam. É hora de colocar a sustentabilidade e a justiça no centro da nossa política para a água, e é tudo. Muito obrigado. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a este assunto, aliás, a estes assuntos, aos três regulamentos, ele começava por fazer uma consideração inicial, o senhor Presidente já aludiu aqui na intervenção que fez ainda agora, que tem que ver com a metodologia usada na preparação dos documentos que foram aqui trazidos hoje, e a observação que ele queria fazer era para saudar aquilo que foi, o procedimento que foi usado, porque já disse isto ao Dr. Pedro Romão e já noutra ocasião também já tinha dito que é quando falou do regulamento de estacionamento automóvel, creio eu, nós consideramos que esta é a forma correta de trabalhar este tipo de documentos, ou seja, é previamente à discussão e aprovação dos documentos em reunião de Câmara é trabalhá-los com as forças políticas com assento na Assembleia, de maneira a receber eventuais contributos que possam ser incorporados no documento e só depois levá-los à reunião de Câmara e depois trazê-los aqui à Assembleia. Isto permite o quê? Permite que os contributos que eventualmente nós possamos dar sejam aproveitáveis e inseridos no documento, porque usando muitas vezes aquilo que o executivo faz que é trazer os regulamentos aqui fechados sem previamente serem concertados, nós aqui não temos ocasião nem oportunidade de alterar os regulamentos. Portanto, ou são retirados, ou são aprovados conforme vêm. Era para elogiar esse procedimento e para salientar isso que eu acho que é bastante positivo não só na perspetiva de quem está deste lado e que quer contribuir de uma forma construtiva para este tipo de documentos, como também no próprio enriquecimento deste tipo de regulamentos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Depois, o documento que está aqui em discussão em relação ao abastecimento público de água, ele decorre e o senhor Presidente já disse isso e é uma evidência, decorre em grande medida tanto da legislação em vigor, como do próprio regulamento das relações comerciais da ERSAR e, portanto, a margem que há aqui de discricionariedade da parte da autarquia para fugir a esses regimes é muito estreita e, portanto, nessa medida, em relação ao articulado do regulamento há aqui muito pouco a dizer e isso já tivemos oportunidade também de falar nessa reunião prévia que tivemos, mas há aqui uma questão que não é exatamente a abordagem que ouvimos ainda agora na primeira intervenção que eu gostaria de deixar aqui que tem que ver obviamente com a gestão da água que é um assunto que está e vai estar infelizmente e vai continuar a estar na ordem do dia e que é um assunto que nos deve preocupar a todos. O artigo vinte e quatro alínea a) aqui da proposta de regulamento, fala na obrigação ou o objetivo da EMARP de promover ações de sensibilização e formação à população e eu tenho que dizer isto senhor Presidente e senhor Diretor da EMARP, aquilo que eu me tenho apercebido que tem sido feito nos últimos dez meses no quadro da vigência das resoluções de Conselho de Ministros da 26 A e da 80 de 2024 no quadro da situação atual que vivemos aqui no Algarve de escassez hídrica, do meu ponto de vista tem sido insuficiente em termos de sensibilização da população para a poupança de água e para as restrições que eventualmente deveriam ter sido aqui mais assertivamente comunicadas à população, porque a situação era até alguns meses, foi ligeiramente mitigada, era até alguns meses bastante crítica, não sei se vai continuar a ser no próximo ano, enfim, não sabemos qual é o nível de chuva agora no próximo inverno, mas vai continuar a ser de alguma forma também muito complicada e, portanto, ou há realmente aqui uma compreensão da população dos utilizadores que a água é cada vez mais um bem escasso e quase de luxo em termos de utilização e, portanto, tem que ser utilizada de uma forma cada vez mais racional e parcimoniosa, ou então nós vamos estar aqui confrontados com situações repetidamente como aquela que tivemos no início deste ano, numa zona como a nossa, numa região como a nossa que vive fundamentalmente para o turismo e do turismo, em que a água não só para o turismo, também para a agricultura e para outras utilizações, mas, enfim, imagine-se o que é o turismo sem água ou com escassez hídrica, que não pode estar dependente de outras funções para ter abastecimento público de água e, portanto, eu aqui aquilo que dizia em relação a este ponto era que a EMARP do nosso ponto de vista tem que de alguma forma intensificar estas campanhas de sensibilização começando nas escolas, mas com maior intensidade, com maior intensidade e indo de encontro à população a vários níveis, não é só aos operadores económicos, é aos consumidores domésticos, é aos consumidores industriais, enfim, generalizar estas campanhas e adotar medidas que promovam realmente a poupança de água. -----

----- Contratos no tarifário, eu faço notar o seguinte, senhor Presidente, pelo menos do conhecimento que eu tenho enquanto consumidor e daquilo que posso ver de faturação e já lá vamos no ponto não no seguinte, mas depois no outro a seguir, no último, a questão fundamental aqui do tarifário não é com o consumo de água e com a taxação da água, é o dos resíduos sólidos e, portanto, eu não estou propriamente contra este



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nível de faturação que está aqui previsto no regulamento até por uma razão. A água hoje em dia, tendo em conta a escassez que existe, não pode de tal maneira ser barata que seja um incentivo ao consumo excessivo. Portanto, tem que haver, isto sem cair no exagero, tem que haver aqui uma taxaço que de alguma forma também desincentive o consumo desenfreado, excessivo e desregulado da água enquanto recurso que é fundamental para todos nós e que é cada vez mais escasso e, portanto, há aqui medidas de mitigação dessas questões, nomeadamente as tarifas sociais e outras, nós pensamos que em relação à tarifa aqui aplicável ao consumo de águas, do abastecimento público de água, há aqui algum equilíbrio, enfim, poderia haver aqui algum ajuste sem dúvida, mas não nos parece que seja aqui um exagero. Já lá vamos depois no ponto 4-h), aí sim talvez poder-se falar em algum exagero e, portanto, deste ponto de vista entendemos que o documento que está aqui em discussão é equilibrado e iremos acompanhar o mesmo. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Miguel Lourenço Candeias**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir que a sua intervenção centra-se essencialmente aqui sobre a secção três, uso eficiente da água. Concordo em grande parte com aquilo que já foi dito e queria aqui buscar um assunto já antigo, abordado noutra reunião que se prende com aquele jardim novo que foi feito e com a estrada de Alvor. Eu questionei a senhora Vice-Presidente, na altura o senhor Presidente não estava cá presente o porquê de não se ter plantado árvores na estrada de Alvor, havia ali espaço para cerca de trezentas árvores, e o que nos foi respondido foi que não plantavam árvores devido à escassez de água. Com alguma admiração um dia depois foi inaugurado o jardim novo com uma área considerável de relva natural e sabendo que a relva natural consome dez a quinze vezes mais do que as árvores, eu questiono qual é que é a sensatez desta medida e qual é que é a coerência do discurso comparando com aquilo que são as ações tomadas. Relembro também que o PSD em 2022 ainda não se falava muito aqui nestas questões da água nem estavam a ser tomadas medidas, apresentou aqui uma moção que foi rejeitada pelo PS, que essa sim continha medidas sustentáveis, em que uma delas seria a conversão por parte da Câmara Municipal de Portimão da totalidade de relva natural existente em rotundas e similares, a redução de área de relva natural em espaços geridos pela Câmara que não fossem utilizáveis e que tenham como objetivo apenas o uso estético do espaço, tem aqui mais uma série de medidas, sensores de humidade, entre outros. Quando se fala aqui em sustentabilidade eu pergunto, o que é que foi feito e o que é que está a ser pensado para os próximos tempos, porque apenas referir uso eficiente de água no regulamento por si só não faz poupar água. Portanto, pergunto o porquê novamente de não se plantarem árvores, mas estarmos, por outro lado, a criar espaços com a relva natural que são muito mais consumidores de água, passando ao mesmo tempo uma mensagem contraditória àquilo que se quer que é do consumo racional inteligente de água e para já, para já é isto. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que o projeto de Regulamento de Serviços de



Abastecimento Público de Água, estabelece normas e procedimentos relacionados no fornecimento de água potável à população, garantindo a eficiência e qualidade de excelência nesse serviço. Como qualquer regulamento há prós e contras associados, infracitarei em análise sobre os mesmos pontos positivos e negativos. Reportando-me agora aos favoráveis, poderei dizer que terá que haver uma garantia de qualidade e segurança, direitos e deveres, proteção ao consumidor, eficiência na gestão, sustentabilidade ambiental e tarifas sustentáveis. -----

----- Na parte negativa, haverá uma complexidade burocrática, possíveis aumentos de tarifas, exigências de manutenção, entre comas, modernização de infraestruturas, monitorizar a qualidade da água e excesso de regras e impacto aos pequenos consumidores, sanções severas no incumprimento nas partes consumidor EMARP que podem causar ações jurídicas prolongadas, dificuldades de fiscalização. Estes são os pontos da balança. -----

----- As considerações que posso fazer a este projeto, deve ser analisado cuidadosamente considerando o impacto tanto na empresa, como nos diferentes consumidores e na comunidade em geral. -----

----- O projeto do regulamento no abastecimento de água pública terá benefício ao garantir fornecimento de água de qualidade, proteção ao consumidor, gestão eficiente do serviço. No entanto, haverá a necessidade de equilibrar a regulamentação com a flexibilidade no evitar de oneração a consumidores e na criação de excessos burocráticos. E por agora aqui me fico. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que é óbvio que a nossa tentativa imediata e é uma tentativa salutar e o PSD fê-lo, é uma tentativa salutar, não deixemos de o admitir, enfim, face à contingência das dificuldades que, enfim, todos somos conhecedores e enquanto consumidores todos somos sofrendores e sobretudo aqueles que têm uma plena consciência das dificuldades e dos limites realmente que nos assolam. Refiro-me obviamente à tentativa de conferirmos a este documento uma amplitude que ele não tem e falar de políticas híbridas é óbvio que fará todo o sentido, não no seio deste documento, mas óbvio que estes documentos não podem nem devem esgotar essas políticas, aliás se tivermos que falar de políticas hídras, naturalmente teremos que avançar para um contexto mais vasto que é o contexto regional e naturalmente com as ligações a todo o território nacional ou parte dele. -----

----- Em relação ao documento propriamente dito, estes documentos em termos metodológicos, enfim, já foram caracterizados pelo Dr. João Caetano, é uma metodologia participativa, trata-se de uma metodologia participativa, foram precedidos também de consulta pública e, portanto, digamos que chegam aqui como documentos consistentes e por demais respaldados em termos jurídicos, portanto pelas respetivas tutelas. Portanto, são documentos que de certa forma têm, enfim, um cunho normativo relativamente, portanto aos procedimentos na matéria que respeita a direitos e deveres de produtores e consumidores, neste caso dos produtores de água e dos consumidores respetivos. É óbvio que nós no seio desta discussão não podemos



deixar de fora os aspetos que se relacionam com as questões da consciencialização que a EMARP faz ou não, ou deixa de o fazer. É óbvio que nós temos consciência de que a EMARP faz um esforço grande nesse sentido, sobretudo, enfim, por orientar essa consciencialização das populações para a conta que nos chega no fim de cada mês em nossas casas e, portanto, aproveito esse meio justamente para trabalhar os aspetos relativos a essa consciencialização. Estes aspetos que vêm aqui à colação não inibem, naturalmente não podem inibir a discussão da dimensão social do consumo que o PSD na pessoa do senhor Vítor Couto fez e muito bem. Todavia, há que observar que o documento contempla justamente essa adoção das tarifas sociais. O que é suposto nós pensarmos que faz todo o sentido, não será personalizado, que é impossível personalizar o consumo em termos sociais, mas ir ao encontro obviamente no domínio das tarifas sociais ou do regulamento de tarifas sociais, uma abrangência e uma profundidade diferentes de virtualmente a que têm neste momento. Isso parece, enfim, aceitável, parece admissível, mas é uma discussão que terá que ser feita no seu âmbito próprio, isto é, quando vier aqui um documento sobre as tarifas sociais à discussão, e aí sim todos com certeza nos empenharemos em dar os nossos contributos para esse efeito. Portanto, o PS sincreticamente avança com a ideia de que são documentos bem elaborados, nomeadamente o documento que está aqui em apreciação e, portanto, merecem sem quaisquer reservas a sua aprovação por parte do Partido Socialista. Muito obrigado, senhora Presidente, disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, respondendo aqui à intervenção da bancada do Partido Socialista, nós não estamos a dizer que o documento está mal feito, ou que o regulamento não está mal feito. Nós temos é que garantir que há a consciencialização no consumo da água e não sei até que ponto é que é assim tão relevante o consumo doméstico e não doméstico da água no panorama total. Se nós conseguirmos economizar aí, provavelmente é uma grande percentagem do bolo e é isso que nós gostávamos de trazer aqui à discussão, porque é assim não interessa as tarifas sociais também. As tarifas sociais têm o fim de ajudar aqueles que têm menos recursos financeiros para sustentar as suas necessidades básicas. O que nós trazemos aqui é também penalizar acima de tudo aqueles que tendo os recursos financeiros que podem-se dar ao luxo de pagar o quarto, quinto escalão consumirem água que não deviam de estar a consumir, porque ela é essencial para todos nós, e daí nós julgamos que seria um sistema muito mais capaz, muito mais justo, muito mais humano como há pouco nós dissemos, o consumo ser taxado na base per capita e não na base do escalonamento que está previsto neste regulamento e por isso estamos aqui a discutir este ponto, porque está previsto quais são os escalões. Até cinco metros cúbicos o primeiro escalão, de cinco a quinze o segundo escalão, acima de quinze o terceiro e por aí adiante. E é nisto que nós estamos a tentar encontrar um método que seja mais justo e que penalize fortemente aqueles que consomem quantidades de água que não necessitam, pelo menos para as suas necessidades básicas, e é de forma responsável e tentando contribuir para uma melhor consciencialização, uma maior justiça que nós fizemos a proposta que fizemos e foi só nisso que nós nos queríamos cingir. Muito obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o Diretor Geral da EMARP, Dr. **Pedro Romão**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que em relação à primeira intervenção do senhor deputado Vítor Couto, a estrutura tarifária, portanto obedece a normas que estão estabelecidas pela entidade reguladora portanto, e, nós seguimos escrupulosamente aquilo que é a estrutura tarifária que é seguida pela ERSAR e não podia ser sequer de outra maneira, e por outro lado noutra dimensão, o senhor deputado João Caetano respondeu à questão que o senhor tinha colocado do ponto de vista da acessibilidade ao recurso e da progressividade dos escalões e o facto deles existirem. A propósito disso deixe só dar uma nota. O primeiro escalão dos primeiros cinco metros cúbicos do nosso tarifário é comercializado a um valor inferior àquilo que nós adquirimos e depois a recuperação deste gasto é feito nos escalões, é feito nos últimos escalões. Portanto, há aqui uma dimensão social muito importante nesta medida relações do contrato de gestão delegada, uma das coisas impostas pelo executivo municipal foi precisamente isto, os primeiros escalões serem num valor muito, muito acessível e quando olhamos para a acessibilidade, para a análise que a entidade reguladora faz do nosso tarifário, portanto o preço do tarifário versus acessibilidade económica face ao rendimento médio disponível por família no município, portanto anda na ordem dos zero vírgula três por cento da OCDE e, portanto, zero vírgula três por cento vezes três, portanto nos resíduos é um bocadinho mais alto, mas é qualquer coisa, um vírgula qualquer coisa por cento do rendimento per capita do município.-----

----- A OCDE, por exemplo, recomenda que não deve ser inferior a dois por cento, portanto nós estamos num valor muito inferior no que diz respeito a esta questão da acessibilidade económica. Podemos juntar isto, depois daquilo que também já aqui foi dito relativamente às famílias numerosas, em que a ERSAR preconiza para além dos quatro membros, que houvesse um acréscimo de dois metros cúbicos, nós advogamos que deve ser três vírgula seis metros cúbicos por cada membro do agregado familiar precisamente como um incentivo a esta iniciativa à natalidade para o apoio às famílias numerosas. -----

----- Relativamente à tarifa social e isso não é um domínio da EMARP, é um domínio do município, portanto, mas aquilo que nós constatamos é que o apoio que está previsto no regulamento é um apoio muitíssimo mais generoso do que o que está no decreto-lei, o que está recomendado no decreto-lei. Portanto, é uma coisa que não tem sequer comparação e, portanto, quando comparamos isto com outros municípios, portanto há aqui uma diferenciação tocante. -----

----- Relativamente à questão da sensibilização ambiental, nós temos um programa que é um programa de educação ambiental e, portanto, nós identificamos esse problema, criamos um serviço de educação ambiental na EMARP, admitindo pessoas com formação adequada com o *know how*, produzimos um conjunto de materiais didáticos adaptados a cada uma das idades. Estamos a ir às escolas, estamos a fazer um trabalho muito próximo da comunidade, talvez numa próxima oportunidade possamos partilhar esses materiais que temos vindo a produzir portanto, e, achamos que este é o caminho que tem que ser seguido portanto, e, é



aqui que queremos, é precisamente neste domínio que queremos avançar. Depois, há aquele tipo de sensibilizações mais genéricas, portanto para a população em geral. -----

----- Há aqui um detalhe que eu gostava ainda de deixar se for possível e que tem a ver com os cento e dez litros que as Nações Unidas preconizam. Na crise de Barcelona, tivemos duas grandes crises sobre o ponto de vista hídrico, o Cabo e Barcelona. O Cabo foi uma situação dramática com uma comunicação muito agressiva e que nós em sede própria defendemos que devíamos ir perceber o que é que aconteceu naquele sítio e como é que resultou essa comunicação e adotar essas práticas cá. -----

----- A entidade responsável pela comunicação e não éramos nós, portanto havia uma comunicação que era centralizada, achou que devia ser uma comunicação mais fofinha, portanto, e, que devia ser uma comunicação, nós achávamos que devíamos apontar para o dia zero, e qual é o dia se continuarmos assim, qual é o dia que vamos ter de deixar de ter água na torneira portanto, e, apontávamos para seguir esse caminho. Quem dirigia o processo de comunicação sempre achou que devia ter uma abordagem distinta face à natureza turística do destino. Pronto e é o que é, tem produzido os resultados que tem produzido, estamos a uma nesga de atingir os dez por cento sob o ponto de vista global, portanto há municípios que têm um comportamento melhor, municípios com reduções de um por cento, municípios com redução de quinze, portanto mesmo de uma forma agregada salvo erro estamos a terminar agora com, vamos terminar o ano para aí com oito por cento ou oito e qualquer coisa por cento. Não tenho agora exatamente o número. Ah! E em relação a Barcelona, Barcelona tinha um plano de contingência que era quando chegasse ao período crítico tinha salvo erro duzentos e sessenta litros por dia e por pessoa disponível e era esta a métrica portanto, e, podemos confrontar duzentos e sessenta litros com cento e dez das Nações Unidas para as necessidades básicas, mas quando olhamos para o nosso perfil, quando a EMARP deixa de ser serviços municipalizados e passa a EMARP no princípio deste século, tinha mais ou menos metade dos consumidores que tem agora do número de clientes. A população de Portimão era muito mais baixa, o número de dormidas era muito mais baixo, mas a água que adquiríamos às Águas do Algarve era o mesmo daquilo que adquirimos agora, tínhamos perdas um bocado mais altas, mas as perdas não explicam isto, porque quando olhamos para o perfil, para a curva do número de clientes, o número de clientes duplicou, estamos com cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta clientes neste momento. Na altura, tínhamos vinte e qualquer coisa mil clientes e tínhamos e comprávamos sete milhões de metros cúbicos de águas, dez por cento do Algarve e continuamos neste momento vamos terminar o ano, este ano com sete milhões e cem mil metros cúbicos. Portanto, o que resulta é que não tem havido um aumento do consumo per capita. Quando se perguntava qual é o peso da dimensão doméstica. O doméstico representa mais de metade do consumo global e quando olhamos para este comportamento, depois sob o ponto de vista do consumo ao longo do ano, temos quebras muito acentuadas no consumo não doméstico de facto e com períodos muito acentuados e temos no doméstico praticamente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



uma estagnação, mas o número de clientes continua a aumentar. Portanto, quando olhamos para o consumo per capita não se verifica este aumento, verifica-se sob o ponto de vista global. -----

----- Clientes domésticos, praticamente não mexeu mesmo num ano de seca, olhamos para o número de clientes, o número de clientes triplicou portanto, e, se fizermos o exercício que é vamos desprezar os consumos da época alta, porque o nosso perfil do consumo, portanto é uma curva em que a sazonalidade acentua muito este perfil, não é? Vamos desprezar, vamos passar a época alta e olhar para a época baixa onde a população está mais estabilizada, e se fizermos contas ao consumo durante esse período só de uso doméstico estamos a falar, eu agora estou a falar de memória, mas salvo erro estamos a falar de cento e vinte, cento e vinte e seis litros por pessoas por dia, portanto muito em cima daquilo que é uma recomendação das Nações Unidas, mas de uma forma global em que apanha aqui nessa recomendação países em que a escassez hídrica é uma coisa absolutamente terrível, mas quando comparamos estes cento e vinte, cento e vinte e cinco litros por dia, quando comparamos com Barcelona que apontava para duzentos e sessenta, nós já estamos muito abaixo. Agora, julgo que não podemos e não devemos é cair naquela armadilha de pegar no consumo anual de um determinado município e dividir pelo número de habitantes independentemente do comportamento da economia e depois temos uma coisa do estilo, vem nas notícias que Lagoa é a cidade do mundo que mais consome. Não, não é, não é, porque há aqui uma atividade económica que vem afetar este rácio. Portanto, se hoje tivéssemos uma coisa, se tivéssemos uma linha, se tivéssemos numa coisa flete, pronto era isto, podíamos fazer estas contas. Agora, não podemos é cair nesta armadilha, a atividade económica explica muita coisa portanto, e, se os ciclos económicos são melhores, quer dizer, não há outra forma, eu peço desculpa por me ter alongado, Presidente. Termino assim. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-f)** - Discussão e votação do Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº790/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	2	2	1	1	-	21
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	0	0	0	-	5
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	-	3

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

----- Não esteve presente a Senhora Deputada Independente, Ângela Quadros. -----

----- Foi aprovado, **por maioria**, o Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº790/24.** -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



---Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o **ponto 4-g) - Discussão e votação do Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais**, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº790/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que pensa que a intervenção de há pouco, o senhor Presidente de alguma forma deve ter feito o enquadramento dos três regulamentos e, portanto, posto isto, ponho novamente à discussão e aceito intervenções obviamente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que em relação a este regulamento, enfim, valem mais ou menos as considerações iniciais que eu fiz aqui no ponto anterior, não vou repetir como é evidente. Relativamente aqui ao articulado, nós aqui já achamos senhor Diretor Geral que há aqui alguma preocupação com a questão do tarifário, e parece-nos a nós, enfim, que eventualmente aqui estamos aqui a falar de valores já um bocadinho acima daquilo que seria, digamos seria expetável, embora enfim muito sinceramente também não tenho elementos para contrapor um tarifário diferente. Sou honesto, não tenho, enfim, eu estou a olhar aqui para uma fatura e com um consumo baixíssimo de água, posso-lhe dar o valor, portanto isto é um consumo não doméstico, estamos a falar de trinta e dois euros e vinte e dois de fatura, a parte das águas residuais são dez euros e sessenta, são dez euros e sessenta, é praticamente um terço da fatura. Portanto, parece-nos um bocadinho elevado, mas, enfim... -----

-----Relativamente ao articulado, valem as considerações que eu fiz aqui no ponto anterior também, é mais ou menos a mesma questão, a margem aqui para inovar é pouquíssima, não é, e, portanto, enfim, não temos aqui grandes objeções aqui à proposta do regulamento que está aqui em cima da mesa, sendo com esta ressalva que ainda agora acabei de fazer. No ponto seguinte já a coisa pia mais fininho, passo a expressão, já a coisa é um bocadinho diferente. Já lá vamos. Muito obrigado. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-g) - Discussão e votação do Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais**, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº790/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	0	2	2	1	1	-	26
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	-	0
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	-	3



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----
----- Não esteve presente a Senhora Deputada Independente, Ângela Quadros. -----
----- Foi aprovado, **por maioria**, o Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº790/24**. -----
-----Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que seguia para apreciação o ponto 4) da ordem de trabalhos, o **Ponto 4-h) - Discussão e votação do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos**, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº790/24**, declarando abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra. -----
-----Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhor Presidente, eu na reunião que tivemos na EMARP coloquei aqui algumas objeções que têm que ver aqui com o regime sancionatório, nomeadamente aqui a questão dos horários, produção de resíduos, etc. que nos parecem, há aqui algumas normas que nos parecem assim um bocadinho estranhas, mas foi-nos dito que não haveria lugar à aplicação de coimas e de instauração de procedimentos contraordenacionais, nomeadamente para quem for depor resíduos durante a noite, excetuado o vidro, não é e, portanto, ficamos com essa salvaguarda, gostava que isso fosse aqui reiterado. Mas há aqui uma questão que tem que ver com o tarifário que nos preocupa e eu dei conta disso também na reunião que tivemos na EMARP. É uma questão que vem de há muito tempo a esta parte, eu recorde-me, estava aqui a dizer ainda agora aqui ao meu colega de bancada, não sei se foi há dez anos para aí, mas é uma questão de ir ver as atas disso e procurar. Apresentei aqui na altura uma proposta de recomendação para que fosse implementado aqui no concelho, ainda no tempo do engenheiro João Rosa, do sistema *Pay-as-you-throw*, na altura era o sistema que nos fazia todo o sentido, ou seja, um sistema em que cada consumidor pagasse uma taxa de resíduos urbanos dependente da quantidade de resíduos que produzia efetivamente e que de alguma forma incentivasse e premiasse a separação de resíduos e a reciclagem, porque não só incorporava aqui uma componente de justiça relativamente àquilo que é a produção de resíduos sólidos, portanto não orgânicos, mas também era um incentivo muito forte à reciclagem e à separação de resíduos, que é uma questão que ainda temos aqui que ainda é muito premente, apesar das taxas terem subido nos últimos anos ainda é uma questão que se põe com muita acuidade, enfim, vamos ver eu não tenho os números aqui de cor, mas a nível nacional, a nível regional não sei, mas a nível nacional estamos muito aquém das metas que estão definidas na União Europeia de reciclagem. Portanto, isto é uma questão muito séria, isto é uma questão muito séria em termos ambientais, em termos depois de gestão de resíduos, deposição de resíduos, de tratamento, etc. etc. Bom, e eu na reunião que tivemos na EMARP tive oportunidade de voltar a falar nisto, enfim, compreendendo os constrangimentos que os senhores referiram na altura, eu imagino que em termos logísticos não seja propriamente fácil implementar este sistema, é um sistema que tendo estas vantagens que eu acabei de referir tem alguns constrangimentos também,



reconhecemos isso, não tenho dúvida, mas há aqui uma circunstância que eu depois apercebi-me já depois de termos falado na EMARP naquele dia, que é de acordo com o PERSU2030, que é a obrigatoriedade de se implementar este regime, ou começar-se a implementar a partir de janeiro de 2025 para comércio, restauração e indústria. Ora, o regulamento aqui não traduz exatamente essa medida e, portanto, temos aqui um caminho que de alguma forma permite que se comece a fazer esse trajeto, mas do nosso ponto de vista não é aquele que era desejável nesta altura. Portanto, deveria ser um caminho mais assertivo, porque tem que ser este o percurso, ou seja, aqui a meta para consumidores domésticos creio que será 2030, será daqui a cinco anos, mas nós veríamos toda a vantagem que se antecipasse este *dead line* em relação aos domésticos, porque volto a dizer e vou pegar aqui na fatura que trouxe como modelo, vale o que vale, podia trazer outras. Numa fatura de trinta e dois ponto vinte e dois, o valor dos resíduos urbanos é de quinze noventa e sete. Isto é generalizado, não é só neste caso, se formos para o doméstico é mais ou menos se calhar a mesma dimensão e, portanto, quer dizer, isto preocupa-nos seriamente, preocupa-nos porque é injusto, porque a pessoa que recicla e separa os resíduos não orgânicos paga exatamente a mesma taxa de quem não faz separação nenhuma e põe tudo no mesmo contentor e há muita gente que continua a fazer isso infelizmente, ou põe ao lado das ilhas ecológicas, deposita lá, enfim, ao deus dará, não é, deixa lá abandonado e por essa via não só penaliza-se quem recicla e separa, como também não se incentiva a que os outros que o não fazem comecem a fazer essa reciclagem e, portanto, eu gostaria que este regulamento aqui, esta proposta traduzisse de uma forma mais clara e mais acelerada e é essa preocupação que nós temos. Parece-nos que este regime aqui de tarifação é injusto, é desequilibrado e nesta componente aqui parece-nos que continua a persistir no exagero e numa taxa excessiva em detrimento de um sistema que foi aquilo que eu acabei aqui de expor que nos parecia mais adequado e mais justo e mais sensato, quer em termos de justiça tarifária, quer em termos ambientais. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Miguel Lourenço Candeias**, bem sei que este não é o momento para discutir assuntos que não seja o regulamento, mas queria gostar de aproveitar, gostaria de aproveitar para referir que temos notado na cidade um crescente número de contentores destinados a reciclagem que estão cheios a transbordar, com resíduos no chão. Depois de no verão ter havido um problema e a Câmara ter encontrado alguma solução para melhorar, notou-se que agora há uma degradação desse serviço e gostaríamos de alertar e questionar se existe algum motivo, se existe alguma solução para breve. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Jorge da Silva Viana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a pergunta que ele faz e que vem ao encontro aqui do que o deputado João Caetano perguntou, porque há já sim municípios do país que já têm esta recolha porta a porta e que funciona extremamente bem. Conheço pessoalmente porque é o município onde a minha mãe reside e já eliminaram, por exemplo, na Maia, e posso dizer que é na Maia, todas as ilhas ecológicas no



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



concelho. Oitenta e cinco por cento já está coberto por recolha porta a porta, já não há ilhas ecológicas na Maia. Pode tentar ir lá procurar uma ilha ecológica que não encontra, por acaso e, portanto, a pergunta que eu coloco, continua-se e indo relativamente ao PERSU 2030, se o município, se a EMARP tem algum plano para começar a implementar a recolha porta a porta, porque é muito mais justo no sistema, porque cada um paga aquilo que produz, cada um controla os resíduos em sua casa, há recolhas não diárias, porque também se pode poupar em termos de pessoal e de meios para fazer a recolha diária das ilhas de ecoponto, e a pergunta é esta que eu faço, para quando é que o município começa a pensar seriamente que vai ser uma obrigação em 2030 da recolha porta a porta. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, direi que neste regulamento de gestão de resíduos, estabelece normas e diretrizes para gestão adequada dos resíduos, promovendo a sustentabilidade e a proteção ambiental numa maior eficiência na coleta e tratamento de resíduos, na redução de impacto ambiental, entre comas, maior rigidez no descartar de resíduos perigosos, na maior rigidez no descartar de resíduos perigosos eletrónicos evitando a contaminação das águas e solos, assim como minimizar as emissões de gases de efeito de estufa, como na compostagem e bio digestão. -----

----- Nos incentivos a economia circular promovem e visam a reutilização, reciclagem e recuperação de materiais, impulsionando a economia circular, assim como também a responsabilização entre produtores, comerciantes e consumidores sobre o ciclo de vida dos produtos. Visa também o reforço da fiscalização no melhor cumprimento das regras e de responsabilização do melhor tratamento dos resíduos. -----

----- Há que sensibilizar através de campanhas pedagógicas à população e empresas na separação dos resíduos e de consumo responsável. Disse. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, só em complemento aqui ao que o meu colega de bancada Ricardo Viana disse e dando o exemplo da Maia no caso dele, eu posso falar da região autónoma da Madeira, em que é uma zona onde vivi vários anos e que há mais de vinte anos qualquer processo de licenciamento de um prédio de habitação residencial é obrigatório a ter a casa do lixo, que eles lá chamam a casa do lixo, ou seja, não há recolha fora do prédio, ou quem vai fazer a recolha tem a chave e é uma chave igual para todos os edifícios, em que a pessoa que vai fazer a recolha abre a porta, tem lá dentro os contentores devidamente selecionados de acordo com os resíduos e faz essa recolha daí e não havendo a necessidade nunca, chega-se à ilha da Madeira e não se vê lixo na rua, nem se vê contentores, nem se vê ilhas ecológicas. Não há essa necessidade e isto é uma prática lá há mais de vinte anos. Pergunto se não seria bom pensarmos isto para termos futuros, começar a implementar também aqui, porque ao fim ao cabo acaba por ser igual o trabalho que tem a pessoa que faz a recolha do lixo, é praticamente igual, para à porta do prédio, abre a porta, retira o contentor, volta a inserir o contentor lá dentro e está feito e não há esta poluição nas ruas nem nos passeios que vemos nas nossas cidades, neste caso em Portimão. Deixava aqui este depoimento. Muito obrigado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que gostaria de passar a palavra aqui ao senhor Diretor novamente, sem também referir que da parte da recolha seletiva, a ALGAR depois do verão voltou a ter algumas falhas, já foi falado com a ALGAR também e neste momento esta falha já está colmatada e as coisas já estão a correr dentro da normalidade e com o apoio também da EMARP. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o Diretor Geral da EMARP Dr. **Pedro Romão**, no dia em que o Dr. João Caetano esteve na EMARP eu infelizmente não consegui lá estar, estava em reunião com a ALGAR portanto, e, portanto, eu julgo que saiu de lá com algum esclarecimento relativamente àquilo que era em relação a este tema. Este tema é um tema muito profundo e muito denso e muito importante. Aliás, acho que isto merecia só por si uma sessão própria para se falar sobre isto. É claro que um sistema PAYT é sempre um sistema mais justo do que qualquer outro, que é a pessoa pagar em função daquilo que consome, portanto aí não há dúvida nenhuma. O levar isto à prática é que é pior. Portanto, olhando para um território em concreto, para uma história em concreto, para os investimentos que estão feitos, para os investimentos que são necessários fazer, porque há duas componentes, há duas grandes componentes no sistema de custos. Custos fixos, custos variáveis. Os custos variáveis do sistema deste sistema de gestão de resíduos, têm a ver no essencial com a deposição em aterro. Esta é a competente variável, paga-se em função daquilo que se deposita. O resto são custos fixos que têm alguma variabilidade, um dia andamos menos quilómetros que outro, portanto num ano andamos menos, portanto, mas temos o combustível, temos as pessoas e temos a amortização do equipamento. Então, sob o ponto de vista deste equilíbrio estrutural dos custos, então a tarifa fixa vai ter que passar a pagar num modelo destes, vai ter que passar a pagar os custos fixos e a tarifa variável vai cobrir a dimensão variável do custo que é a deposição em aterro. Quando olhamos para o peso relativo disto, a deposição em aterro anda na casa para aí dos trinta por cento portanto, e, a tarifa fixa tinha que ser superior a setenta. A tarifa fixa não cobre isso, cobre um valor muito inferior. Portanto, logo à cabeça tinha que haver aqui uma alteração desta estrutura tarifária que era fazer subir tal nível a tarifa fixa, de modo a conseguir corresponder num cenário de eficiência corresponder a estes custos fixos, custos com pessoas, amortizações, combustíveis, seguros, portanto este tipo de coisas. E depois sob o ponto de vista do modelo, temos basicamente dois modelos, portanto temos o modelo porta a porta e um modelo de recolha de proximidade. O modelo de porta a porta é um modelo que se adapta bem a determinados territórios e a Maia aplica-se bem a uma determinada parte do território com habitações unifamiliares. No caso das residências multifamiliares o problema já se complica e na Maia complicou-se. Têm a casa do lixo, era desejável que aqui tivesse, não temos. Portanto, que é como é que se vai taxar individualmente, porque o cliente não é o condomínio, o cliente é a pessoa e nesta altura não sei como é que a Maia resolvia, mas até há muito pouco tempo não tinha conseguido resolver o problema que é fisicamente há um espaço, fisicamente há um contentor e agora como é que é a imputação do custo em concreto para cada uma das pessoas. Sabemos que aquele imóvel onde



residem trinta famílias produz uma determinada quantidade de resíduos. Essa determinada quantidade de resíduos face a uma determinada frequência e a uma determinada taxa, um produto destas coisas vai dar o valor a pagar. Como é que se faz agora a divisão deste valor a pagar por cada agregado familiar, e a Maia não tinha conseguido resolver isso. Portanto, havia uma parte que estava resolvida que era nas moradias unifamiliares, as outras não, e o senhor está-me a dizer que resolveram. Olhe, eu não sei como é que resolveram, porque aquilo era uma confusão muito grande e o outro modelo tem a ver com o sistema de proximidade que é aquele que nós temos que aplicar, que é a maior parte da população reside em determinadas zonas servidas por habitações multifamiliares. Então é preciso depositar no contentor e segregar o acesso a esse contentor através de um acesso condicionado. Depois, levantam-se duas questões. É um acesso, aquilo é uma contagem volumétrica, que é um volume que corresponde um peso, ou é relacionado com um peso. Se for relacionado com um peso, há um problema grande que é a aferição dos equipamentos. Se for pelo volume, temos a questão depois do acesso e da robustez da tecnologia que está por trás e tudo aquilo que nós conhecemos, quer as experiências piloto em Portugal, quer as experiências feitas noutros países, tivemos uma experiência em Aveiro, há uma série de sítios onde isto corre e os sistemas não são suficientemente robustos, portanto passam mais tempo avariados do que a funcionar. -----

----- Sob o ponto de vista do investimento de contas recentes que fizemos, estávamos a falar de mais de seis milhões de euros que era necessário investir para dotar o município com um sistema de proximidade com a segregação de acesso portanto, e, o que é que isto, feitas as contas, o que é que resultava? As pessoas passariam a pagar mais, porque é preciso levar à tarifa o investimento que é feito e passariam a ter muito mais trabalho, portanto face àquilo que é o conhecimento que temos do mercado com os preços que estão em prática para isto. Nós temos trabalho feito neste domínio, temos coisas estudadas, não está num estado de maturidade ainda que permite uma implementação para amanhã. A AMAL contratualizou agora recentemente com um consultor externo este trabalho de preparação dentro da adaptação, penso que os trabalhos não começaram ainda, portanto deve estar numa fase de adjudicação e o senhor Presidente deve saber melhor.

----- Relativamente à questão tarifária, é de facto a água é mais barata, num nível intermédio temos as águas residuais, porque nos custa a nós, é muito mais caro fazer o tratamento das águas residuais do que fazer o tratamento da água para consumo humano e o tratamento dos resíduos sai ainda muito mais caro do que as outras duas dimensões e daí esse desfasamento em termos da fatura. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, muito obrigada senhor Diretor da EMARP, agradeço as explicações, mas eu fiquei um bocadinho preocupado com aquilo que acabou de dizer, porque falou-se aqui da questão do exemplo da Maia e há outros concelhos no Norte do país que também já têm o sistema a funcionar e eu se não tivesse já também ouvido algumas experiências destas que estão em funcionamento já há algum tempo, ouvindo a explicação que o senhor acabou de dizer ficava seriamente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



preocupado. Sinceramente, ficava seriamente preocupado porque aquilo que o senhor nos trouxe aqui foram fundamentalmente obstáculos e constrangimentos. Eu disse ainda agora na intervenção que fiz que nós temos consciência que nem é um sistema digamos muito fácil de implementar, nem é só chegar ali e mudar o tarifário em função aqui do PAYT, nós sabemos disso obviamente, mas vamos lá ver uma coisa. Não sendo extremamente simples de implementar, é implementável e funciona, porque há sítios onde já está a funcionar com sucesso, e ou bem que é uma prioridade, o senhor falou dos custos e depois da incorporação dos custos na faturação. Ou bem que é uma prioridade realmente aumentar, antes de aumentar a reciclagem, inserir aqui uma componente de justiça utilizando o princípio do PAYT e do pagador e taxar as pessoas, ou tarifar as pessoas em função daquilo que produzem de resíduos e depois incentivar também a reciclagem, ou isso é um desígnio ou é um objetivo que eu acho que devemos estar todos de acordo em relação a isso e, portanto, tem custos que não têm que ser necessariamente os consumidores não pagarem, enfim, hoje há outras fontes de financiamento penso eu que eventualmente poderão ser utilizadas para esses fins, ou então nós continuamos aqui a alegar que é muito complicado implementar o sistema, e eu pergunto, quer dizer, vamos lá ver uma coisa. Por muito difícil que seja de implementar do ponto de vista tarifário, vamos ser honestos e vamos ser aqui, enfim, vamos dizer as coisas claras, de uma forma clara, é muito cómodo para a EMARP manter este sistema tarifário. Eu peço desculpa, mas é aquilo que parece ao consumidor, particularmente a um consumidor como eu... ó senhor Diretor, eu há não sei quantos anos que faço reciclagem de uma forma séria e empenhada, tenho essa preocupação, transmito essa preocupação à minha filha que tem treze anos, aliás, às vezes dou-lhe na cabeça até seriamente quando ela se distrai a fazer a separação, porque é uma questão e é uma questão de consciência ambiental e, portanto, ou isto tem depois, digamos um «prémio» na faturação que pagamos, ou então quer dizer, estamos a pregar quem não faz nada disto, e isso é que tem que ser a preocupação, não obstante os custos e as dificuldades, e vou terminar porque o tempo do PSD já lá vai. Portanto, eu voltava a dizer, senhor Diretor, é óbvio que o regulamento já prevê no artigo cinquenta e quatro a possibilidade do PAYT, nós sabemos é que isto é uma coisa para o médio e longo prazo, e na nossa ótica devia ser para o curto prazo, mesmo que houvesse um esforço, era um sinal muito claro e muito importante que se dava à população. Disse. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto 4-h) - Discussão e votação do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos**, nos termos da Proposta – **Deliberação de Câmara nº790/24, tendo sido obtido o seguinte resultado:** -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	2	1	1	-	19
ABSTENÇÕES	0	5	0	2	0	0	0	-	7



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	-	3
-----------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) -----

----- Não esteve presente a Senhora Deputada Independente, Ângela Quadros. -----

----- Foi aprovado, **por maioria**, o Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais, nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº790/24**. -----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram vinte e duas horas e vinte minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, deu por concluída a 3ª reunião da 5ª Sessão Ordinária de dois mil e vinte e quatro, realizada no dia dezoito de dezembro, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

-----E eu, Telma Maria Nunes Matias _____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(Sheila Gassin Tomé)